



ORGANIZADORES —

**JOSÉ ROBERTO LINHARES DE MATTOS**  
**ROMARO ANTONIO SILVA**  
**SANDRA MARIA NASCIMENTO DE MATTOS**

INTERFACES EDUCATIVAS E COTIDIANAS:

# RIBEIRINHOS

  
**EDIFAP**

**COLEÇÃO POVOS TRADICIONAIS**  
**VOL. 5**



**Conselho Editorial Científico**  
(Coleção Povos Tradicionais)

**DR. ADEMIR DONIZET CALDEIRA**

(Universidade Federal de São Carlos - BR)

**DR. ALDO PARRA**

(Universidad Del Cauca - CO)

**DR. ALEXANDRE PAIS**

(Manchester Metropolitan University - UK)

**DRA. ANTÔNIA RODRIGUES DA SILVA**

(Universidade Federal do Amazonas - BR)

**DRA. LENIRA PEREIRA DA SILVA**

(Instituto Federal de Sergipe - BR)

**DR. MARLON MARCOS VIEIRA PASSOS**

(Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira - BR)

**DRA. MÔNICA MARIA BORGES MESQUITA**

(Universidade Nova de Lisboa - PT)

**DRA. NATIVIDAD ADAMUZ POVEDANO**

(Universidad de Córdoba - ES)

**DRA. OLENÊVA SANCHES SOUZA**

(Red Internacional de Etnomatemática - BR)

**DRA. TACIANA DE CARVALHO COUTINHO**

(Universidade Federal do Amazonas - BR)

INTERFACES EDUCATIVAS E COTIDIANAS:

RIBEIRINHOS



## **CONSELHO EDITORIAL DO IFAP**

### **Titulares**

Mábia Nunes Toscano  
Luiz Ricardo Fernandes de Farias Aires  
Benedita Machado Pureza  
Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida  
Romaro Antonio Silva  
Veralucia Severina da Silva  
Argemiro Midonês Bastos  
David Figueiredo de Almeida  
Dennys Max dos Santos da Conceição  
Ana Maria Guimarães Bernardo  
Caroline Pessoa da Silva  
Jemina de Araújo Moraes Andrade  
Risonete Santiago da Costa  
Rosinete Cardoso Ferreira  
Caio Teixeira Brandão  
Bruno Sérvulo da Silva Matos  
Sílvia Gomes Correia  
Ronne Franklim Carvalho Dias

### **Suplentes**

Carlos Alexandre Santana Oliveira  
Ivan Gomes Pereira

JOSÉ ROBERTO LINHARES DE MATTOS  
ROMARO ANTONIO SILVA  
SANDRA MARIA NASCIMENTO DE MATTOS

Organizadores

# **INTERFACES EDUCATIVAS E COTIDIANAS: RIBEIRINHOS**



Macapá  
2024

INTERFACES EDUCATIVAS E COTIDIANAS: RIBEIRINHOS

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os artigos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião da Editora do Instituto Federal do Amapá. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. A revisão textual, formatação e adequação às normas ABNT são de responsabilidade dos autores

EQUIPE TÉCNICA EDITORIAL

Flávia Karolina Lima Duarte Barbosa	Romaro Antonio Silva	Luiz Ricardo Fernandes Farias Aires
Editora Chefa	Editor adjunto	Editor adjunto
Ivan Gomes Pereira	Benedita Machado Pureza	Suzana Cardoso
Diagramador	Auxiliar de Assuntos Educacionais	Bibliotecária

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Ivan Gomes Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

306.1 I61i	Interfaces educativas e cotidianas : ribeirinhos / Organizadores: José Roberto Linhares de Mattos, Romaro Antonio Silva, Sandra Maria Nascimento de Mattos – Macapá : Edifap, 2024. 140p. (Coleção Povos Tradicionais; v. 5).  ISBN 978-65-89513-29-2 (impresso) 978-65-89513-26-1 (digital)  1. Comunidades tradicionais - Amapá. 2. Ribeirinhos – Amapá. 3. Cultura Amazônica. I. Mattos, José Roberto Linhares de (org.). II. Silva, Romaro Antonio (org.). III. Mattos, Sandra Maria Nascimento de (org.). IV. Título.
---------------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Suzana Cardoso, CRB 1.142, com dados fornecidos pela Editora do IFAP

*Dedicamos essa obra a todos os povos ribeirinhos e, também, à comunidade científica, pelo importante papel no desenvolvimento social e econômico. Que sejamos sempre resilientes na busca por melhores condições de vida para todos e todas.*





# AGRADECIMENTOS

O Livro “Interfaces Educativas e Cotidianas: Ribeirinhos” produz em todos nós reflexões sobre os direitos, o espaço e o modo de vida desses povos. Populações tradicionais que vivem às margens dos rios e lagos, que têm um modo de vida baseado em atividades econômicas como a pesca, o extrativismo vegetal, o artesanato e pequena agricultura, em geral, de subsistência.

Considerando o atual cenário envolvendo questões ambientais e a necessidade de preservação da vida na terra, esse livro, que é o volume 5 da “Coleção Povos Tradicionais”, atua no sentido de fortalecer as lutas pelo respeito à cultura desses povos.

Dessa forma, direcionamos nossos agradecimentos iniciais aos ribeirinhos que são os atores principais do livro e, também, a todos os pesquisadores que contribuem sempre para o fortalecimento da cultura e da ciência no mundo.

Não podemos deixar de agradecer ao Instituto Federal do Amapá, por meio da Edifap, pela publicação e socialização dos estudos junto à comunidade científica. Da mesma forma, agradecemos aos membros do Conselho Editorial Científico do livro; ao Senador da República, professor e historiador Randolfe Rodrigues, que escreveu o prefácio do livro; e ao professor Claudionor de Oliveira Pastana que escreveu o texto da quarta capa.

Por fim, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, dedicaram seu tempo para a consolidação desta obra. E a você que tem interesse por um assunto tão importante para todos e prestigia os envolvidos com a leitura do livro.

Nossos sinceros agradecimentos!

*Os organizadores.*



# PREFÁCIO

Morar às margens de um rio, numa casa estruturada entre dois e três cômodos, construída e erguida sob palafitas. Equilibrar o trabalho ao tempo da natureza - alta da maré, escuridão na mata, período de reprodução de determinadas espécies. Em frente às residências: trapiches, canoas presas por cordas entrelaçadas em alguma estrutura de madeira fincada na água, onde navegam os membros da comunidade em pequenas embarcações movidas a motor ou a remo.

A rotina de ribeirão sempre esteve relacionada ao meio ambiente, uma relação mútua de sobrevivência entre floresta e quem depende dela. E não só a paisagem externa das residências dá evidência a isso. Dentro das moradias de tom amadeirado, ainda é comum fogões à lenha, utensílios fabricados com palha, talas de palmeiras e cipós: vassouras, matapis - armadilhas para capturar camarões - e cestos usados no depósito dos resultados do extrativismo e da pesca. Mas não somente o contraste natural do dia a dia dessas populações se diferencia da agitação de centros urbanos. Há um universo rico em saberes culturais que atravessam gerações; ao mesmo tempo em que grande parte da riqueza é ignorada por setores de investimentos e gestões públicas, que minimizam os potenciais do desenvolvimento sustentável e dão espaço à exploração desordenada.

Tratamos aqui de locais que ainda hoje têm dificuldades de acesso ao fornecimento de energia elétrica, água potável, a meios de comunicação, internet, transporte, educação, saúde e lazer.

Essas populações, contudo, aprenderam a superar a falta de atenção por meio do conhecimento proporcionado pela convivência e interação com a fauna e a flora. Não que os desafios tenham se encerrado; pelo contrário, permanecem bem vivos. Mas o enfrentamento da realidade ocorre de forma singular, criativa, recheada pela beleza ancestral amostra no verde do extremo norte do país.

Ancestralidade presente desde o nascimento ocorrido, quando o isolamento geográfico é amplificado pela desigualdade, pelas mãos de grandes mulheres que carregam a sabedoria de caminhar pela mata fechada e identificar frutos e árvores que possam oferecer produtos eficientes na amenização das dores do parto ou do “tempo certo”, como assim elas costumam classificar. As parteiras atuaram na linha de frente do auxílio a grávidas desassistidas pelo poder público e, além de seus filhos biológicos, também se tornaram mães de vilarejos e comunidades do interior.

Ribeirinhos vivem mais de perto o “faça você mesmo”. Tomemos como exemplo também a carpintaria naval, em que a mão do homem o guia na criação do meio para transportar a si e seus bens; sem o auxílio de grandes máquinas e distante do sistema de produção industrial. Uma arte com função econômica e sobretudo cultural. Talento passado de pai para filho e perpetuado em oficinas repletas de moinha, madeiras, pregos e marceneiros orgulhosos com as antigas e próximas construções.

O trabalho advindo de herança familiar, no entanto, pode tomar formas não tão artísticas. A falta de oportunidades e instrução refletem uma realidade complexa, em que o desejo de trabalhar com algo que garanta a preservação ambiental e da própria saúde perde lugar para a necessidade de ter uma renda mínima. Mesmo com frentes amplas de atuação pela união entre economia, segurança social e desenvolvimento sustentável, os núcleos familiares tornam-se vulneráveis pela carência e o medo da fome e viram alvos de setores

do agronegócio, pecuária e extração de madeira e minérios.

Em 2021, um estudo do International Pollutants Elimination Network em conjunto com o Biodiversity Research Institute apontou alto índice de contaminação por mercúrio em mulheres de quatro regiões da América Latina: Brasil, Bolívia, Colômbia e Venezuela. As brasileiras contaminadas residiam na comunidade Vila Nova, em Porto Grande, e Pedra Branca do Amapari. Eram amapaenses que tinham como única perspectiva de trabalho aquilo que aprenderam com os pais: a garimpagem.

Isso acontece porque - embora o garimpo faça vítimas em acidentes ao longo dos anos e polua os rios, peixes e pessoas com a utilização do mercúrio para a coleta de ouro -, garimpeiros têm dificuldades em vislumbrar outro meio de sobrevivência às futuras gerações e, com isso, tornam regra entre os descendentes o aprendizado sobre o ofício.

Mas essa não é uma realidade imutável!

Algumas mulheres que participaram da pesquisa internacional mostraram que a mudança é possível a partir de um ponto crucial: conhecer a fundo o espaço onde habitam.

Elas criaram a Associação das Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari, formada por quem encontrou esperança no investimento de práticas que não destroem a Amazônia. Apoiadas por ONGs, elas trocaram o cansativo e perigoso trabalho do garimpo pela eficiente e gratificante produção de cosméticos, óleos e pomadas com recursos extraídos de plantas e árvores nativas. Uma ação ainda discreta diante da imensidão do território amazônico. Uma atuação necessária! Empoderamento, independência financeira, dignidade, sustentabilidade. Esses elementos podem caminhar em harmonia, aproveitando benefícios culturais e históricos que incorporam questões identitárias.

A adaptação de práticas socioculturais para o desenvolvimento das comunidades destoa positivamente de pensamentos grosseiros em relação à vida ribeirinha - caboclo com vestimentas velhas que se limita a exercer com destreza somente atividades manuais como a caça e a pesca. Também aponta oportunidades para sair da imersão em imposições decorrentes de desigualdades históricas. O olhar sob o nosso povo deve obrigatoriamente ir além de estereótipos enraizados por visões elitistas, que, em vários cenários, associam povos tradicionais ao atraso industrial e à dificuldade de crescimento econômico. É o contrário! A sabedoria da floresta deve ser estimulada. Nela, podemos encontrar o que a humanidade busca incessantemente: qualidade de vida. Por isso, a leitura deste livro se faz tão importante.

A união de visões técnicas que consideram a vida diária de comunidades ribeirinhas não se traduz apenas num catálogo com informações socioambientais e geográficas. Dá destaque àquilo que deve ser auxiliado, multiplicado, aprimorado.

Que por meio das contribuições desta obra, possamos cada vez mais considerar a vida ribeirinha como um cristal: um objeto/cenário/ambiente a ser visto em diferentes perspectivas de acordo com o ângulo no qual se observa. Enxergar um mesmo fato e um mesmo fenômeno com diferentes olhares é exercício para o senso crítico e estímulo ao pensar e ao agir.

Temos aqui um forte instrumento para proliferar informações que não alcançam satisfatoriamente a população desde o surgimento da imprensa no Amapá, em 1890, em meio a conflitos históricos, quando as terras tucujus ainda eram administradas pela Capitania do Grão-Pará.

Conscientizar o povo sobre a sua própria condição é dar mecanismos às transformações em respeito à identidade local. É mostrar que soluções para problemas de um meio podem estar contidas nele e não em estratégias desenvolvimentistas abraçadas pela mídia tradicional.

A educação é tarefa de um todo e faz emergir o direito de viver bem sem perder de vista aquilo que se é.

Randolfe Rodrigues  
Senador da República  
Amapá, setembro de 2022.





## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO1.....	19
<i>Sandra Maria Nascimento de Mattos</i>	
<b>CAPÍTULO 1</b>	
RIBEIRINHOS DO AMAPÁ: MAPEANDO TESES E DISSERTAÇÕES.....	25
<i>Sandra Maria Nascimento de Mattos</i>	
<i>José Roberto Linhares de Mattos</i>	
<i>Romaro Antonio Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b>	
HISTÓRIA DO TRABALHO NA AMAZÔNIA: MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO RIBEIRINHO COM AÇAÍ.....	49
<i>Fabricao Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b>	
TRAVESSIA: OS CATRAIEIROS E O TRANSPORTE ESCOLAR NA COMUNIDADE FOZ DO RIO VILA NOVA, SANTANA - AP.....	65
<i>Maria Eduarda Costa da Silva</i>	
<i>Raíla Vitória Guedes de Souza</i>	
<i>Poliana Macedo de Sousa</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b>	
OS CATRAIEIROS: A HISTÓRIA DA PROFISSÃO NA COMUNIDADE FÓZ DO RIO VILA NOVA, SANTANA - AP.....	83
<i>João Moraes da Costa Júnior</i>	
<i>Raíla Vitória Guedes de Souza</i>	
<i>Rafael Campos Santiago</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b>	
SABER MATEMÁTICO EM FUNÇÃO DO DOMÍNIO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	99
<i>Nilton Fernandes Gonçalves</i>	
<i>Ayrton Luiz Urizzi Martins</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b>	
GERAÇÃO DE RENDA, EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES RIBEIRINHAS NO AMAPÁ.....	117
<i>Suellen Campos de Macedo</i>	
<i>Sandra Maria Nascimento de Mattos</i>	
<b>POSFÁCIO</b>	
UM SABER CULTURAL NA BEIRA D'ÁGUA.....	133
<i>José Roberto Linhares de Mattos</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	137





# APRESENTAÇÃO

## **AMAZÔNIA BRASILEIRA: MODOS DE VIVER, SER E SABER**

O livro “Interfaces Educativas e Cotidianas: Ribeirinhos”, volume 5 da Coleção Povos Tradicionais, publicada pela Edifap - Editora do Instituto Federal do Amapá – Ifap, trata sobre modos de viver, ser e saber na Amazônia brasileira. É mais uma publicação sobre os povos tradicionais do Brasil que, claro, não poderia faltar os ribeirinhos.

Contribuir para dar visibilidade aos ribeirinhos que circundam a Amazônia brasileira foi um percurso desenvolvido pelos autores deste livro. Apresentar exímios mantenedores dos saberes e fazeres desenvolvidos com e nos rios, em suas cheias e vazantes, que controlam as vidas daqueles que lutam por sobrevivência e por proteção desses próprios rios, foca o olhar para os desafios enfrentados pelos ribeirinhos cotidianamente.

Os capítulos são bem variados e trazem assuntos que envolvem história, estilos de vida com relação ao trabalho e a escola, questões de natureza ambiental, geração de renda, empoderamento feminino e educação. Tudo relacionado a um povo com conhecimentos próprios, que são chamados ribeirinhos por viverem nas margens de rios.

Estarem próximos às margens dos rios com moradias ou não, envolve o pertencimento com o ambiente envolvente e com o próprio rio, fortificando a identidade ribeirinha. A floresta Amazônica os guarda e os rios comandam suas vidas. As atividades são direcionadas pela sazonalidade de cheias e vazantes, das chuvas, da fauna aquática e da flora que habitam esse bioma brasileiro.

Os textos foram escritos por pesquisadores que conhecem a região Amazônica, em especial, os estados do Amapá e do Amazonas. Esses autores dedicam parte do seu tempo em investigações sobre povos desta região, a qual é extremamente importante no cenário brasileiro.

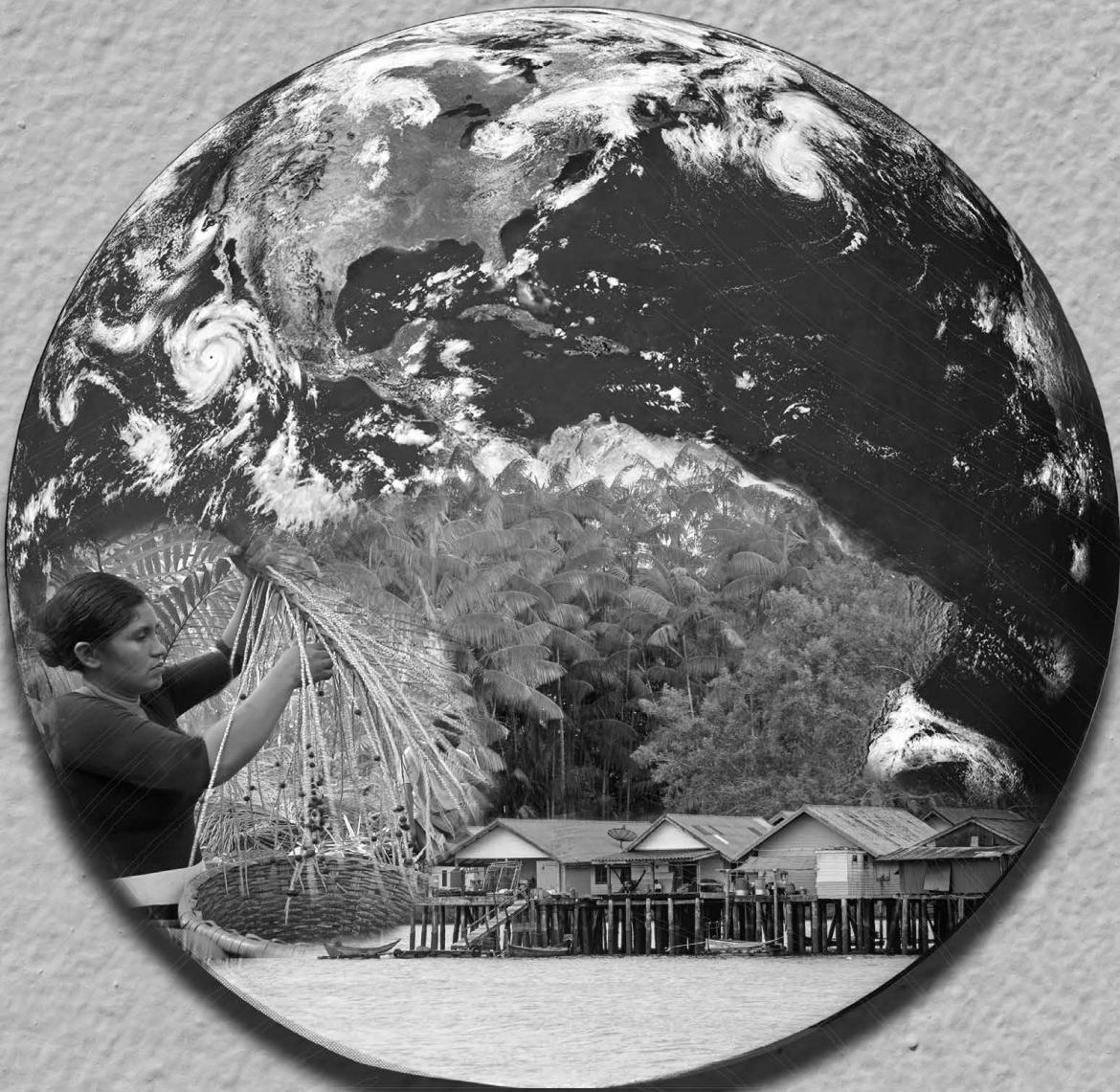
No conteúdo desses textos existe uma escrita simples, porém com rigor acadêmico, portanto, o livro tem alcance abrangente, desde estudantes de níveis iniciais, passando por professores e estudantes de pós-graduação, até pesquisadores das mais variadas áreas. Todos poderão desfrutar das informações trazidas aqui, das mais diversas formas que precisarem, seja como referência em seus trabalhos, seja apenas como uma leitura prazerosa.

Nessa perspectiva, o livro “Interfaces Educativas e Cotidianas: Ribeirinhos”

vem agregar à coleção os conhecimentos ancestrais dos ribeirinhos, um grupo sociocultural que luta por reconhecimento e enfrenta o rompimento de uma trajetória de apagamento, seja econômica, política, cultural e social.

*Sandra Mattos*  
*Rio de Janeiro, inverno de 2022.*





# Capítulo 1

**RIBEIRINHOS  
DO AMAPÁ:  
MAPEANDO TESES E  
DISSERTAÇÕES**





# RIBEIRINHOS DO AMAPÁ: MAPEANDO TESES E DISSERTAÇÕES

Sandra Maria Nascimento de Mattos

José Roberto Linhares de Mattos

Romaro Antonio Silva

## **Introdução**

A maior dificuldade quando fazemos pesquisa de levantamento é encontrar o material para análise, quando estes não estão disponíveis online. Romper a barreira que é construída entre o documento que precisamos e o autor é um caminho, muitas vezes, inquietante e desafiador. Inquietante por não obter retorno e desafiador por tentar de várias perspectivas encontrar o documento de interesse para as análises pretendidas.

Cabe mais essa escolha para os pesquisadores, ou seja, o que fazer? Deixar de lado os materiais é, às vezes, a única opção. Evidenciamos que os trabalhos, os quais foram abandonados, foi devido à falta de resposta dos autores ou a falta de contato dos mesmos. O mérito dessa pesquisa recai sobre àqueles trabalhos que de alguma maneira trouxeram a população ribeirinha em suas mais variadas vertentes, sejam pessoais, sociais, econômicas, políticas e, principalmente, culturais.

Mapear trabalhos abrange uma categoria, enviesada, que é identificar quais descritores vamos utilizar para recolhê-los da melhor maneira possível e para trazer a maior quantidade. Os ribeirinhos do Amapá foi, e podemos afirmar que continua sendo, uma população relegada ao esquecimento por algum tempo, mas, mesmo

assim, no período estabelecido como marco temporal, de trinta anos, encontramos pesquisadores que voltaram seus estudos para esse grupo sociocultural.

Nesse mapeamento tomamos como objetivo de investigação analisar trabalhos que trazem, em seu teor, aspectos voltados para os ribeirinhos do Amapá. Evidenciamos que entendemos como ribeirinhos a população que vive às margens dos rios, no caso desse trabalho, àqueles pertencentes ao Estado do Amapá. Além disso, essas pessoas desenvolvem a pesca artesanal ou a coleta e a extração vegetal, como a castanha e o açaí, entre outros, alguns vivendo da subsistência local.

Dos dezoito trabalhos analisados, obtivemos um leque de áreas de estudo, permeando a medicina; o manejo florestal e piscatório; as mídias de rádio e televisão; as dificuldades escolares, de inclusão e de formação docente; o extrativismo e a mercantilização do ambiente, bem como, fortalecimento da identidade e empoderamento ribeirinhos, reforçados por sua territorialidade.

### **Percursos de busca das teses e dissertações: trinta anos, poucos trabalhos**

Mapear produções envolve escolhas, as quais vão direcionar nossos percursos investigativos. Diante dessa afirmação, optamos como base de busca de dados o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Elegemos os descritores “ribeirinhos” AND “Amapá”, com marco temporal nos últimos trinta anos, ou seja, de 1992 a 2021, estes foram os focos iniciais de busca, os quais nos trouxe 13 trabalhos no CTD e 17 na BDTD. Vale ressaltar de que, nesses últimos trinta anos, houve lapsos entre 1992 até 2009 nas pesquisas da BDTD e 1992 até 2000 nas pesquisas do CTD. Por ser pouco o quantitativo de trabalhos, inicialmente, não descartamos trabalho algum.

De posse desses trinta (30) trabalhos, fizemos uma segunda seleção, agora analisando os resumos. Dos treze (13) trabalhos do CTD, um foi excluído por abordar povos indígenas e outro por tratar ribeirinhos do estado do Pará, já dos dezessete (17) trabalhos da BDTD, cinco foram excluídos, ou seja, três por abordar quilombolas, um por abordar a toxidade da água do rio, sem relacionar-se com alguma comunidade ribeirinha e outro por dizer respeito aos ribeirinhos de Sergipe. Diante dessas exclusões, restou-nos dezoito (18) trabalhos para realizar as análises, já que três constava nas duas bases. Cabe ressaltar que três desses trabalhos não foram analisados devido a ausência deles nos sites consultados e, mesmo após termos conseguido contato com os autores, já que não houve resposta deles.

Foram elaboradas algumas categorias, como estratégia, para separar os trabalhos para uma análise inicial. Para os trabalhos do CTD foram criadas três categorias:

Saúde física e psicológica; Produção e manejo florestal; Produção e manejo piscatório; identidade e territorialidade ribeirinha e mídias. Já para os trabalhos da BDTD, além dessas categorias, foram criadas outras três: inclusão escolar; formação de professores e mercantilização da natureza. Cabe ressaltar que na categoria produção e manejo piscatório não houve resultado nesta base de dados.

### **Análises dos trabalhos por categorias**

Para compreender a organização realizada em relação as categorias e facilitar a leitura dessas análises, optamos por apresentá-las separadamente. Nessa lógica, o nosso interesse foi apresentar estes trabalhos e se estão trazendo, em seu teor, aspectos voltados para os ribeirinhos do Amapá. Cabe ressaltar que todos os trabalhos são determinantes para compreender os percursos investigativos que, nestes trinta anos, foram motivos de preocupação de algum pesquisador. Consequentemente, abrimos espaço para todos aqueles que, de alguma maneira, focam os ribeirinhos do Amapá.

### **Categoria 1: Saúde física e psicológica**

Na categoria saúde física e psicológica, encontramos três trabalhos (Quadro 1), os quais tratavam sobre índice de felicidade (Ramos, 2015), práticas corporais (Cardoso, 2014) e reanimação neonatal (Pinheiro, 2012).

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Saúde física e psicológica	
CTD	Ramos, Aline S. Índice de felicidade interna bruta de áreas urbana e peri-urbana ribeirinha do município de Santana/AP: relação entre urbanização e qualidade de vida. UNIFAP, 2015.	Dissertação
	Cardoso, Layana C. R. Tecendo redes sobre a saúde dos povos tradicionais da Amazônia: um enfoque antropológico sobre a relação entre as práticas corporais e saúde dos ribeirinhos. UNIFAP, 2014.	Dissertação
BDTD	Pinheiro, Rossiclei de Souza. Ensino da reanimação neonatal para parteiras tradicionais – do aprendizado à prática nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. UNESP, 2012.	Tese

**Quadro 1. Saúde física e psicológica**

Fonte: Autores, 2022.

Ramos (2015) utilizou como local de pesquisa o município de Santana/AP, mais especificamente no distrito Ilha de Santana. Em suas análises, Ramos (2015) após aplicar questionários à noventa sujeitos, agrupou em cinco níveis de Felicidade Interna Bruta (FIB), segundo a qualidade de vida (QV). De acordo com a autora, no índice FIB 1 a QV muito ruim; no FIB 2 a QV ruim; no FIB 3 a QV regular; no FIB 4 a QV boa; e no FIB 5 QV muito boa. Em suas considerações, Ramos (2015, p. 93) afirma que os resultados apontam que:

os aspectos característicos do processo de urbanização têm prejudicado o uso satisfatório do tempo e os relacionamentos mais intensos e positivos do ser humano com o meio e comunidade em que vive, comprometendo principalmente a qualidade da vida social dos indivíduos mais imersos no processo de modernização social.

Diante disso, constatamos que é importante determinar o índice de felicidade para a localidade em que os sujeitos residem, além de melhorar a qualidade de vida deles. Concordamos com Ramos (2015) quando afirma que é importante determinar a qualidade de vida, olhando para o processo de urbanização e modernização das sociedades e determinar o quanto está afetando a felicidade dos sujeitos.

Cardoso (2014) optou por realizar sua pesquisa em Mazagão Novo/AP ou Sede, na Comunidade Igarapé do Samaúma. Em relação a saúde, os sujeitos entendem-na como boas práticas de alimentação e o trabalho. Entretanto, não ficou fora desse entendimento o tratamento com os resíduos sólidos, popularmente chamados de lixo. De acordo com a autora (Cardoso, 2014), os moradores dessa comunidade apresentam doenças crônicas por maus hábitos, entre eles, o fumo e o alcoolismo, além de doenças como artrite e osteoporose.

Cardoso (2014), também, alerta sobre os impactos nocivos à saúde, pela urbanização, na vida dos ribeirinhos. Para a autora (Cardoso, 2014, p. 59), os ribeirinhos estabelecem, “através de suas práticas corporais relações singulares com o meio, com o outro e consigo mesmo”. Cardoso (2014, p. 78) conclui que:

A saúde através do olhar dos moradores é percebida como o cuidado com a alimentação e a prática de atividades físicas, porém esse conceito construído por eles é o conceito oriundo das trocas culturais com o ambiente urbano e que por diversas vezes não é aplicável ao contexto ribeirinho.

Com o estudo de Cardoso (2015) pudemos constatar que existe uma necessidade de valorizar a cultura ribeirinha, além de percebermos que é importante promover ações educativas em relação às práticas corporais, as quais sejam voltadas para a saúde.

Os estudos de Pinheiro (2012) pautaram-se por apresentação multipaper de dois artigos. Em seu primeiro artigo foi apresentada procedências de Cutias, São Raimundo do Pacuí, Comunidade Ilha Redonda, Bailique, Calçoene,

Pracuúba, Itaubal, Santana, Porto Grande, Oiapoque, Macapá, Tartarugalzinho, Pedra Branca, Serra do Navio, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Porto Grande, Mazagão Velho, Vitória do Jari no estado do Amapá. Várias parteiras foram entrevistadas e participaram de um curso de reanimação neonatal.

Pinheiro (2012, p. 31) afirma que:

O reconhecimento da asfixia neonatal e as ações imediatas com o recém-nascido têm grande importância na diminuição da mortalidade neonatal precoce, principalmente nos países em desenvolvimento, e as parteiras percebem o risco de asfixia principalmente nos neonatos que não choram, são pequenos (prematturos), estão hipotônicos, tem dificuldade para respirar ou estão cianóticos.

Em suas considerações a autora afirma que, as parteiras são mulheres maduras, com pouca instrução e moderada experiência. Já no segundo artigo, Pinheiro (2012) revisita as parteiras pesquisadas anteriormente para perceber se elas retiveram os conhecimentos adquiridos. A autora constatou que poucos foram os conhecimentos resguardados pelas parteiras, após três meses do curso. Ainda, segundo Pinheiro (2012) apesar do conhecimento prévio das parteiras sobre reanimação neonatal ser considerado pouco, elas detinham noções básicas sobre os passos iniciais da reanimação, e a maioria foi capaz de relatar, pelo menos uma ação adequada nos passos iniciais.

Compreendemos, após a leitura do trabalho de Pinheiro (2012), ser de suma importância o papel que as parteiras representam para o atendimento ao parto domiciliar no estado do Amapá, principalmente para os ribeirinhos. Fica o alerta para a necessidade de treinamentos, de forma constante, sobre reanimação neonatal para estas parteiras. Além disso, deve ser revisado, melhorado e, acima de tudo, que o curso seja ministrado como uma estratégia de educação continuada. Olhando para os três trabalhos compreendemos a importância dos requisitos básicos de saúde e para a saúde dos ribeirinhos. Constatamos, ainda, que os atendimentos iniciais são relevantes para as parteiras ribeirinhas, bem como, a apresentação dos aspectos nocivos do álcool e do fumo. Fica-nos evidenciado de que é necessário um acompanhamento específico para que os ribeirinhos tenham sua saúde preservada e assegurada.

## **Categoria 2: Produção e manejo florestal**

Na categoria produção e manejo florestal, encontramos cinco trabalhos (Quadro 2), sendo que um estava em interseção nas duas bases de coleta. Portanto, tínhamos quatro trabalhos para realizar as análises. O trabalho de Filocreão (1992) aborda produção extrativista; Ramos (2000) trata sobre o uso florestal e o potencial produtivo; tanto Farias (2012) quanto Matos Filho (2016) focam nos manejos tradicionais dos açaiçais.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Produção e manejo florestal	
CTD	Filocreão, Antonio S. M. Extrativismo e o capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. UFPB, 1992.	Dissertação
CTD	Ramos, Carlos Augusto Pantoja. Possibilidade de otimização do uso florestal para pequenos produtores de várzeas da Amazônia: um estudo na costa amapaense. FCAP/UFRA, 2000.	Dissertação
	Farias, Juliana Eveline dos Santos. Manejo de açaçais, riqueza florística e uso tradicional de espécies de várzeas do estuário Amazônico. UFAP, 2012.	Dissertação
BDTD	Filocreão, Antonio S. M. Extrativismo e o capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. UFPB, 1992.	Dissertação
BDTD	Filocreão, Antonio S. M. Extrativismo e o capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. UFPB, 1992.	Dissertação
	Matos Filho, João Ramos de. Modo de vida e o manejo de açaçais nas várzeas do rio Mazagão, município de Mazagão-AP, Brasil. UFPA, 2016.	Dissertação

Quadro 2. Produção e manejo florestal

Fonte: Autores, 2022.

Filocreão (1992) olhou para o estado do Amapá, pesquisando na região do rio Jari, margem esquerda, nas comunidades de Jarilândia, Santo Antônio da Cachoeira, Padaria e Iratapuru. Segundo Filocreão (1992) nesta região encontra-se a maior produção de castanha do Brasil. Entretanto, a produção extrativista de castanha, acaba nas mãos de grandes compradores que possuem a infraestrutura para o escoamento do produto para fora do estado.

Em suas análises, Filocreão (1992) constatou que a população ribeirinha vive da produção extrativista da castanha, a qual é responsável direta pela economia

desses sujeitos. A maioria são analfabetos, o que implica na falta de acesso ao mercado de trabalho. Contudo, a escolarização dos filhos desses ribeirinhos vem efetivando-se em níveis mais altos. Filocreão (1992) constatou que o trabalho agrícola é essencial para a sobrevivência desses ribeirinhos. Encerra sua pesquisa com a certeza de que a conjuntura atual impõe, aos ribeirinhos, o extrativismo autossustentável, discussões sobre o valor político dos produtos florestais amazônicos e o valor ecológico dessa extração, bem como, da Amazonia para a sobrevivência da humanidade.

Chegamos ao século XXI com as mesmas inquietações colocadas por Filocreão (1992) no século passado. Há, de alguma maneira, certo impasse quando se trata de olhar para a proteção de floresta, não só para a sobrevivência humana, mas para a proteção do planeta. Assim, como Filocreão (1992), esperamos que os movimentos ambientalistas entrem na pauta política e que sejam encarados como um projeto de desenvolvimento autossustentável para as regiões amazônicas. Ramos (2000) trabalhou com a comunidade do Lontra da Pedreira em área florestais de várzea, situada às margens do rio Pedreira em Macapá/AP. De acordo com o autor, a seleção foi realizada a partir dos sistemas agrícolas de produção e, sobre a escolha dos sujeitos, olhou-se para o potencial sobre o conhecimento a respeito do uso florestal pelos ribeirinhos.

Ramos (2000) afirma que é necessário, aos ribeirinhos, ter o entendimento de que à medida que cresce a produtividade florestal, cresce o valor natural. O extrativismo local baseia-se, principalmente, na coleta dos frutos dos açaiçais. O manejo dos açaiçais, basicamente, consiste na abertura das touceiras de açaiçais para entrada de luz e favorecimento das plântulas do açaí.

Ao encerrar seu trabalho, Ramos (2000) constata que é necessário garantir a exploração dos recursos de maneira sustentável, resguardando um certo percentual de sementes e frutos para reposição do material retirado e garantir, aos futuros produtores, a exploração das espécies nativas da região. Concordamos com Ramos (2000) quando afirma que é necessário haver um rodízio entre as espécies de árvores que serão alvo de extração.

Observamos que o manejo florestal deve respeitar as características das espécies florestais, evitando desequilíbrios e até isolamento reprodutivo em áreas de floresta. Além disso, cabe o respeito às épocas de floração e frutificação dessas árvores, bem como a manutenção da biofísica de sua área de abrangência. Diante disso, concordamos com Ramos (2000, p. 102) quando afirma que a implantação efetiva do manejo florestal comunitário em florestas de várzeas deve respeitar tanto os aspectos humanos quanto externos à comunidade, “pois florestas de várzeas tem muito mais a oferecer do que simplesmente madeira”. Farias (2012) optou pela apresentação multipaper a respeito de sua pesquisa. Nessa lógica, a autora baseou-se na construção de três artigos, além de uma revisão da literatura. No primeiro artigo, Farias (2012) afirma que as populações



ribeirinhas moradoras em várzeas convivem com a uma variedade de recurso e sobrevivem do extrativismo vegetal de coleta, principalmente do açaizeiro. Segundo a autora, o açaí é o segundo produto mais consumido do estuário amazônico no Amapá.

A técnica do manejo agroflorestal do açaizeiro envolve o inventário, a escolha e o corte seletivo das espécies; desbastes das touceiras de açaizeiro; seleção das árvores e limpeza anual (Farias, 2012). As comunidades ribeirinhas usam seus conhecimentos tradicionais para aumentar e aperfeiçoar a produção de açaí. No segundo artigo, a pesquisa ocorreu no Mazagão, onde Farias (2012) constatou que o conhecimento etnobotânico e sobre o manejo de açaizais estão concentrados em pessoas com faixa etária acima dos 43 anos. Podemos inferir que são os chamados sabedores da cultura.

No terceiro artigo, a pesquisa também foi desenvolvida no Mazagão. Nas áreas sem manejo florestal foram encontradas muitas famílias, as quais contribuíram para a redução da riqueza de espécies nas áreas de floresta. Segundo Farias (2012, p. 81):

A redução na riqueza florística nas áreas com manejo de açaizais é pequena e aceitável, quando comparada com os benefícios sociais da atividade, e na medida em que os açaizais são entendidos como pequenas ilhas de alta produtividade no meio da floresta.

Analisando o trabalho de Farias (2012) é possível constatar que o manejo dos açaizais é realizado em pequena escala, mas deve ser estimulado aos ribeirinhos. Portanto, necessita ser incentivado, levando em conta a conversação da floresta e a importância econômica do manejo de açaizais, bem como, de outras espécies nativas da floresta amazônica.

A comunidade Foz de Mazagão Velho, no município de Mazagão-AP foi a área escolhida por Matos Filho (2016) em sua pesquisa, a qual tem a coleta do açaí como principal fonte de renda. Os ribeirinhos moradores dessa área, fazem o manejo tradicional, repassados de geração a geração, mesmo havendo filhos desses ribeirinhos com escolarização, não houve modificação do manejo tradicional para o técnico.

Matos Filho (2016, p. 99) finaliza sua pesquisa com uma preocupação, sobre a qual pontua:

Apesar da imagem de sustentabilidade dos açaizais manejados nas várzeas, uma expansão em larga escala dessa prática nas comunidades ribeirinhas do Estado do Amapá, como vem ocorrendo em Foz Mazagão Velho, esconde elevados riscos ambientais em médio e longo prazo, principalmente no que diz respeito à realização do desmatamento “verde”, onde não se usa o fogo para promover as derrubadas.

Sua preocupação tem respaldo e afirma-se por entender a necessidade de

promover campanhas de educação ambiental, na tentativa de evitar desmatamento provocado pela necessidade de sobrevivência baseado somente no açaí. A sustentabilidade local deve ser prioridade para os ribeirinhos, moradores dessa região.

Fica-nos perceptível nesses trabalhos, que há certa necessidade de desenvolver políticas públicas voltadas para a preservação e sustentabilidade das áreas de florestas amazônicas. Coadunamos das mesmas preocupações e inquietações que esses pesquisadores levantaram sobre as possibilidades que o manejo florestal técnico, ao ser implantado nas mais diferentes regiões, venha garantir maior segurança para a coleta pelos ribeirinhos, tanto do açaí quanto da castanha do Brasil, bem como outras espécies nativas em que é praticado o extrativismo.

### **Categoria 3: Produção e manejo piscatório**

Na categoria produção e manejo piscatório foi encontrado apenas um trabalho (Quadro 3) em que Marinho (2009) aborda o movimento social e os conflitos na pesca.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Produção e manejo piscatório	
CTD	Marinho, Marcos dos Santos. Movimento social e conflitos na pesca. PUC-SP, 2009.	Tese
BDTD	Não foram identificados trabalhos	

Quadro 3. Produção e manejo piscatório

Fonte: Autores, 2022.

Marinho (2009) afirma que, assim como os indígenas e os quilombolas, os ribeirinhos precisam ter seus direitos assegurados por meio da aquisição do poder de interlocução política. Por serem considerados populações tradicionais, os ribeirinhos foram invisibilizados perante as leis de proteção a esses tipos de população. Segundo o autor, por causa dessa invisibilidade é aberto espaços para outras pessoas externas à localidade e que causam conflitos aos pescadores artesanais ou ribeirinhos, principalmente nas áreas protegidas (Marinho, 2009). Marinho (2009, p. 48) deixa evidente que “No caso das populações tradicionais, a diversidade ambiental associa-se à diversidade cultural”. Portanto, as populações tradicionais têm o direito de se autodeclararem e, da mesma forma, não podem ser entendidas como extrativistas somente. O autor afirma, ainda, que o peixe é um componente fundamental na alimentação dos ribeirinhos e pescadores. Entretanto, a entrada da pesca industrial e da coleta de peixes ornamentais tem desequilibrado as espécies de peixes. Diante disso, o grande

problema para os pescadores é a conservação do pescado, já que há falta de frigorífico, condições precárias de trabalho e discriminação por parte do Estado (Marinho, 2009). Marinho (2009) encerra seu trabalho afirmando que a visão hegemônica de desenvolvimento está embasada no mito da racionalidade econômica, o que possibilita aos ribeirinhos e pescadores serem prisioneiros de um trabalho pesado para a indústria. Para o autor, é preciso garantir a defesa dos recursos naturais para utilização de forma sustentável deles. A luta dos pescadores e ribeirinhos é para garantir os meios de vida, a manutenção da cultura e do território ribeirinho (Marinho, 2009). Portanto, é necessário o reconhecimento de suas especificidades locais e pessoais. O que percebemos com esse trabalho é o total desrespeito aos conhecimentos adquiridos de geração em geração por esses trabalhadores. É importante resguardá-los e garantir a propagação para que se possibilite a sobrevivência local e dos pescadores e ribeirinhos.

#### **Categoria 4: Inclusão escolar**

Na categoria inclusão escolar obtivemos apenas um trabalho (Quadro 4), no qual Ferreira (2018) alerta sobre a escassez de estudos na área de altas habilidades/superdotação. Segundo o autor, nas escolas não há um acompanhamento especializado, tampouco salas de recursos multifuncionais. Além disso, há a predominância de um currículo híbrido e padronizado, o qual não valoriza estudantes com altas habilidades/superdotação.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Inclusão escolar	
CTD	Não foram identificados trabalhos	
BDTD	Ferreira, José Adnilton Oliveira. Inclusão escolar? O aluno com altas habilidades/superdotação em escola ribeirinha na Amazônia. UNESP, 2018.	Dissertação

Quadro 4. Inclusão escolar

Fonte: Autores, 2022.

Ferreira (2018) traz que a educação inclusiva teve seu início fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, permeando os vieses da exclusão para a integração e, posteriormente a inclusão. Portanto, a educação inclusiva parte do princípio de “[...] uma educação de qualidade para todos e tem como objetivo maior reconhecer, acolher e respeitar as diferenças no ambiente escolar e possibilitar o acesso, a permanência e a aprendizagem de

todos os alunos na escola, [...]” (Ferreira, 2018, p. 24). Assim, ao garantir a educação para o povo ribeirinho inevitavelmente caímos em um movimento de lutas, ancorada na educação do campo.

Para Ferreira (2018, p. 35),

A Educação Ribeirinha deve ser definida e estar atrelada às necessidades das pessoas que residem neste espaço geográfico, levando em consideração a realidade delas de forma a favorecer a construção de conhecimentos que venham garantir uma melhor qualidade de vida para os habitantes do campo.

Nessa lógica, a educação ribeirinha deve ser voltada para a população ribeirinha, a qual envolve percursos pelos rios. Esses rios têm papéis vitais na organização social, cultural, religiosa e econômica dos ribeirinhos. Voltando os olhos para os superdotados/altas habilidades, Ferreira (2018) afirma que esses estudantes são como quaisquer outros, sobressaindo-se em uma habilidade. Entretanto, no currículo não há espaço para esses estudantes, tampouco para trazer os saberes locais para a sala de aula.

Ferreira (2018, p. 107) ressalta que:

Essa forma de exclusão dos saberes locais é o que Mignolo (2010) denomina de Geopolítica do conhecimento, que se refere às relações entre espaço e poder que geram as hierarquias entre os diferentes sistemas de conhecimento quando relacionamos espaço, poder e saber.

Entendemos que existem grandes dificuldades para desenvolver uma educação inclusiva, principalmente em espaços subjugados e invisibilizados pelas políticas públicas em nosso país. Porém, o esforço conjunto ocasiona mudanças e emana a necessidade de uma escola inclusiva que atenda tanto os estudantes com altas habilidades/superdotação quanto quaisquer outros, bem promova o desenvolvimento de um currículo que foque a cultura desses estudantes e fortaleça a identidade sociocultural deles.

### **Categoria 5: Identidade e territorialização ribeirinha**

Na categoria identidade e territorialização ribeirinha encontramos dois trabalhos (Quadro 5), um em cada base de dados. Brandão (2019) aborda os saberes culturais dos ribeirinhos e Bacelar (2019) traz o agronegócio para as discussões sobre expansão das fronteiras de capital no Amapá.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Identidade e territorialidade ribeirinha	
CTD	Brandão, Priscila Pantoja do Nascimento. Saberes culturais ribeirinhos: o brincar e a cultura infantil a partir das narrativas dos moradores da comunidade de Arraiol - Arquipélago do Bailique/AP. UNIFAP, 2019	Dissertação
BDTD	Bacelar, Manoel Osvanil Bezerra O agronegócio: a territorialização e a expansão das fronteiras do capital no Amapá. UFG, 2019.	Tese

Quadro 5. Identidade e territorialização ribeirinha

Fonte: Autores, 2022.

Brandão (2019) aborda os saberes culturais dos ribeirinhos pelo viés das brincadeiras das crianças. Assim, é por meio do brincar que a autora vai olhar a cultura dessa população. Para Brandão (2019) pesquisar a cultura significa compreender as mutações e permutações ocorridas no espaço/tempo, bem como entender que ao se fazer pública, a cultura torna-se uma ação simbólica do comportamento humano.

Cabe, ainda, compreender que o patrimônio cultural abrange os modos de vida, passados ou presentes, que se constituem, também, nas narrativas que revivem memórias ou rememoram atividades, saberes e fazeres oriundos dos antepassados, conferindo identidade a um determinado grupo sociocultural. Brandão (2019) alerta que a maioria das comunidades tradicionais não têm seu patrimônio cultural reconhecido, tampouco registrado ou documentado como informações de propriedade intelectual de cada grupo e tomados como elementos imateriais do patrimônio brasileiro.

A cultura infantil remete-nos a modos diferenciados de interpretação do mundo, principalmente o ato de brincar. Assim, nessa cultura há aquilo que chamamos de jogos simbólicos em que as crianças criam ou dão vida a elementos e objetos adaptados não por sua imaginação. Brandão (2019, p. 42) ressalta que “o brincar é uma das formas que a criança possui para aprender e desenvolver-se, é a maneira pela qual ela adquire e categoriza informações espontaneamente”. A cultura infantil das crianças ribeirinhas caracteriza-se por jogos e brincadeiras em que são exteriorizados suas vivências e acontecimentos que fazem de sua rotina cotidiana. Portanto, a relação com o brincar da criança ribeirinha envolve a natureza. Há, ainda, a confecção de brinquedos artesanais construídos com materiais retirados da natureza. Além disso, o rio é espaço de brincadeiras corporais (Brandão, 2019).

Uma brincadeira muito comum é a guerra de lama, bem como bonecas feitas de espiga de milho. A brincadeira surge como espaço de aprendizagem, local

em que meninos e meninas se misturam e fazem bolos, bonecos, tigelas, objetos confeccionados com a lama (Brandão, 2019). É um brincar simples, totalmente diferente das crianças urbanas. A criatividade é aspecto importante nessas brincadeiras. De uma casca de melancia surge uma boneca, bem como da vassoura do açaí. Assim, como barquinhos construídos de restos madeiras para brincarem no rio.

Brandão (2019, p. 175) encerra sua pesquisa afirmando que

[...] uma comunidade ribeirinha em que as crianças ainda são mediadas pelos saberes locais por meio de jogos, brinquedos e brincadeiras, possui forma singular e peculiar que tece diversidades de significados, atitudes, ações e construções de saberes culturais que envolve a criança em suas identidades na construção de culturais infantis peculiares [...].

Consequentemente, a cultura infantil ribeirinha reflete a cultura pela qual ela se constitui, revelando saberes e fazeres que se baseiam no trabalho manual, nos elementos da natureza e no rio. Assim sendo, o brincar e a natureza são indissociáveis, permitindo que a criatividade e imaginação infantis crie e recrie valores, crenças e costumes em suas brincadeiras.

Bacelar (2019) afirma que o Amapá é um estado com uma variedade de recursos naturais, estando situado no interior da maior bacia hídrica do mundo. Contudo, as atividades do agronegócio trazem ameaças e riscos que podem ser inevitáveis. Segundo o autor é preciso monitoramento sobre as transformações geradas pela instalação desse processo de expansão do capital agrícola.

Ressalta, ainda, que há grande variedade de espécies vegetais, tal qual de caranguejos, ostras e camarões. Com a instalação da indústria madeireira, o bioma amapaense foi bastante ameaçado e castigado em função da degradação ambiental (Bacelar, 2019). Além disso, a indústria farmacêutica e cosmética vem prejudicando as florestas, bem como as ervas medicinais. Há uma forte pressão para que o agronegócio crie novas alternativas para a expansão das fronteiras agrícolas.

Bacelar (2019, p. 39) afirma que:

As savanas do Amapá têm sido palco de confrontos entre as comunidades locais com os agentes do agronegócio. Além das transformações diárias impostas pelo capital agrícola às populações, o meio ambiente é o que mais tem sido transformado, em função da pecuária, dos extensos florestamentos com árvores exóticas (Gemelina, pinus e eucalipto), para extração de madeira e produção de cavacos para exportação. Surge-se, assim, a territorialização do capital promovida pela elite macapaense, pelo capital financeiro e pelas indústrias.

A movimentação econômica formada por diversos setores impulsiona o agronegócio. Explorados por grandes empresários, os pequenos trabalhadores vendem

sua força de trabalho para terem o mínimo de condições de sobrevivência. Bacelar (2019) fecha sua pesquisa compreendendo que o agronegócio provoca destruição dos recursos naturais e dos territórios de vida dos agricultores tradicionais. Para Bacelar (2019, p.224):

O uso de sementes transgênicas, o uso de agrotóxicos, de adubos sintéticos e da mecanização no campo do Amapá já permitem constatar profundas transformações na dinâmica agrícola local.

Além disso, a monocultura desenfreada provoca assoreamento nos rios e erosão do solo, prejudicando diferentes tipos de colheitas que eram efetuadas pelos pequenos agricultores. Diante disso, é difícil compreender que o agronegócio seja algo bom para essa região do país ou quaisquer outras, já que dificulta a economia e produção alimentar dos ribeirinhos e camponeses da localidade. Para estas populações é possível produzir a partir dos conhecimentos tradicionais, com práticas de manejo de espécies biodiversas, provocando harmonia com o ambiente.

### **Categoria 6: Formação de professores**

Na categoria formação de professores encontramos três trabalhos (Quadro 6), disponíveis em somente uma base de dados. Cada um dos três trabalhos focam a formação de professores por diferentes vieses, mas que acabam entrelaçando-se. Silva (2015) traz o currículo como expressão de identidade cultural dos docentes; Gomes (2017) aborda a educação ambiental, trazendo os saberes e percepções docentes em uma escola ribeirinha e Valente (2017) ressalta a formação continuada como proposta para compreender a realidade ribeirinha.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Formação de professores	
CTD	Não foram identificados trabalhos	
BDTD	Silva, Maria Aparecida Nascimento da. Currículo da Escola Ribeirinha na Amazônia e a produção da identidade cultural dos docentes e alunos das classes multisseriadas do Ensino Fundamental. UFPel, 2015.	Tese
	Gomes, Raimunda Kelly Silva. Educação ambiental: saberes e percepções socioambientais dos docentes de uma escola ribeirinha do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, Santana-AP. UFPA, 2017.	Tese
	Valente, Tatiane Nunes. A formação contínua de professores na Amazônia Amapaense: uma proposta para a realidade Ribeirinha do Anauerapucu. PUC-SP, 2017.	Dissertação

Quadro 6. Formação de professores

Fonte: Autores, 2022.

Silva (2015, p. 39) relata que “o ribeirinho sendo um ser que produz cultura, o aprendizado dos elementos simbólicos, dos hábitos, costumes, valores e crenças os

faz criar sua própria identidade”. Entretanto, essa identidade é geográfica, já que a ocupação do território ocorreu às margens dos rios, o que favorece a pesca com meio de sobrevivência. Consequentemente, o deslocamento dá-se pelos rios. Apesar de ser meio de sobrevivência as águas também são preocupação para os ribeirinhos, devido às restrições de navegação, enchentes e animais aquáticos perigosos.

Em relação a educação, a maior parte ocorre no contexto familiar, com histórias transmitidas de geração em geração. Quanto a educação no contexto escolar, o currículo é baseado no urbano. Embora a criação das Escolas Ativas preverem um currículo voltado para o fortalecimento dos movimentos do campo (Silva, 2015). Nessa lógica, é necessário compreender o currículo como um elemento de fortalecimento de identidades culturais.

Silva (2015) ressalta que o ensino modular foi criado para garantir o acesso à educação formal nos lugares em que não há ensino regular. Os professores passam por processo seletivo para terem acesso ao sistema modular. Para garantir o fortalecimento das identidades há pequenas alterações no currículo, as quais focam a linguagem oral, respeitando as relações culturais existentes no mundo ribeirinho.

Nessa perspectiva, a articulação entre currículo e cultura é entendido como práticas de significações, que produzem subjetividades e identidade social. O fortalecimento da identidade cultural dos ribeirinhos é um caminho para assegurar prioridades educacionais voltadas para essa população. Além disso, promover um currículo com situações das práticas cotidianas dos ribeirinhos que subvertam e tornem-se insurgentes às políticas públicas que a eles são impostas. Os estudos de Gomes (2017) relacionam a educação ambiental como princípio para construção de sociedades sustentáveis, sendo um divisor de águas, trazendo consigo os “aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais e educacionais como fundamento para a formação cidadã das gerações futuras” (Gomes, p. 28), além de entender a educação como uma das maneiras de alcançar a sustentabilidade.

O entendimento da educação ambiental e de sustentabilidade passa pelos professores, tomados como aqueles que têm as condições para promover esse conhecimento aos estudantes. Dessa maneira, Gomes (2017, p. 80) ressalta que cabe lembrar que a educação ambiental é um dos aspectos que devem constar nos currículos de formação de professores. Porém, é deixada de lado, repercutindo “[...] diretamente na maneira como os (as) professores (as) têm contribuído para a distorção de conceituação do meio ambiente na educação formal”.

Para além disso, os professores não têm pertencimento a cultura local, o que dificulta a construção de laços afetivos com a comunidade, provocando um distanciamento afetivo-político e falta de comprometimento com a população ribeirinha. Ainda, segundo Gomes (2017) gera falta de empatia que, mesmo



reconhecendo as dificuldades enfrentadas por essa população, delimitam fronteiras que não valorizam os saberes e fazeres ribeirinhos.

Gomes (2017) encerra sua tese afirmando que é necessária uma formação continuada de professores que foque a cultura local, os saberes e fazeres ribeirinhos. No currículo dessa formação deve existir abertura para efetivar a educação ambiental para o desenvolvimento de práticas emancipatórias, construídas em conhecimentos socioambientais com participação coletiva da população a que se destina.

Valente (2017) entra pelo mérito de uma formação continuada voltada para a população ribeirinha. De acordo com a autora, existe a necessidade de criar um plano de formação que dialogue com as práticas voltadas para emancipação dos sujeitos, aliadas as propostas de reflexão crítico-colaborativas (Valente, 2017). Sendo o professor uma figura que medeia o ensino e a aprendizagem deve ter consciência da necessidade de sua formação continuada. Fica evidenciado que é necessário ao professor avaliar sua prática pedagógica para poder descrever, informar e reconstruir caminhos viáveis para que favoreça a aprendizagem significativa, tornando o ensino mais equitativo.

Pudemos constatar que tanto Gomes (2017) quanto Valete (2017) têm preocupações voltadas para a formação docente que vise a cultura local dos ribeirinhos. Cabe, no âmbito dessa formação, o desenvolvimento de propostas que viabilizem o ensino e a aprendizagem com justiça social, equidade de oportunidades, além de promover a empatia diante dessa população que já é tão prejudicada pelo esquecimento político e o apagamento sociocultural.

## **Categoria 7: Mídias**

Na categoria mídias encontramos dois trabalhos (Quadro 7), em que Almeida (2005) aborda a televisão como captadora de sentido e produtora de consumidores, principalmente em comunidades ribeirinhas e Wanderley (2015) traz o rádio como um recurso realizado pelo próprio ouvinte.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Mídias	
CTD	Almeida, Márcia Andreia da Silva. Consumo e produção de sentido em comunidades ribeirinhas no interior do Amapá. UFRJ, 2005	Dissertação
BDTD	Wanderley, Patrícia Teixeira Azevedo. Alô, Alô Amazônia: o rádio que o ouvinte também faz. UFPA, 2015.	Dissertação

Quadro 7. Mídias

Fonte: Autores, 2022.

Almeida (2005, p. 25) em seu trabalho de pesquisa afirma que “a televisão enquanto concessão pública nem sempre está a serviço do público” e, ao ler as

diferentes culturas, produz uma cultura midiática que resulta na aceitação de sua programação pelo público de modo geral. A audiência angaria uma obediência cega pelas mensagens que são apresentadas e que, podem representar ou não a verdade.

Para Almeida (2005, p. 64) é preciso levar em consideração “[...] que todas as formas de consumo são culturalmente específicas, ou seja, são articuladas dentro ou em relação a modos de vida significativos e específicos”. Isso nos leva a compreender que a moda é um identificador cultural, ditado pela televisão. Na região ribeirinha pesquisa combinar o vestuário com o dita a moda confere certa identidade aos jovens ribeirinhos.

O consumo dos produtos veiculados pela televisão incrementa o comércio local ribeirinho. Além disso, os salões de beleza têm grande procura, em que os cortes de cabelo observados na televisão precisam ser reproduzidos pelos profissionais do salão (Almeida, 2005). As telenovelas também ditam moda, comportamentos, tornando-se um elemento integrado ao cotidiano comunitário dessa população.

Já Wanderley (2015) em sua investigação traz o rádio como maneira de integração entre ouvintes e uma programação da emissora local que é o Alô, Alô Amazonia. De acordo com a autora, o público feminino é o que mais envia mensagens para o programa. Em se tratando do público masculino, são eles os que mais recebem essas mensagens. Para enviar mensagens a população ribeirinha leva horas viajando em um barco (Wanderley, 2015).

Wanderley (2015) relata que o discurso dessas mensagens é bem característico dos ribeirinhos, em que há uma riqueza e diversidade nesses discursos. Ainda, segundo a autora, existem muitos mitos propagados sobre a região Amazônica, em que muitos deles são inverdades.

Os ribeirinhos são considerados como sendo uma população tradicional, tomando esse conceito baseado em

[...] que utilizam sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, que foram adaptados às condições locais, apontando a importância dessas populações para o desenvolvimento da Amazônia (Wanderley, 2015, p. 34).

Além disso, essa população é caracterizada por múltiplas desigualdades, tais como sociais, culturais, econômicas, políticas, entre outras, o que mantém as invisibilidades, as quais são impostas a todos os povos tradicionais e originários. Para a maioria dessa população, o meio de distração e de manter-se informados, após um dia de trabalho, é a rádio local. Entretanto, a rádio foi impulsionada após os anos 90 do século passado. E como são os ouvintes que enviam mensagens, a programação é direcionada e mantida por esses ouvintes, entendendo-os como aqueles que fazem a rádio (Wanderley, 2015).

O que constatamos em ambas as pesquisas é que tanto a televisão quanto a rádio modificaram a vida dos ribeirinhos, ou seja, a rádio ampliou a difusão das comunicações entre os ribeirinhos que têm parentes distantes, fortalecendo laços de amizade e familiares. Já a televisão ampliou o aspecto consumista entre os jovens ribeirinhos, criando nichos que se caracterizam pela moda que lhes é importa pelas emissoras de TV.

### **Categoria 8: Mercantilização da natureza**

Na categoria mercantilização da natureza encontramos apenas um trabalho (Quadro 8), em que Monteiro (2018) traz a monetarização da natureza.

Teses e Dissertações	Categoria	Nível de pesquisa
	Mercantilização da natureza	
CTD	Não foram identificados trabalhos	
BDTD	Monteiro, Igor Alexandre Pinheiro. Comuns em cercamento: uma análise do protocolo comunitário do Bailique, Amapá, Brasil, UFPA, 2018.	Dissertação

Quadro 8. Mercantilização da natureza

Fonte: Autores, 2022.

Monteiro (201, p. 30) afirma que:

O avanço tecnológico aliado à visão economicista sobre a natureza, quantificou e individualizou os bens comuns como “serviços” autônomos prestados por comunidades tradicionais, plantas, as águas e os animais, revelando uma tendência de mercantilizá-la, pungente no início do século XXI.

Diante dessa constatação, Monteiro (2018) ressalta que houve a monetarização do meio ambiente, o que provoca a extinção em massa de algumas espécies vegetais e animais. Além disso, essa exploração provoca o crescimento desenfreado de indústrias e do consumo, o que descaracteriza os biomas locais.

Monteiro (2018, p. 133) encerra sua pesquisa afirmando que:

Com toda a análise realizada neste trabalho, é necessário ressaltar uma questão importante. Apesar das críticas tecidas sobre o processo de construção do Protocolo Comunitário do Bailique e as ramificações do projeto, não estou a negar o direito das comunidades ribeirinhas em se alinhar às políticas de desenvolvimento neoliberais. Pelo contrário, mesmo porque esse tipo de posicionamento contrariaria a defesa da autonomia e autogoverno dos povos.

O que nos leva a acreditar que apesar de ser prejudicial a mercantilização da natureza ribeirinha, há a ânsia por desenvolvimento local por parte dessa população. Entretanto, há também resistência por outra parte dessa população, como as raizeiras, mantenedora da produção local de remédios. Há o consenso

de que os conhecimentos ancestrais devem ser poupados para a garantia da sustentabilidade da natureza e preservação do ambiente.

## **Considerações Finais**

Pela abrangência de áreas de estudo que foi apresentado neste mapeamento, podemos afirmar que os pesquisadores estão interessados em resolver algumas dificuldades encontradas em ambientes, os quais os ribeirinhos têm pertencimento no Estado do Amapá. Focar a saúde física dessa população, nos leva a argumentar que ocorrem deficiências tanto para a contenção de exageros de álcool e fumo, quanto para qualificar as parteiras locais, devido a falta de hospitais próximos a esses ribeirinhos ou, ainda, pela dificuldade de acesso aos hospitais existentes.

A maior incidência de trabalhos se deu na produção e manejo florestal. Acreditamos que olhar para a proteção e sustentabilidade local é um parâmetro importante para a sobrevivência dessa população, principalmente, quando existe a exploração predatória das espécies vegetais em favor do agronegócio e da industrialização no Estado do Amapá. Cabe fazer um adendo de que é extremamente importante resguardar os conhecimentos ancestrais de grupo sociocultural, entendendo-os como propriedade intelectual de cada um dos membros da população ribeirinha local, os quais são passados de geração em geração.

Apesar de termos encontrado apenas um trabalho a respeito do manejo e produção piscatória, entendemos que os mesmos cuidados referentes ao manejo e produção florestal devem recair sobre esses conhecimentos, já que os pescadores artesanais utilizam técnicas resguardadas por seus antepassados, as quais preservam tanto às águas quanto a desova e os peixes da localidade. Diante disso, é relevante minimizar a pesca predatória desenvolvida pelas indústrias e a coleta de peixes ornamentais.

Outro foco que foi trazido nesse estudo diz respeito a educação escolar que é desenvolvida para essa população. Primeiro, as escolas são precárias e mantêm uma infraestrutura também precária, com ausência de professores que conheçam as dificuldades dos estudantes ribeirinhos, bem como, compreendam a cultura, as vivências e os costumes ribeirinhos. Portanto, é necessário primar por uma formação, tanto inicial quanto continuada que dê as condições necessárias aos professores que vão atuar nessas escolas. Segundo, a inclusão escolar deve ser uma estratégia para manter os estudantes nas escolas, tal qual, alocar aqueles que detenham algum tipo de deficiência.

Finalizamos este trabalho com a certeza de que novos pesquisadores estão focando, seus estudos, nesta população. Compreendemos as dificuldades que a atualidade impõe às pesquisas, mas por motivo algum, podemos esmorecer e permitir o distanciamento de nosso olhar para os grupos socioculturais

invisibilizados e quase apagados da história brasileira. Urge que sejamos insurgentes e reagentes às mazelas que acontecem com quaisquer um brasileiro!

### Referências:

- Almeida, M. A. S. (2005). *Consumo e produção de sentido em comunidades ribeirinhas no interior do Amapá*. 173f. (Dissertação de Mestrado em Comunicação e cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Bacelar, M. O. B. (2019). *O agronegócio: a territorialização e a expansão das fronteiras do capital no Amapá*. 249f. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiania.
- Brandão, P. P. N. (2019). *Saberes culturais ribeirinhos: o brincar e a cultura infantil a partir das narrativas dos moradores da comunidade de Arraiol - Arquipélago do Bailique/AP*. 191f. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amapá, Macapá.
- Cardoso, L. C. R. (2014). *Tecendo redes sobre a saúde dos povos tradicionais da Amazônia: um enfoque antropológico sobre a relação entre as práticas corporais e saúde dos ribeirinhos*. 90f. (Dissertação de Mestrado em Ciências da saúde). Universidade Federal do Amapá. Macapá.
- Farias, J. E. S. (2012). *Manejo de açaizais, riqueza florística e uso tradicional de espécies de várzeas do estuário Amazônico*. 102f. (Dissertação de Mestrado em Biodiversidade tropical). Universidade Federal do Amapá. Macapá.
- Ferreira, J. A. O. (2018). *Inclusão escolar? o aluno com altas habilidades/superdotação em escola ribeirinha na Amazônia*. 170f. (Dissertação de Mestrado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus Araraquara.
- Filocreão, A. S. M. (1992). *Extrativismo e o capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá*. 236f. (Dissertação de Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba – Campo II. Campina Grande.
- Gomes, R. K. S. (2017). *Educação ambiental: saberes e percepções socioambientais dos docentes de uma escola ribeirinha do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, Santana-AP*. 162f. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém.
- Marinho, M. S. (2009). *Movimento social e conflitos na pesca*. 241f. (Tese de Doutorado em Ciências sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Matos Filho, J. R. (2016). *Modo de vida e o manejo de açaizais nas várzeas do rio Mazagão, município de Mazagão-AP, Brasil*. 108f. (Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Universidade Federal do Pará. Macapá.
- Monteiro, I. A. P. (2018). *Comuns em cercamento: uma análise do protocolo*

- comunitário do Bailique, Amapá, Brasil*. 145f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará. Belém.
- Pinheiro, R. S. (2012). *Ensino da reanimação neonatal para parteiras tradicionais - do aprendizado à prática nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil*. 67f. (Tese de Doutorado em Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP, Campus de Botucatu.
- Ramos, A. S. (2015). *Índice de felicidade interna bruta de áreas urbana e peri-urbana ribeirinha do município de Santana/AP: relação entre urbanização e qualidade de vida*. 109f. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Federal do Amapá, Macapá.
- Ramos, C. A. P. (2000). *Possibilidade de otimização do uso florestal para pequenos produtores de várzeas da Amazônia: um estudo na costa amapaense*. 146f. (Dissertação de Mestrado em Ciências florestais). Faculdade Ciências agrárias do Pará. Belém.
- Silva, M. A. N. (2015). *Currículo da Escola Ribeirinha na Amazônia e a produção da identidade cultural dos docentes e alunos das classes multiseriadas do Ensino Fundamental*. 186f. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.
- Valente, T. N. (2017). *A formação contínua de professores na Amazônia Amapaense: uma proposta para a realidade Ribeirinha do Anauerapucu*. 112f. (Dissertação de Mestre Profissional em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Wanderley, P. T. A. (2015). *Alô, Alô Amazônia: o rádio que o ouvinte também faz*. 176f. (Dissertação de Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Pará. Belém.



# Capítulo 2

**HISTÓRIA DO TRABALHO  
NA AMAZÔNIA: MEMÓRIA  
E TRANSFORMAÇÕES NO  
TRABALHO RIBEIRINHO  
COM AÇAÍ**





# HISTÓRIA DO TRABALHO NA AMAZÔNIA: MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO RIBEIRINHO COM AÇAÍ

Fabício Ribeiro Ribeiro

## **Introdução**

O açaí é um alimento essencial na cultura alimentar de uma considerável parcela da população Amazônica. Historicamente, fez e faz parte da vida e do cotidiano de populações ribeirinhas, indígenas e periféricas. A produção do suco do açaí se dá por meio de um processo de trabalho que ainda hoje mantém certas características artesanais, as quais, ao longo do tempo, têm sido acompanhadas por mudanças na transformação do fruto em suco, adquirindo uma nova lógica de mercado e de trabalho, de modo a se distanciar cada vez mais de procedimentos artesanais, tornando-se um alimento industrializado, onde o fruto é “branqueado”, pasteurizado, embalado e exportado para outros países e regiões do Brasil (Fontes & Ribeiro, 2012).

Na Amazônia, os produtos de origem vegetal sempre tiveram um papel de destaque para a sociedade local. Essa importância remonta aos povos indígenas, atravessando séculos até os dias atuais, sendo que a tradição em retirar da natureza o necessário à sobrevivência confere ao mundo da “mata” ou da “floresta” uma relevância significativa, no modo de vida dos amazônidas. (Mourão, 1999, p.3) É a partir desse hábito de consumo e de uma cultura de trabalho que percebemos, nas cidades e ilhas próximas as cidades de Belém e de Macapá, o quanto são expressivas as atividades de extração, venda e ingestão desse fruto/bebida. Esse artigo faz um pequeno recorte da pesquisa de mestrado defendida em 2016, no PPHIST da UFPA, que buscou analisar a memória do trabalho com

o açaí. Foram realizadas 96 entrevistas, distribuídas em 14 grupos de trabalhadores (Donos de terrenos, Apanhadores de açaí, atravessadores, marreteiros, batedor de açaí, consumidores frequente e não frequente, amassadeiras, freiteiros, empresários, catadores, meeiros, carregadores e batedores da fábrica), dando-nos uma pequena amostragem da diversidade de sujeitos que fazem parte do cotidiano e do universo de trabalho com o açaí na região Amazônica. As entrevistas procederam com a utilização do roteiro e com um gravador, possibilitando que posteriormente fizéssemos as transcrições e fichamentos das entrevistas, além do cruzamento de informações com outras fontes de pesquisas (jornalísticas e fotografias), que possibilitaram a elaboração e construção da narrativa sobre o assunto.

Neste trabalho, com a finalidade de preservar a identidades dos entrevistados, renomeamos os seus nomes com a expressão Colaborador A, B, C, e D.

É importante destacar que utilizamos a metodologia da história oral, permitindo valorizar os sujeitos que narram as atividades ligadas ao fruto, ressaltando as interpretações e ações dos “indivíduos comuns”, entendendo a história social da Amazônia através de sua memórias, não só através do viés econômico ou dos ciclos econômicos, da “modernidade” e da industrialização, mas pelas vivências e as experiências sociais que esses sujeitos compartilham em seu universo de trabalho.

Devemos ponderar que as memórias, base desta investigação, nos levam a uma sobreposição de temporalidades em que o passado e o presente se entrelaçam – “o tempo do amassar”, “o tempo do apanhar”, “o tempo do bater” das máquinas e “o tempo do exportar” são constantemente expressos na memória dos sujeitos. São percursos que nos retratam as rupturas e permanências no processo de trabalho das atividades ligadas ao açaí, os quais nos permitiram compreender um sentimento de perda e de medo em face da “modernidade” vista como uma ameaça ao futuro de alguns trabalhadores do açaí.

Nessa perspectiva todos os seres humanos teriam uma necessidade antropológica de estabelecer um sentido de passado, uma orientação no tempo, a qual possibilitaria ao ser humano uma localização espaço-temporal. É o que ele chama de consciência histórica, que articularia o passado como experiência, dando sentido e caminhos para o presente e o futuro, em que a consciência histórica seria como um campo de ação orientado por esse passado. (Rüsen, 2001, p.17)

O artigo está estruturado em três tópicos. Na primeira parte abordaremos o trabalho nos açaizais, percebendo o olhar idealizado presente nas memórias desses indivíduos, quando comparadas ao presente em transformação. Os sujeitos carregam marcas de sabedoria e da relação próxima com a natureza, destacando suas experiências e vivências no cotidiano de trabalho pelas ilhas, terrenos e plantações de açaí.

Na segunda parte, no tópico sobre as mudanças nos açaizais, o texto buscará

caracterizar as mudanças na paisagem e na própria dinâmica de manejo do fruto, de como essas mudanças são percebidas pelos trabalhadores. Atentamos para um novo cenário estrutural nas atividades, agora ligadas a um viés industrial e exportador, distanciando cada dia de uma atividade familiar.

Por fim, faremos as reflexões e considerações sobre a importância de agregar estudos que valorizem a memória e o campo do tempo presente, para compreender a complexidade dos processos que constituem a história dos trabalhadores do açaí, tendo como objetivo nesse texto, analisar através da memória e das documentações disponíveis, uma história social do trabalho, enfatizando as transformações na cultura de trabalho desenvolvida nas pequenas ilhas, terrenos, matas pelo estado do Pará e Amapá.

### **O trabalho nos açaizais**

Lá no interior, nós tínhamos as coisas tudinho, vivia da roça, apanhava o açaí pra gente beber, pescava, tinha tudinho pro nosso sustento, não passava dificuldades não. Eu aprendi muito. (Colaborador A. Entrevista, fevereiro 08, 2015)

A memória sobre o processo de trabalho nesses espaços, lembrados como terrenos, matos e açaizais, ensaia uma dimensão das relações de uma cultura de trabalho, na qual se observa que esses sujeitos realizavam diversas atividades no trabalho com o açaí, seja apanhando o fruto, seja o amassando para consumo diário das famílias.

O colaborador A tem 85 anos, exerceu diversas atividades na cultura de trabalho com o açaí, ao rememorar o seu passado na cidade de Ponta de Pedras - PA, quando trabalhava na roça, na coleta de frutos, apanhando o açaí, nos traz uma idealização desse tempo como um período de possibilidades, quando os recursos naturais permitiam o sustento de sua família sem grandes dificuldades pelo interior. Para ele, as dificuldades não eram tão perceptíveis devido à experiência e conhecimento da diversidade dos recursos naturais que estavam presentes nesse espaço.

Percebemos que esses sujeitos fazem referência comum, em suas memórias com o trabalho pelas ilhas e cidades interioranas, apontam que o conhecimento de seus espaços de trabalho, da maturação do fruto, das cheias e baixas da maré ajudavam a vida no campo: conhecer os caminhos, a trilha, o mato ou a palmeira, eram ensinamentos transmitidos hereditariamente no seio das famílias, no qual o conhecimento, saberes e experiências, colocadas em seu cotidiano entre famílias que tradicionalmente viviam/vivem da labuta com o açaí, ligada ao plantar e colher dos frutos dos açaizais.

A coleta de frutos e raízes constitui uma das mais tradicionais maneiras de extração dos meios de subsistência do homem. Essa atividade de retirada

manual do açaí, na qual o conhecimento sobre maturação do fruto e técnicas de subir nas árvores de açaí se traduz como essencial, foi praticada por esses trabalhadores na região amazônica.

Esse é nosso trabalho, é a gente que faz o mais importante aqui tirando o açaí pra levar pra tudo por aí, desde o plantar e o colher né? Daqui que sai tudo, daqui que a gente tira nosso alimento e tira pra todos consumirem por aí. (Colaborador B. Entrevista, agosto 08, 2011)

A partir da citação acima, percebemos a importância do conhecimento adquirido no cotidiano dos sujeitos, que reforça aspectos de uma cultura familiar, com base no extrativismo. O colaborador B, de 19 anos, apanhador de açaí, no terreno de sua família no município de Ponta de Pedras-PA, salienta as funções e tarefas que desenvolvia com o açaí, em que ressalta o conhecimento que lhe permite o adequado plantio, colheita e escoamento do produto, vistos como fundamentais para movimentação da cadeia produtiva, pois, sem as etapas supracitadas, não haveria a chegada do fruto para todos os interessados em sua compra. Dias percebe as dimensões dessa cultura de trabalho, cujo hábito alimentar se tornou um símbolo, demonstrando e expressando a relevância de seu papel no trabalho com o açaí.

A memória que esses sujeitos constroem do trabalho na mata, nos açaizais e demais espaços de vivência, se torna um poderoso instrumento, capaz de revelar hábitos e costumes relacionados às suas vidas em diversos ambientes de trabalho, em meados do século XX, quando essa cultura de trabalho ainda não havia alcançado *status* de notoriedade econômica.

Atualmente o estado do Pará é o responsável pela extração de pouco mais de 700 mil toneladas do fruto, o que tornou o estado líder em exportação do produto, tendo como principais mercados países da Europa, EUA e Japão, estando o mercado ainda em grande expansão, onde se espera duplicar a produção do fruto em três anos, a uma taxa de crescimento de 30% ao ano [...] a necessidade de se possuir uma boa gestão dessa cadeia de distribuição, de modo a minimizar os diversos entraves que possam vir a afetar tal processo. (Souza, 2007, p. 22.) Essa concepção atual de lucro, de crescimento das exportações, de parâmetro de qualidade, garantia de excelência, alto padrão de gerenciamento e gestão de empresas neste mercado de trabalho, que visam a assegurar e a proporcionar o lucro e ampliar o mercado consumidor nessas atividades, é bem diferente daquela que é mencionada pelos sujeitos, na qual, em alguns momentos, é interpretada como uma atividade complementar, reforçando sua ligação, seu conhecimento e saberes com o espaço natural, de uma cultura de trabalho familiar.

As mudanças nessa cultura de trabalho são visíveis, no início da década de 1990, com a plantação do açaí em sistema de manejo florestal e agroflorestal. No qual se iniciou um processo de recuperação da vegetação natural que foi suprimida anteriormente, a partir ciclos produtivos com base na monocultura. (Almeida, Matos & Muller, 2002, pp. 22-23)

Essas mudanças e tensões na cultura de trabalho, que também são expressas em números, atreladas ao consumo e à exportação da bebida e de seus derivados para outros Estados e países, favoreceram a abertura de novos espaços no processo de despulpamento do fruto, criação de fábricas, aumento e investimentos na expansão de áreas para o cultivo e manejo do açaí, o cruzamento de sementes para incentivar o aumento da produção. (Tavares & Homma, 2015, p. 12)

Os trabalhadores mais tradicionais, que tiveram suas experiências marcadas por uma vida ribeirinha, destacam em suas falas, os medos, o descontentamento e problemas acarretados por essas mudanças – “[...] é ruim pra gente que sempre trabalhou nesse ramo. Agora tá difícil de comprar açaí e de trabalhar” (Colaborador C. Entrevista, abril 14, 2014) –, além de expressarem suas preocupações e receio em relação a seu presente, ao evidenciarem um sentimento de perda em relação a uma cultura de trabalho que passou a ser ameaçada pela presença de novos sujeitos – empresários e empresas, que reforça sua identidade de trabalhador, de um trabalho familiar, construída de geração à geração.

Williams (2011, p. 38) ajuda a refletirmos que é essencial para entendermos as leituras que os trabalhadores fazem sobre as modificações nesse universo de trabalho, principalmente ao percebermos na memória dos sujeitos a construção e a representação de um espaço e da prática de trabalho idealizada. Essas representações do campo e do trabalho paradisíaco se encontram, cada vez mais, em um passado distante. Nesse sentido, as memórias desses trabalhadores retratam uma idealização e possibilidade de vida no passado, em comparação ao presente. As mudanças podem ser vistas para alguns sujeitos como ameaçadoras: “[...] não tinha exportação e a gente tinha mais formas de ganhar dinheiro. Mas agora tá difícil e a gente tá perdendo até a oportunidade de trabalhar no ramo” (Colaborador C. Entrevista, abril 14, 2014).

O colaborador C expressa seu receio pela presença desses novos indivíduos, mostrando-nos um progressivo recuo no tempo para confrontar as dificuldades de seu tempo presente, no qual as mudanças, são encarados como uma ameaça. Além disso, através da memória desses trabalhadores, que tiveram suas vivências e experiências ligadas ao mudo mais tradicional dessa cultura de trabalho, nos trazem pistas, quando rememoram um passado, no qual, junto com seus pais, executavam os primeiros passos e etapas do trabalho com o açaí pelas ilhas e terrenos. “Ia só eu e o papai pro mato lá no nosso terreno em Ponta de Pedra apanhar o açaí, limpar o terreno quando o mato tava muito alto. A gente saía pra apanhar e quando tava escuro e aí ficava até meio dia e uma hora. Nós apanhávamos uns 30 paneiros. Eu subia e ele ajeitava.” (Colaborador D. Entrevista, setembro 14, 2011).

As memórias desses sujeitos demarcam uma forte presença masculina e de jovens, que auxiliam em uma das etapas desse processo de extração dos frutos nas ilhas e matas, como retratado no jornal Diário do Pará, apresentando o trabalho

de crianças na colheita, identificando uma das características do cotidiano do trabalho familiar, permitindo inferir que, antes dos anos 1990, quando ainda não existia uma fiscalização mais rigorosa sobre o trabalho infantil, havia uma frequência intensa das crianças e jovens no trabalho das famílias ribeirinhas de apanhar o açaí.

“[...] na Ilha do Marajó é comum os filhos de produtores da população ribeirinha ajudarem os pais na pesca e na colheita de Açaí, entre outras tarefas consideradas por eles familiares.” (Jornal *Diário do Pará*. Crianças trabalham na colheita, 09/06/2004)

O aprendizado era feito de forma não institucionalizada, no âmbito das relações familiares. Apanhar o açaí era tradicionalmente um caminho trilhado ao lado do pai, que transmitia sua experiência, seu conhecimento sobre a natureza, a maturação dos frutos, a cheia e a seca das marés, sobre a maneira adequada para subir e apanhar o fruto na própria mata, ensinando aos mais novos os detalhes desse trabalho.

### **Mudanças nos açaizais**

“Diferente dessas plantações certinhas, todas padronizadas hoje em dia” (Colaborador D. Entrevista, setembro 14, 2011). Essa percepção da mudança da paisagem e da dinâmica no processo de manejo do açaí, retrata o momento atual do trabalho com o açaí pelas ilhas. Os indivíduos caracterizam essa contraposição desse período da padronização dos açaizais com a experiência de trabalho familiar, na qual o fruto estava espalhado no mato, nativo.

[...] naquele tempo a gente saía pra apanhar no mato pra tirar pra gente beber mesmo, era mais pra gente, não tinha esse negócio tudo certinho das plantações pra vender lá pra fora. (Colaborador A. Entrevista, fevereiro 08, 2015)

Diferente dessas “plantações certinhas, todas padronizadas hoje em dia”. (Colaborador D. Entrevista, setembro 14, 2011), como salienta o colaborador D, ao visualizar o momento atual do trabalho de extração do açaí no município de Ponta de Pedra-PA, ele, como o colaborador A e outros sujeitos, traz a contraposição desse período da padronização dos açaizais com a experiência de trabalho familiar, na qual o fruto estava espalhado no mato e pelos terrenos dos ribeirinhos.

Uma atividade com características tradicionais continua sendo exercida pelo interior dos Estados do Pará e Amapá, sendo estreitamente ligada a uma cultura familiar, que fica demarcado as divisões sociais, no qual alguns membros da família desempenhavam funções necessárias para o desenvolvimento das atividades. Uma tradição passada de pais para filhos, na manutenção de uma cultura ribeirinha e extrativista, seja com a presença do pai e dos filhos, que a experiência e conhecimento podem ser expressos nas leituras que trazem em suas memórias

Tem o açaí que ficava espalhado no mato lá no nosso terreno, que era

necessário entrar pra apanhar. [...] Só era no mato, tinha muito. A gente começava em agosto, ia setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Aí terminava, aí ia lá por safra dava dois mil, dois mil e duzentos, aí no menos que dava era mil e oitocentos, quando tirava pouco açaí. Aí quando acabava a safra a gente ia trabalhar na roça, ia tirar milho e mandioca. Aí quando era safra trabalhava nós dois. (Colaborador A. Entrevista, fevereiro 08, 2015)

O trabalho no interior e nas ilhas, quer a princípio atrelado a uma atividade familiar para subsidiar alimentação, quer posteriormente destinado a atender à comercialização da bebida, nas cidades consumidoras da bebida, carregavam uma relação de conhecimento da natureza e das peculiaridades que devem ser atentadas para a extração do fruto por esses ribeirinhos, que retiram do trabalho do açaí seu sustento. As atividades que eram complementares ao trabalho com o açaí foram gradativamente perdendo espaço, à medida que o negócio com o açaí se tornava mais lucrativo: “O Vital só trabalha agora vendendo açaí lá no interior. Ele já vende até pro pessoal das fábricas.” (Colaborador A. Entrevista, fevereiro 08, 2015).

Esses trabalhadores interagem, em seu universo de trabalho, com a preocupação de que, com o intuito de conter gastos, as empresas passaram a interferir e exigir uma nova lógica de exploração dos recursos da natureza, forçando alterações na estrutura na vida dos ribeirinhos/trabalhadores e em suas atividades.

Nas últimas três décadas, o açazeiro vem se destacando por seu impacto positivo na economia paraense. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açazeiros nativos manejados e de cultivos implantados, principalmente nas áreas de várzea. Ou seja, seu padrão produtivo está sendo alterado, (de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado), em função da crescente procura no comércio externo à região [...]. Um exemplo da dinâmica produtiva do açaí constata-se a partir da presença de empresas envolvidas em sua comercialização. Dentre estas destaca-se a presença de um grupo empresarial Norte-americano de exportação do açaí. A estrutura organizacional de atuação deste grupo inclui uma rede de terceirizados onde o produto “in-natura” é escoado, em tempo ágil, através de uma cadeia de transporte que utiliza-se inicialmente da hidrovia, através dos diversos rios e igarapés que entrecortam a malha hidroviária deste município, até a cidade de Abaetetuba de onde segue transportado por caminhão até o local de beneficiamento e consumo final. (Pinheiro & Ferreira, 2010, p.7)

É possível verificar que as próprias leituras e pesquisas contemporâneas reforçam uma mudança nas estruturas de trabalho, as quais perpassam a presença de uma preocupação capitalista de exploração “adequada” dos recursos da natureza, para obtenção de lucro, neste caso, para o açaí, uma ideia de exploração que



seja produtiva. Ademais, através desses trabalhos, podemos compreender, com a memória dos sujeitos dessa pesquisa, um sentimento de perda do domínio de uma cultura trabalho familiar que é destacada por esses trabalhadores em face das mudanças que vêm ocorrendo em seu universo de trabalho.

Outra reflexão que nos ajuda a pensar o processo de mudança nas atividades ligadas ao açaí, está vinculado a presença da indústria do palmito, na década de 1990, a qual, de certa maneira, causou impactos na produção do açaí e na vida dos ribeirinhos (Mourão, 1999, p.28). A procura pelo palmito aparece então como nova oportunidade de renda, fazendo com que os produtores ampliassem a exploração do açaí em direção a novas áreas em estado silvestre. Contudo, a demanda acelerada pelo produto levou à exploração predatória dos açaizais nativos, comprometendo ainda mais o abastecimento do fruto. Nesse momento, em que as reservas de palmito se distanciavam e as famílias produtoras reagiam para recuperar o alimento, essa tendência foi entrecortada por outra, na década de 90, que posteriormente fez com que se iniciasse um processo de recuperação das áreas de açaizais nativos, retomando as práticas tradicionais de manejo agroflorestal, o que levou a produção de açaí a triplicar.

Porém, com o açaí ganhando *status* e significado de produto exportável, novos agentes (empresas e associações) se apoderaram desse processo produtivo, construindo uma concepção em que a valorização de mecanismos que auxiliem a exploração e a lucratividade de uma cultura tradicional e familiar se tornou mais acentuada. As leituras desse universo indicam, em contraposição às mudanças ocorridas nessa cultura de trabalho, na qual empresários passaram a explorar e a investir na padronização e no aperfeiçoamento do plantio do fruto, em decorrência do reconhecimento do fruto e da bebida no mercado nacional e internacional, que houve alterações nos processos e nas relações dos trabalhadores entre si e com a própria natureza.

Novas formas de exploração dos recursos naturais – agora ligadas a empresários e investidores, com as exigências de um produto politicamente correto a ser consumido, com certificação de boa procedência, são preocupações que marcam as novas relações comerciais entre os empresários, compradores e os trabalhadores do meio rural. Essas exigências interferem para alterar estruturas e modos de trabalho.

A tecnologia está dando resultados. Pela primeira vez, os produtores vão colher duas safras de açaí em um ano, com uma produção média de mil latas de 14 kg/dia no ápice da colheita, com técnicas agrícolas que permitem aumentar a produção de açaí das palmeiras típicas da região amazônica. (Jornal Diário do Pará. Tecnologia permite duas safras ao ano. Caderno Belém, 01/03/2000)

Os espaços têm sido direcionados e pensados para a retirada em grande escala

do fruto. Reduzir o tempo e o modo de retirada ganha destaque. Essas alterações no processo de trabalho são ainda evidenciadas com a implantação de algumas empresas/fábricas em meio à “mata” e ilhas, próximas a Belém, como é o caso da empresa em uma área privada na ilha do Murutucu, denominada Frutas da Amazônia Ltda. – Amazonfrut, que, em 1995, começa a funcionar, utilizando mão de obra de trabalhadores assalariados.



Figura 1. Trabalhadores da empresa Amazonfrut, empurrando vagão com basquetas, sobre os trilhos na ilha do Murutucu

Fonte: Acervo do Autor - dezembro de 2012.



Figura 2. Trilho na ilha do Murutucu

Fonte: Acervo do Autor - dezembro de 2012.

Trilhos, vagões e basquetas de plástico dentro da mata são alguns instrumentos utilizados no dia a dia dos trabalhadores. Os paneiros são substituídos pelas basquetas de plástico: os vagões e trilhos passam a percorrer as trilhas desse mundo de trabalho.

A introdução e a adoção de novas tecnologias e ferramentas fez com que um sentimento de domínio e de medo de não exercer sua profissão se tornasse

real. Esses trabalhadores, conforme apresentado neste capítulo, são cientes dessas transformações que criaram novas formas e relações de trabalho nesse universo, no qual duas safras ao ano ou a presença do açaí em áreas de terra firme evidenciaram a penetração e a intensificação de uma concepção capitalista e, ao mesmo tempo, criaram um medo e um sentimento de insegurança para com o futuro. É importante salientar que a introdução de novos sujeitos, com a intensificação do capitalismo, sobretudo após o advento da exportação do açaí, contribuiu para desconstruir antigas formas de trabalho e, concomitantemente, reconfigurou as relações desenvolvidas entre os sujeitos.

Somente pela análise da memória e das experiências desses sujeitos foi possível verificar, nessa disputa, que alguns sujeitos tradicionais, que não estavam completamente inseridos e adequados às exigências do capitalismo, externando sua percepção do presente e destacando uma visão de um passado idealizado, identificado à cultura do trabalho familiar; em contrapartida, aparece uma perda de espaço desses trabalhadores para os exportadores.

### **Considerações**

Para melhor conhecer a história da Amazônia, faz-se necessário levar em consideração as diversas práticas sociais que coexistem e que engendram o cotidiano das relações, traduzindo-se em um emaranhado de atividades.

O modo de vida e as formas de trabalho que eram exercidas e foram rememoradas pelos sujeitos revelaram como estes passaram a perceber que as tarefas desempenhadas em suas infâncias sofreram alterações, no transcorrer do tempo. Desse modo, se faz necessário perceber uma história vista de baixo, centralizando as classes populares e as mudanças e permanências em suas culturas de trabalho, evidenciando as atitudes ativas dos trabalhadores de açaí, suas leituras de mundo dotadas de racionalidades, principalmente em relação às transformações que nos últimos anos vêm sendo desencadeadas no universo de trabalho. (Thompson, 2002, p. 16)

Há de se ressaltar que, a partir deste trabalho, foi percebido que o processo de extração do fruto pelas ilhas tem base em uma cultura familiar; com efeito, a memória dos trabalhadores ribeirinhos nos apresenta uma divisão social do trabalho, baseada no sexo e na idade.

Pelas falas dos sujeitos, foi percebida uma cultura ligada ao trabalho de subsistência, no qual o açaí se traduz como uma importante e intensa atividade, em meio a inúmeras outras que cercam e ajudam as famílias ribeirinhas, na sua sustentabilidade. Foi nesse universo, marcado pelas trocas de experiências, possivelmente em alguns momentos idealizadas pelos trabalhadores, no tempo presente, sobretudo os que apresentaram dificuldades de se adaptarem às novas demandas e exigências que foram sendo introduzidas na cultura de trabalho

com o fruto do açaí.

A leitura ou a imagem idealizada do passado desses trabalhadores contrasta com as novas implicações do presente, na cadeia produtiva do açaí. Foi-nos possível perceber a expansão dessa cultura de trabalho, nas fontes orais e documentais, em que identificamos um crescimento das áreas de açaizais, agora presentes em terra firme, com plantações padronizadas, oriundas de sementes elaboradas em laboratório, que diminuíram o tempo de maturação dos frutos, estimulando uma produção para o mercado nacional e internacional. Nesse cenário se tornaram cada vez mais presentes as fábricas cravadas em um espaço rural, com isso, houve uma reorganização da cultura de trabalho com o açaí, o que contribuiu para criar em torno da memória dos trabalhadores mais tradicionais um receio para com as transformações, como também gerou uma nova concepção sobre o trabalho com o açaí, o qual passou a obedecer cada vez mais a um padrão e organização de todo o processo de fabricação do produto, nas suas diversas apresentações, sendo adotados procedimentos higiênicos para comercialização da bebida, de modo que a natureza não era mais o único fator condicionado à extração do açaí, cooperando para a percepção de alguns trabalhadores quanto ao distanciamento de sua tradição.

## Referências:

- Almeida, C. M. V. C., Müller, M. W., Sena-Gomes, A. R., & Matos, P. G. G. (2002). Pesquisa em Sistemas Agroflorestais e Agricultura Sustentável: Manejo do Sistema. Bahia.
- Fontes, E., & Ribeiro, F. (2012). Os trabalhadores do Açaí na Amazônia: Cotidiano, Natureza, memória e cultura. *Revista de História Oral*. Dossiê - História e Natureza, cultura e oralidade - II. 15(1).
- Mourão, L. (1999). *Do Açaí ao Palmito: uma História ecológica das Permanências, tensões e Rupturas no estuário amazônico*. Belém: Açaí Editora.
- Pinheiro, P. W. S., & Ferreira, D. S. (2010). A cultura do Açaí na Várzea Amazônica: Circuito Espacial Produtivo e Comercial do Açaí nas Ilhas de Abaetetuba/PA. Actas do XVI Encontro Nacional de Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre.
- Rüsen, J. (2001). *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB.
- Souza, J. E. O. (2007). *Gestão logística da cadeia de suprimentos do açaí em Belém do Pará: uma análise das práticas utilizadas na empresa Point do Açaí*. Belém: Editora UFPA.
- Tavares, G. S., & Homma, A. K. O. (2015). Comercialização do açaí no Estado do Pará: alguns comentários. *Revista Eumednet*, Observatório da economia americana. Brasil, Sept.

- Thompson, E. P. (2002). *A formação da classe operária inglesa*. v. 3, 3. ed.  
Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Williams, R. (2011). *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. Tradução  
Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras.





# Capítulo 3

**TRAVESSIA:  
OS CATRAIEIROS E O  
TRANSPORTE ESCOLAR NA  
COMUNIDADE FOZ DO RIO  
VILA NOVA, SANTANA - AP**





# TRAVESSIA: OS CATRAIEIROS E O TRANSPORTE ESCOLAR NA COMUNIDADE FOZ DO RIO VILA NOVA, SANTANA - AP

Maria Eduarda Costa da Silva

Raila Vitória Guedes de Souza

Poliana Macedo de Sousa

## **Introdução**

O estado do Amapá, localizado na Região Norte do Brasil, possui uma grande diversidade sociocultural e ambiental, assim como todo o país, em que são desenvolvidas diversas atividades econômicas, estas variando de acordo com a realidade em que o indivíduo está inserido. E é assim que acontece com os catraieiros, em que esses profissionais realizam uma atividade que é possível apenas mediante condições específicas, ou seja, o rio. O uso da catraia como meio de transporte, o que, consequentemente, torna possível a profissão de catraieiro, é muito realizada em regiões de deságue, por exemplo, nos estados do Ceará, Acre, Pará e Amapá como tratam os estudos de Moraes (2010), Almeida (2014) e Alves e Santos (2019). Logo, os catraieiros estão presentes no dia a dia das comunidades ribeirinhas em toda a região amazônica, sendo

importante conhecer (reconhecer, porque não?) essa atividade profissional por meio desta pesquisa, compreendendo com clareza as funções e incumbências desses indivíduos.

Os catraieiros são trabalhadores responsáveis pelo transporte da população nas comunidades ribeirinhas, mas sua ocupação não se resume a isso. Manobrando uma catraia, eles são incumbidos de diversas funções, que variam desde o carregamento de mercadorias, até o transporte escolar, sendo este último o trabalho mais relevante exercido por eles.

De acordo com Alves e Santos (2019), o transporte dos estudantes e professores à escola é pago mensalmente pela Prefeitura de Santana, que aluga as embarcações e contrata formalmente os catraieiros, que garante um salário fixo para esses profissionais, permitindo assim, que esses trabalhadores possam prover o necessário às suas famílias. Com isso, é possível compreender que a prática de transporte de cargas e mercadorias é algo secundário para esses trabalhadores, sendo apenas um serviço à parte, isto é, um complemento a sua função principal de transporte escolar.

Este capítulo aborda o trabalho exercido pelos catraieiros na comunidade ribeirinha Foz do Rio Vila Nova, localizada no sul do município de Santana, no estado do Amapá, durante a pandemia de COVID-19 ocorrida principalmente nos anos de 2020 e 2021, e sua atuação no transporte escolar daquela localidade. A comunidade Foz do Rio Vila Nova, constitui-se na aglomeração de um pequeno grupo de moradores, que vivem às margens do Rio Amazonas no encontro com o Rio Vila Nova. No lugar existem grandes áreas de floresta, algumas casas, uma única escola – a Escola Municipal de Educação Básica Foz do Rio Vila Nova –, uma igreja e um posto de saúde. Todas as construções na comunidade são de madeira.



Figura 1. Casas na comunidade Foz do Rio Vila Nova

Fonte: Raila Souza, 2021.

Com relação ao procedimento metodológico empregado durante o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a História Oral, a qual pode ser feita a partir

de um indivíduo, um grupo definido ou um conjunto grande de pessoas e pode ser tratada como “um processo sistêmico de pesquisa que envolve além das técnicas de entrevistas, constitui-se como campo que fará a percepção do passado das pessoas, de um grupo e até mesmo de uma comunidade” (Ertzogue & Sousa, 2016). As entrevistas foram realizadas na comunidade nos dias 12, 20 e 22 de fevereiro de 2022.

Logo, será pelos processos históricos de produção, reprodução e negociação dessas memórias que se percebe a importância da perspectiva da metodologia da História Oral neste capítulo e ainda, da importância da função do catraieiro na comunidade pesquisada, assim como explica Jan Vasina (1985 *apud* Prins, 1992, p. 165) em “Oral Traditions as History” em que “onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica”. Assim, esse campo historiográfico seria “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e reconhecida como ‘história viva’” (Meihsy, 2005, p. 17).

O capítulo segue com três sessões, sendo a primeira sobre o trabalho dos catraieiros durante a pandemia Covid-19, como o catraieiro avalia seu trabalho junto com a comunidade e as considerações finais.

### **Pandemia de COVID-19 e o trabalho do catraieiro na comunidade escolar da Foz do Rio Vila Nova**

Os catraieiros geralmente são residentes de áreas ribeirinhas e descendentes de outros catraieiros, ou seja, é uma atividade comumente repassada de geração em geração. O catraieiro mais experiente, com o passar da idade atuando nessa função, começa a levar consigo um “aprendiz”, geralmente na faixa etária da adolescência – muitas vezes o próprio filho, um sobrinho ou alguém que esteja disposto a aprender – durante a jornada de trabalho para o auxiliar na travessia e transporte escolar. É neste momento que o catraieiro vai ensinar seu ofício ao aprendiz. Logo, este mais tarde assumirá a função de catraieiro, e quando mais velho ensinará a outra pessoa, iniciando mais uma vez o ciclo.

Sendo uma função adaptável ao cenário em que está inserida, a profissão de catraieiro sempre encontrou uma forma de se reinventar e evoluir conforme as adversidades apareciam. No entanto, ninguém jamais poderia prever o infortúnio que se aproximava, e impactaria absurdamente a vida de todos.

Durante os primeiros meses de 2020, instalou-se no mundo a pandemia de COVID-19, uma doença respiratória causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2) reportada pela primeira vez em dezembro do ano anterior, caracterizada pelos sintomas de febre, tosse e dificuldades respiratórias. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, até o dia 9 de outubro de 2021, o número total de mortes no Brasil decorrentes da doença já ultrapassava a marca de 600 mil (Brasil, 2021).



Figura 2. Catraios encostados no trapiche da escola

Fonte: Raila Souza, 2021.

Esta situação afetou a vida de todos, exigindo a adoção de novos hábitos e medidas de segurança, como o uso obrigatório de máscaras em espaços públicos, uso álcool em gel e limpeza frequente das mãos (Brasil, 2021), além do isolamento social, que segundo Garcia e Duarte (2020), é uma das principais medidas não farmacológicas para o enfrentamento da pandemia.

Escolas foram fechadas e diversos estabelecimentos declararam falência, no entanto, nas regiões ribeirinhas os impactos da crise foram ainda mais notáveis. Nessas localidades, como a comunidade Foz do Rio Vila Nova, o atendimento médico se resume a pequenas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que durante o ápice da pandemia, não tinham capacidade para atender todas as demandas da população, principalmente, em casos mais graves, quando a doença evoluía para um quadro tão complicado que exigia tratamento intensivo.

Nestes casos, os moradores eram obrigados a buscar atendimento hospitalar nos centros urbanos, o que causava um enorme transtorno, principalmente com relação ao transporte dessas pessoas da comunidade até a cidade.

Ademais, ainda houve impacto econômico oriundo da pandemia nessas áreas, uma vez que nas regiões ribeirinhas prevalecem atividades tanto do setor primário (como a pesca e o extrativismo vegetal), quanto do setor terciário, que são as atividades econômicas que dependem da circulação de pessoas, como transporte (onde atuam os catraieiros) e comércio. Em consequência da pandemia, as atividades do terceiro setor acabaram sendo prejudicadas, deixando dezenas de famílias sem o necessário para sua subsistência (Matta, Rego, Souto & Segata, 2021).

Os catraieiros têm uma vital importância para o deslocamento dentro das comunidades ribeirinhas, contudo, com a rápida disseminação e as altas taxas de contaminação por COVID-19, estes trabalhadores, assim todo o resto do mundo, foram obrigados a se adaptar ao novo cenário.

No entanto, deve-se salientar outro grupo específico que, assim como os

catraieiros, teve sua praxe especialmente afetada pela pandemia: a comunidade escolar.

A comunidade escolar também precisou passar por esse processo de adaptação, uma vez que estudantes e profissionais da educação foram fortemente impactados pela crise sanitária, sobretudo com a suspensão das atividades presenciais. A substituição das aulas presenciais por atividades remotas em momento de distanciamento social físico, levou os docentes a ressignificarem as práticas pedagógicas e de comunicação, por meio das mais variadas tecnologias (analógicas e digitais), nos processos de ensino e de aprendizagem (Santos, Backes, Gabriel & Felicetti, 2021, p. 58).

No entanto, após quase dois anos convivendo com notícias diárias a respeito do agravamento exponencial da pandemia, pôde-se finalmente vislumbrar uma ponta de esperança com o avanço da vacinação. Segundo o Mapa da Vacinação do G1 (2021), até o dia 25 de outubro de 2021, 71,88% da população brasileira havia recebido pelo menos a primeira dose da vacina, e 52,06% já estava com a imunização completa.

Com o aumento constante no número de pessoas imunizadas, e a diminuição de casos graves da doença em decorrência disso, algumas instituições de ensino começaram o processo de retorno gradativo das atividades presenciais – a maioria delas adotando primeiramente um modelo híbrido, em que uma parte da programação é feita remotamente, e a outra presencialmente – planejando e organizando o retorno integralmente presencial em 2022. A Prefeitura de Santana (2021, *online*), em comunicado oficial realizado em agosto de 2021, informou que a partir daquele momento empregaria o modelo híbrido: “Será adotada a metodologia de ensino híbrido para mitigar os prejuízos ocasionados pelo longo período de suspensão das atividades presenciais”.

Por administrar tanto o município quanto seus distritos – onde se localizam a maioria das comunidades ribeirinhas da região –, ao fazer esse comunicado a Prefeitura de Santana se referia também às escolas ribeirinhas. O que significava então, que a partir daquele momento os profissionais catraieiros retornariam ao trabalho no transporte dos alunos de casa até a escola.

### **O “ser” Catraieiro e sua função na comunidade: do transporte de mercadorias ao transporte escolar**

Como já exposto anteriormente, nas comunidades ribeirinhas, o transporte escolar é feito por meio de uma catraia, que segundo Alves e Santos (2019) é um pequeno barco em madeira, que possui aproximadamente 12 metros de comprimento por 2,20 metros de largura, em que cabem aproximadamente 12 pessoas e é guiada por um catraieiro, o qual leva e busca os professores e alunos todos os dias, na travessia do Rio Vila Nova.





Figura 3. Catraieiro na proa do catraio  
Fonte: Raila Souza, 2021.

Para ter autorização de pilotar essas embarcações, o catraieiro precisar ter feito o curso específico para transporte de pessoas, oferecido pela Capitania dos Portos, além de que o barco deverá registrado na Capitania dos Portos para que tenha autorização para circular.

Cabe destacar, que o barco ainda deve ter passado por uma revisão minuciosa, para garantir o bom funcionamento de estruturas como o sistema de freios e embreagem.

Segundo Alves e Santos (2019), a comunidade da Foz do Rio Vila Nova passou a se desenvolver a partir da migração de moradores de outras regiões, que ao perceberem que o espaço estava vazio, tomaram posse das terras, sendo assim ocupada gradativamente. Portanto, não existe uma data exata da criação da comunidade, sabe-se apenas que a ocupação começou por volta dos anos 1960, na época em que o Amapá estava investindo fortemente no seu desenvolvimento econômico, por meio de ações como o Projeto Jari<sup>1</sup> e a instalação da ICOMI<sup>2</sup> para exploração de minérios, em especial o manganês.

Com a chegada de empresas estrangeiras para o até então Território Federal do Amapá, se fez necessário mão-de-obra para a mineração. Esse período foi marcado por um enorme movimento migratório de pessoas vindas de outras regiões para o Amapá, a fim de conseguir emprego, formando assim, várias

1 Denominação dada ao empreendimento econômico desenvolvido em caráter privado, a partir de 1967, pelo empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig na região amazônica para atividades industriais, agrícolas e de extração mineral e vegetal.

2 A ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.) foi uma empresa na década de 1960, começou a explorar as imensas jazidas de manganês então existentes no território amapaense, o que gerou muitos empregos e consequentemente fez com que muitas famílias viessem de outras regiões e se instalassem no estado. Essas jazidas fizeram do Brasil o quarto maior exportador mundial desse minério.

comunidades, entre elas, a comunidade ribeirinha Foz do Rio Vila Nova. Os autores explicam ainda que inicialmente a estrutura da comunidade era mais simples do que se encontra atualmente, pois não havia sequer uma escola no local, o que preocupou bastante uma senhora que lá morava. Em 1976, uma senhora conhecida como Dona Francisca, passou a lecionar voluntariamente em sua própria casa, criando a Escola Foz do Rio Vila Nova, local que mais tarde, devido à necessidade, os catraieiros começaram a trabalhar (Alves & Santos, 2019).



Figura 4. Escola Foz do Rio Vila Nova

Fonte: Raila Souza, 2021.

É interessante destacar que, o trabalho do catraieiro inicialmente não tinha relação com o transporte escolar. Nos registros mais antigos da profissão de catraieiro, que datam do início do século XX, consta apenas que esses profissionais realizavam o transporte de mercadorias e passageiros em catraios, ou seja, carregavam e descarregavam os produtos dos navios que ficavam atracados à distância do cais (Moraes, 2010, p. 63).

Diferentemente do que acontece hoje nas comunidades ribeirinhas, em que esses profissionais são reconhecidos pela importância de seu trabalho, naquela época o serviço era marginalizado e mal remunerado.



Figura 5. Crianças embarcando no catraio

Fonte: Raila Souza, 2021.



O trabalho do catraieiro, assim como qualquer outro, surgiu da necessidade e/ou como forma de completar a renda, sendo uma profissão majoritariamente masculina e – como já foi apontado – na qual esses jovens começam a trabalhar logo cedo, uma vez que o ofício acaba por ser passado de pai para filho, ainda durante a adolescência.

Para Jefferson Arnaldo Nunes Gomes, 30 anos, catraieiro, natural de Belém – Pará, graduado em Matemática e morador da comunidade Costa do Banha desde os cinco anos de idade, local próximo à comunidade Foz do Rio Vila Nova, atuar como catraieiro é algo que lhe traz alegria, pois sua vontade era ser professor e como alternativa está trabalhando como catraieiro, como o pai trabalhava.

Olha... Primeiro eu trabalhei quatro anos, aí depois eu trabalhei um ano, e agora dois anos já faz já. Assim, eu gosto muito de trabalhar com criança, eu sou formado em professor, né? Mas não deu certo, aí a área que eu achei melhor foi trabalhar com criança transportando. Porque eu gosto, e sempre quando eu via o meu pai, que ele era catraieiro também na escola né, aí eu passava junto com ele os alunos<sup>3</sup>, aí eu fui pegando aquele gosto pelas crianças, entendeu? De fazer esse serviço, e na verdade não tem a outra área que eu gostaria de tá né, que era na sala de aula, mas por enquanto ainda não deu certo então... Eu “tô” aqui, fazendo esse serviço aqui<sup>4</sup> (Gomes, 2022).



Figura 6. Catraieiro Jefferson Gomes ajudando as crianças a embarcar no catraio  
Fonte: Raila Souza, 2021.

3 Segundo os catraieiros da comunidade, durante entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2022, a expressão “passar aluno” significa realizar a travessia pelo rio na catraia (Souza, 2022).

4 Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2022 com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Em comunidades ribeirinhas é comum que isso aconteça, até porque é culturalmente estabelecido que, quando uma criança cresce, ela deverá assumir uma função dentro da comunidade e estas funções estão geralmente ligadas aos costumes da comunidade, como observa Roger Castelo (2012) que durante sua visita a comunidade de Cachoeirinha, na Ilha de Santana, em um evento na Escola N. Sra. de Nazaré:

Os ribeirinhos são mestres em muitos ofícios – sem na verdade ter uma profissão bem definida – quando conversamos sobre profissões falam algo como trabalho e faço isso e isso, coisas como: tirar açaí, pescar, ter cultura de subsistência [...] pegar camarão, trabalhar nas catraias, fazer bico na cidade, etc. A maioria das crianças (não é uma afirmação e sim mais umas das observações de um visitante) vai continuar nesta rotina e perpetuar uma cultura semelhante por gerações (Castelo, 2012, online). Com a pandemia e a suspensão das aulas, Jefferson Gomes explica que as atividades foram paralisadas por um período, porém os catraieiros continuaram a receber o auxílio da prefeitura.

Foi muito complicado... A gente deixou de trabalhar, né? Normalmente, todos os dias, teve uma pausa e afetou muito, na verdade. Nosso meio de vivência, assim, nosso estado financeiro. A gente sentiu falta também de “tá” indo na escola. Mas assim, com a pandemia parou alguns catraieiros, no caso nós ficou só três, só que aí ficou nós e cortaram nosso salário pela metade. Aí no caso, só dois dias nós trabalhamos, que temos que ir na escola<sup>5</sup> (Gomes, 2022).

O catraieiro Tomé Pinheiro dos Santos, 50 anos, natural do distrito de Mazagão e que atua há 17 anos nessa profissão, explica que gosta do trabalho e por conta da pandemia, eles não ‘passavam’ mais as crianças, ficando apenas responsáveis por levar as atividades da escola até a casa delas, e isso impactou diretamente na renda dos catraieiros que passaram a receber por diárias, e ainda afirma com pesar que devido a isto está planejando deixar a profissão.

Olha, para mim não é difícil, até porque gosto de trabalhar com as crianças mesmo. Também não senti dificuldade em trabalhar com as crianças, eu gosto delas, elas gostam de mim e me respeitam também. [...] Na verdade, agora que veio essa pandemia a gente não pode mais passar os alunos. A gente ‘tá’ só levando os trabalhos nas casas e levando os professores. O salário é um dos motivos que eu acho que esse ano eu vou parar. Porque com a pandemia né, a gente ficou recebendo só diárias, e uma diária ‘tá’ R\$ 75 (Santos, 2022).

---

5 Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2022 com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



Figura 7. Professor entregando atividades escolares na casa de um aluno da comunidade  
Fonte: Arquivo Pessoal - Professor José Maria Ferreira, 2021.

Ademais aos problemas atuais decorrentes da pandemia, quando perguntados a respeito de qual era o maior desafio na profissão, todos os catraieiros que participaram da pesquisa apontaram o mesmo fator: a natureza. Assim, como explica o profissional José Arcanjo Brandão, 53 anos, paraense e que também atuou por mais de 20 anos no catraio.

Olha, os desafios que a gente encontra são por causa que pega chuva, pega sol, aí no dia a dia. Quando foi feita a reforma da escola aqui do Foz nós levava ‘os aluno’ lá no Anauerapucu<sup>6</sup>, eu com o Tomé Santos. Eu levava no meu barco, ele levava no dele. Aí a gente deixava o barco na beira do rio e ‘nós andava’ com os alunos uns 300 metros até chegar na Escola Raimundo Bahia. Mas era uma satisfação. A gente trabalhava tudo unido né, e graças a Deus deu certo<sup>7</sup> (Brandão, 2022).

Antes do transporte escolar regular ser mantido pela Prefeitura de Santana, as crianças da comunidade tinham duas possibilidades: não frequentavam a escola ou utilizavam alguma embarcação da família ou amigos próximos. Anedina Guedes dos Santos, 47 anos, natural de Santana - AP e moradora da comunidade há mais de 20 anos, explica que também usava uma embarcação similar

6 Anauerapucu é um distrito de Santana, no estado do Amapá, criado em 2001, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possuía 998 habitantes em 2010.

7 Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2022 com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

à catraia para ir à escola, e pontua o quão importante é que se tenha a garantia do transporte escolar à todas as crianças da comunidade. Anedina dos Santos, ainda menciona que atualmente seus filhos utilizam esse transporte, que agora é mantido pela prefeitura, e diz ter um bom relacionamento com os catraieiros.

Como agora eu não preciso, já é meus filhos que estão estudando, a gente tem um bom relacionamento com o transporte escolar. [...] acho assim, que o transporte escolar ele é uma ponte pra essas crianças. Quando não tinha o transporte era dificuldade, agora não, quando eles têm transporte é bom. Porque eu digo assim, que sem o transporte escolar essas crianças não estudam. Então tendo o transporte, eles são a ponte das crianças, no qual eles se deslocam todos os dias pra escola<sup>8</sup> (Santos, 2022).

Outra pessoa que, assim como Anedina dos Santos, utilizou embarcações da família para também ir à escola quando criança foi Maria de Nazaré Pinto de Souza, 37 anos, moradora e natural da Foz do Vila Nova, que atualmente compõe o corpo docente da Escola Municipal de Ensino Básico Foz do Rio Vila Nova. A professora de Ensino Infantil conta como era complicado ir à escola quando mais nova, e como considera o trabalho exercido pelo catraieiro algo de fundamental importância no acesso dos estudantes à educação.

Quando eu comecei a estudar nós íamos de canoa, porque não tinha o catraio, aí depois meu pai foi e comprou um ‘catraíinho’, e aí o meu irmão ia com a gente [...] Ele (o catraieiro) vem, busca no porto de casa e leva até a escola, e quando termina a aula, ele pega as crianças e devolve pra casa, então é uma segurança pra criança [...] Muitos não tem transporte, então é um meio de eles irem<sup>9</sup> (Souza, 2022).

A professora Maria de Nazaré de Souza ainda comenta que as turmas costumam ser pequenas, entre 15 a 12 alunos por turma. E que, por se tratar de escola de Ensino Básico que engloba o Ensino Infantil, as crianças geralmente ingressam na instituição pouco antes de completarem 5 anos de idade. Maria de Nazaré de Souza ressalta que a relação das crianças com o catraieiro costuma ser boa e respeitosa, com a exceção de momentos em que algumas crianças “engraçadinhas” tentam fazer bagunça no barco.

O catraieiro coloca limites dentro do catraio com medo das crianças caírem no rio, ou caírem no catraio e se machucar. Porém tem algumas criancinhas que são rebeldes quando são chamadas atenção. Mas assim, é uma relação de confiança entre as crianças e eles<sup>10</sup> (Souza, 2022).

8 Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2022 com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

9 Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2022 com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

10 Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2022 com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Percebe-se que a relação do catraieiro com o transporte escolar vai além da simples prestação de um serviço, principalmente nos tempos da pandemia da COVID-19 vivida nestes últimos anos. E, apesar dos percalços do cotidiano da profissão seja por causa da natureza em si ou alguma interferência humana, o catraio desenvolve sua atividade com alegria e disposição, principalmente por causa do resultado dessa ação: promover o acesso à educação.

### **Considerações Finais**

Com os avanços e aperfeiçoamentos tecnológicos, o que antes eram apenas canoas de bambu e junco, transformam-se nos mais diversos tipos de embarcações, dos mais gigantescos navios de carga até as pequenas catraias de viagem, que inicialmente eram incumbidos de levar passageiros e mercadorias dos grandes navios até o cais. Os catraieiros têm uma vital importância para o deslocamento dentro das comunidades ribeirinhas. Esse profissional faz parte do dia a dia das crianças e da comunidade da Foz do Vila Nova, sendo assim, reflexo de uma relação construída aos longos dos anos, da implementação de políticas públicas e da confiança e respeito entre família e catraieiro.

Apesar da pandemia, que ainda se mantém ao redor do mundo, o catraieiro entende a importância do seu trabalho. E, principalmente, toda a comunidade apoia, reconhece e auxilia (cada qual à sua maneira) o desenvolvimento dessa função que inclusive é repassada de geração a geração.

Por fim, o catraieiro e sua catraia são, no sentido figurado do termo, a ponte que faz a travessia dessas crianças para a educação e conseqüentemente, para uma perspectiva de melhoria de vida.

### **Referências**

- Almeida, M. A. C. (2014). *Catraieiros do Rio Acre: Cotidiano e Trabalho através dos relatos orais*. Recuperado de [https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397520794\\_ARQUIVO\\_Artigo-catraieirosdorioAcre.pdf](https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397520794_ARQUIVO_Artigo-catraieirosdorioAcre.pdf)
- Alves, D. de S., & Santos, J. P. dos. (2019). *Educação ribeirinha: atuação docente na escola municipal foz do rio vila nova, Santana/Amapá*. Trabalho de Conclusão de Curso; p. 65. Universidade Federal do Amapá.
- Brandão, J. A. (2022, 20 de fevereiro). (R. V. G. de Souza, Entrevistador). *Entrevista VI*.
- Brasil. (2021). *Painel Coronavírus 2021*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>
- Castelo, R. (outubro 12, 2012). *Ilha de Santana (Parte 5 - Retornando à Escola*

- N. Sr.a de Nazaré). *Blog Amapá Minha Terra Amada*. Recuperado de <http://casteloroger.blogspot.com/2012/10/ilha-de-santana-parte-5-retornando.html>
- Ertzogue, M. H., & Sousa, P. M. de. (2016). História Oral e Folkcomunicação: em busca de uma abordagem interdisciplinar na Festa do Divino Espírito Santo de Natividade –Tocantins. *Revista Observatório*, 2(2), 380-402. Recuperado de <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p380>
- G1-SP. (outubro 25, 2021). *MAPA da vacinação contra Covid-19 no Brasil*. G1. Disponível em <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>
- Garcia, L. P., & Duarte, E. (2020). Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, e2020222. Recuperado de <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200009>
- Gomes, J. A. N. (2022, 12 de fevereiro). (M. E. C. da Silva, Entrevistador). *Entrevista I*.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Santana*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/panorama>
- Joutard, P. (1993). *Memória coletiva*. In *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Matta, G. C., Rego, S., Souto, E. P., & Segata, J. (2021). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Recuperado de <https://books.scielo.org/id/r3hc2>
- Meihy, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. (5ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Morais, N. M. (2010). Vaivém das marés: o dia a dia dos trabalhadores catraieiros no porto de Fortaleza (1903-1904). *Revista Mundos Do Trabalho*, 2(3), 60-75. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n3p60>
- Passos, D. S. (2017). *A Icomi e a exploração mineral no Território Federal do Amapá*. Recuperado de <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/4%20A%20Icomi%20e%20a%20explora%20c3%a7%20c3%a3o%20mineiral%20no%20Territ%20c3%b3rio%20Federal%20do%20Amap%20c3%a1.pdf>
- Prefeitura de Santana. (agosto 13, 2021). *Retorno gradual das aulas presenciais em Santana*. Prefeitura Municipal de Santana. Recuperado de <https://www.santana.ap.gov.br/retorno-gradual-das-aulas-presenciais-em-santana/>
- Prins, G. (1992). História Oral. In BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. (2ª ed.) São Paulo: UNESP.
- Santos, A. G. dos. (2022, 12 de fevereiro). (M. E. C. da Silva, Entrevistador). *Entrevista II*.
- Santos, L. B. dos., Backes, L., Gabriel, N. C., & Felicetti, V. L. (2021). A realidade da educação ribeirinha no contexto da Covid-19: saberes pedagógicos para a ação docente. *Revista Práxis*, 3, pp. 56–76. Recuperado de <https://>

[doi.org/10.25112/rpr.v3.2586](https://doi.org/10.25112/rpr.v3.2586)

Santos, T. P. (2022, 20 de fevereiro). (R. V. G. de Souza, Entrevistador). *Entrevista IV*.

Souza, M. N. P. de. (2022, 12 de fevereiro). (M. E. C. da Silva, Entrevistador). *Entrevista III*.







# Capítulo 4

**OS CATRAIEIROS:  
A HISTÓRIA DA PROFISSÃO  
NA COMUNIDADE FOZ DO RIO  
VILA NOVA, SANTANA - AP**



# OS CATRAIEIROS: A HISTÓRIA DA PROFISSÃO NA COMUNIDADE FOZ DO RIO VILA NOVA, SANTANA - AP

João Morais da Costa Júnior

Raila Vitória Guedes de Souza

Rafael Campos Santiago

## **Introdução**

Os meios de transportes são essenciais para a vida humana. À luz da perspectiva histórica, os primeiros modelos de deslocamento foram desenvolvidos para o ambiente aquático derivados de troncos de madeira, de bambus e de juncos, com o escopo de cruzar mares e lagos. Os primeiros vestígios de embarcações datam de mais de 2 milhões de anos atrás, ainda no período da pedra-lascada, seguidos de veleiros em um túmulo sumério correspondentes a 4000 a.C. (Bernardes, 2018)

Sendo o mais antigo meio de locomoção do mundo, as embarcações sofreram diversas modificações. A princípio, eram movidas a remos e velas, posteriormente, passaram a operar a partir do carvão e petróleo. Desencadeados por todo esse desenvolvimento em seu funcionamento, não foi apenas a maneira de operação das embarcações que foi alterada, mas também sua capacidade de carga. Inicialmente, possuíam pouca capacidade de armazenado, o que atualmente, foi ampliado para

40.000 toneladas, dependendo do navio ((Medeiros, 2021).

Consoante alguns naturalistas que visitaram a Amazônia, entre as mais populosas vilas que cercavam a Província do Pará - do qual fazia parte o que hoje é o Estado do Amapá - para se comunicarem, além de usarem as carroças puxadas por animais, que serviam também como montaria, estes habitantes utilizavam-se de canoas de diversos tamanhos para a sua locomoção. De acordo com Hurley (1932, p. 32): “os meios de transporte de cargas e passageiros, são os barcos de vela e barcos que navegam na costa do Gurupy e outros rios do município”.

Para Spix e Martius:

A gente do povo está tão acostumada à vida de barqueiro que eles transpõem mesmo trechos de légua nas embocaduras dos rios, em pequenas igaras<sup>1</sup>. Nestas paragens, também era-nos preciso, portanto, ter sempre à disposição uma das pequenas embarcações que aqui se chamam montarias dirigida por um ou dois índios, para atravessarem as diversas enseadas do rio, os riachos que neles deságuam, e as valas em comunicação com ambos que se enchem de água por ocasião da maré alta, são o meio mais cômodo de entrar nas regiões do continente, para as quais as estradas são quase impraticáveis (Spix & Martius, apud Costa Júnior, 2005).

Entre os fatores que fomentaram o surgimento e propagação desse meio de transporte pode-se enfatizar: a grande facilidade de matéria prima e o baixo custo de produção – sobretudo quando comparamos com os transportes aéreos e terrestres. Sendo assim, o transporte fluvial é ótima opção quando se fala de custo-benefício, principalmente para aqueles que trabalham diariamente nessa área, como é o caso dos trabalhadores responsáveis pelo transporte de mercadorias e passageiros nas comunidades ribeirinhas, os quais são objeto de estudo deste capítulo: os catraieiros.



Figura 1. Catraieiro trabalhando  
Fonte: Acervo dos autores, 2021.

1 Entende-se por Igara como uma canoa escavada em um único ronco de árvore, de forma aproximadamente elíptica, rasa, de fundo chato e mais alta na popa.

Os catraieiros são profissionais responsáveis por pilotar pequenas embarcações de transporte de mercadorias e pessoas, as chamadas “catraias”, nas comunidades ribeirinhas. Uma das mais relevantes funções desempenhadas por esses trabalhadores é a do transporte escolar de crianças e professores dentro das comunidades, o que possibilita o acesso à educação nessas áreas. No entanto, a profissão de catraieiro surgiu, inicialmente, em um cenário completamente, não se relacionando em nada ao transporte escolar.

Os registros mais antigos da profissão datam do início do século XX, mais especificamente entre os anos de 1903 e 1904. Neles, os catraieiros trabalhavam como um elemento de conexão entre os grandes navios cargueiros e os portos no Estado do Ceará (Morais, 2010). Ademais, há documentos que registram o trabalho dessas pessoas no porto de Santarém, no atual estado do Pará. Segundo Ignácio Sousa (2013), não é possível afirmar com certeza a data exata em que os catraieiros começaram a operar no porto de Santarém, sabe-se apenas que foi no início do século XX, com o aumento do tráfego de navios na região.

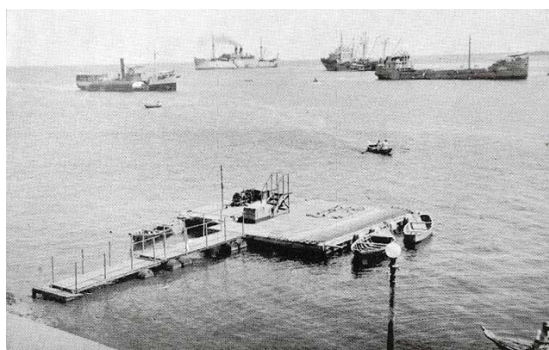


Figura 2. Catraios no porto de Santarém em 1948

Fonte: <http://ignacioneto.blogspot.com/2013/03/>.



Figura 3. Catraieiro no porto de Santarém em 1927.

Fonte: Mário de Andrade



Naquele contexto, esses indivíduos atuavam como uma mão-de-obra avulsa. Faziam, desse modo, pequenos trabalhos para sobreviver, que quase sempre se resumiam na realização pequenas viagens a troco de centavos de réis.

Sousa (2013) ainda destaca que, dado o fato de esses trabalhadores serem responsáveis pela travessia de bagagens do navio ao porto, era comum que os passageiros que vinham de viagem tivessem suas preferências quanto ao catraieiro que faria seu transporte. Isto é, cada catraieiro tinha seus “fregueses”, e estabeleciam com eles uma relação de confiança.

Eles gozavam de absoluta confiança dos seus fregueses. Nunca se soube de um desvio proposital de bagagens, de um arrombamento, de um roubo em que um dos catraieiros fosse envolvido. Cuidavam com muita dedicação dos objetos que lhes eram entregues para o embarque ou desembarque (Sousa, 2013).

No entanto, mesmo com a boa relação que era estabelecida entre os trabalhadores e seus fregueses, a profissão de catraieiro era crítica e mal remunerada, de forma que os catraieiros eram, de forma estereotipada, associados à pobreza e à ignorância.

Diferentemente do que acontece hoje nas comunidades ribeirinhas, em que esses profissionais são reconhecidos pela importância de seu trabalho, naquele contexto o serviço era marginalizado e mal remunerado de acordo com Moraes (2010), o pagamento por cada viagem variava entre 3.000 e 20.000 mil réis. A autora ainda destaca que o catraieiro precisava pagar uma taxa ao Capitão do porto para o transporte. Ademais, eles ainda dependiam da solidariedade – e de laços de amizade e interesse com outros trabalhadores do porto, para conseguir algum serviço. Nessas circunstâncias tão desfavoráveis, o trabalho desenvolvido pelos catraieiros se limitava à locomoção. Contudo, com o passar das décadas, a profissão foi evoluindo e se adaptando aos novos cenários, até finalmente chegar a ser da maneira que hoje é conhecida.

### **Os Catraieiros e a comunidade Foz do Rio Vila Nova.**

Desenvolvida durante a década de 1960, a comunidade ribeirinha Foz do Rio Vila Nova é um conglomerado de casas localizado no sul do município de Santana, no Estado do Amapá, formada a partir do movimento migratório de pessoas de outras regiões do país que buscavam emprego no Estado. Inicialmente, o corpo social dessa localidade não dispunha de estruturas fundamentais para o bom desenvolvimento da comunidade, isto é, não havia escolas ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) (Alves & Santos, 2019).

Tal precariedade aos poucos está sendo substituída e sanada com a introdução de uma infraestrutura digna. O transporte, porém, ainda é realizado por meio de embarcações (transporte fluvial), principalmente de pequeno porte.



Figura 4. Comunidade Foz do Rio Vila Nova  
Fonte: Acervo dos autores (2022).



Figura 5. Embarcações às margens da comunidade Matapi Mirim, próxima da comunidade Foz do Rio Vila Nova  
Fonte: Acervo dos autores (2022).



Com a abertura da primeira e única escola da região, em 1976, nomeada de Escola Municipal de Ensino Básico Foz do Rio Vila Nova, identificou-se a necessidade de um meio de deslocamento para as crianças, ou seja, tornou-se imprescindível alguém que levasse e buscasse os alunos e os professores até a escola

Neste período, o ensino era extremamente negligenciado. A distância e a pequena quantidade de crianças que tinha acesso à instituição de ensino local eram os principais fatores. Uma vez que o transporte em comunidades ribeirinhas é realizado, de forma majoritária, pelas águas, era completamente inviável que os alunos frequentassem as aulas diariamente sem o auxílio de uma embarcação. Assim, se a família de um aluno não possuísse seu próprio barco – geralmente canoas, ou os chamados “casquinhos<sup>2</sup>” – o aluno ficava restrito a duas possibilidades: 1) Não ir à escola; 2) Depender da solidariedade de amigos ou familiares, para que lhes fossem emprestada uma embarcação.

Para solucionar essa problemática, o catraieiro – que até aquele momento se ocupava apenas de pequenas viagens para a travessia de pessoas e de mercadorias pelo rio – passou a assumir a função de transportar os alunos e os professores até a escola.

Com isso, a profissão de catraieiro se tornou ainda mais relevante e essencial para o desenvolvimento da comunidade, sendo hoje uma peça fundamental para garantir o seu bom funcionamento.

A colaboradora Anedina Guedes dos Santos, de 47 anos, moradora da comunidade e avó de uma criança que atualmente frequenta a escola EMEB (Escola Municipal de Ensino Básico Foz do Rio Vila Nova), contou em entrevista um pouco sobre as dificuldades enfrentadas antes dos catraieiros assumirem o transporte escolar na região: “Quando não tinha era dificuldade, agora não, quando eles têm transporte é bom”.

A colaboradora Anedina Santos (2022), cujos filhos estudaram na escola da comunidade quando mais novos, aponta que a função do catraieiro dentro da comunidade é de extrema importância, uma vez que possibilita o acesso à educação. Ela ainda enfatiza o quanto o transporte favoreceu e otimizou o estilo de vida dos pais de alunos na região, haja vista que a condução das crianças é feita pelos catraieiros auxilia o trabalho dos pais e dos professores, o que lhes proporciona mais tempo para a realização de outras atividades. Quando questionada a respeito da sua percepção sobre o impacto das atividades exercidas pelos catraieiros no seu estilo de vida, a colaboradora Anedina respondeu: “Melhorou, porque antigamente não existia transporte, como agora já existe melhorou e muito.”

Ademais, a relação entre catraieiro e aluno transpassa o vínculo escolar, e alcança outras gerações. Isso ocorre devido ao fato de eles transportarem crianças que,

---

2 É como uma canoa pequena, podendo ser de madeira ou alumínio.

ao crescerem, construirão suas famílias e, posteriormente, necessitarão dos serviços realizados por eles na condução desses novos alunos à escola, de modo que um ciclo é iniciado. Outro aspecto que corrobora para o desenvolvimento desse “ciclo”, é o fato dessa profissão ser, em muitos casos, hereditária.



Figura 6. Catraieiro buscando os alunos  
Fonte: Raila Souza, 2021.

Como já exposto, a profissão de catraieiro é extremamente importante para as comunidades ribeirinhas, desde a época em que eram incumbidos de simples e rápidas viagens nos portos de Fortaleza e Santarém, até atualmente quando são o maior símbolo do acesso à educação nas regiões ribeirinhas, os catraieiros sempre foram extremamente adaptáveis e resilientes não importasse a situação. Por esse motivo, ao passo que chegaram à região do Amapá e se instalaram onde atualmente é a comunidade Foz do Rio Vila Nova, os catraieiros logo começaram a atuar como podiam: transportando mercadorias, pessoas e cargas. Essa capacidade de adaptação, portanto, garantiu o sustento de suas famílias. No entanto, mesmo que fazer um apanhado histórico a respeito dos catraieiros com base na literatura seja pertinente, é bem mais interessante ouvir a história direto de quem realmente estava lá e presenciou tudo acontecer: os próprios catraieiros. Eles são personagens que podem de maneira viva e fidedigna contar a história da chegada e do desenvolvimento da profissão na comunidade. Por essa razão, durante os dias 12, 20 e 22 de fevereiro de 2022, o presente grupo de pesquisa realizou uma visita à comunidade e conversou diretamente com os catraieiros.

O colaborador Brandão, de 53 anos, ex-catraieiro, é morador da comunidade, mesmo sendo nascido no Estado do Pará, conta uma pouco sobre a chegada da profissão na comunidade Foz do Rio Vila Nova.

O primeiro catraieiro aqui na comunidade, que eu conheci, foi o seu Raimundo Batista. Aí depois dele foi o Sebastião, que a gente chama de Dino. Esses dois que eu acho que são os mais antigos passando aluno aqui no Rio Vila Nova. (Brandão, 2022).

Um dos nomes citados por José Arcanjo foi o de Raimundo Batista de Souza, o primeiro catraieiro contratado pela prefeitura para fazer o transporte de alunos na região. Raimundo Souza morreu poucos meses após ser entrevistado para a nossa pesquisa, aos 101 anos de idade, em 2022. Natural de Breves – PA e morador da comunidade do Foz do Rio Vila Nova, complementa a história dizendo:

Aqui foi no tempo do professor Tadeu, quando nós chegou “pra” cá não era nem município, não tinha nem hospital nem nada, era só matagal e a ICOMI<sup>3</sup>... A irmã Chica<sup>4</sup> abriu uma escola lá embaixo, ela dava aula lá em uma casa. Depois o governo ajudou a fazer uma escola pequena lá, aí começaram a dar aula. Isso no tempo do Prefeito Rosemiro, o primeiro prefeito<sup>5</sup> (Souza, 2022)

O ex-catraieiro ainda destaca que uma das suas principais motivações para começar a trabalhar com o transporte dos alunos, eram as brincadeiras de mau gosto que algumas crianças faziam com uma de suas filhas, a quem ele se refere como “Raimundinha”, durante o horário da saída.

Aí quando os meninos saíam da escola, eles e a Raimundinha<sup>6</sup>, começavam a jogar água nela, queriam alagar o casco. E aí o Bacu<sup>7</sup> disse que ia acabar com isso (Souza, 2022).

Raimundo Souza ainda aponta as dificuldades iniciais no exercício da sua função, e como, através de ligação como até então prefeito de Santana, Rosemiro Rocha Freires, começou a trabalhar efetivamente como o primeiro catraieiro da comunidade, em final da década de 1980.

Ele (o Bacu) tinha um motor 178<sup>8</sup>, que veio da ilha do Pará, não tinha ninguém

---

3 A ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.) foi uma empresa que por volta dos anos 60, começou a explorar as imensas jazidas de manganês então existentes no território amapaense, o que gerou muitos empregos e conseqüentemente fez com que muitas famílias viessem de outras regiões e se instalassem ali. Essas jazidas fizeram do Brasil o quarto maior exportador mundial desse minério.

4 “Dona Francisca” foi uma senhora que, em 1976, passou a lecionar voluntariamente em sua própria casa, criando a Escola Municipal de Ensino Básico Foz do Rio Vila Nova.

5 Eleito em 1989, Rosemiro Rocha Freires foi na verdade o sexto prefeito do município de Santana.

6 Uma das filhas de Raimundo Batista.

7 Irmão mais velho de Raimundo Batista.

8 Motor para barco pequeno e não tão eficiente, servindo apenas para pequenas viagens.

que tinha motor aqui, era só nós. Aí o Bacu me perguntou se eu conhecia o prefeito, e disse “conheço”, aí ele disse “então fala pra ele que se ele me pagar eu vou passar aluno”. E fiquei com isso na cabeça, “vou falar!”. Aí ele (o prefeito) deu ordem de passar os alunos (Souza, 2022).

Raimundo Batista de Souza foi o primeiro catraieiro da comunidade e diz ter trabalhado durante muitos anos na profissão. Segundo o “Seu Batista”, como é conhecido na região, trabalhar como catraieiro foi uma experiência única. Ele afirmou que só não continuou trabalhando por conta da idade avançada. Quando perguntado interpelado sobre o porquê parou de transportar os alunos, Raimundo afirmou que foi retirado do cargo por conta de ordens do novo prefeito da época, José Antônio Nogueira de Sousa, que iniciou seu mandato em janeiro de 2009. Em suas palavras:

Eu sei que eu passei por anos, aí quando o Nogueira chegou me tiraram, eu só não “tô” passando porque não posso. E aí quando eu passava aluno eu dava conta, ia buscar aluno lá pra baixo do Banha<sup>10</sup> ali. Só eu fazia, em todo porto tinha que parar. E ia “pra” proa, tinha que empurrar, não deixar bater, embarcar o aluno, segurar na mão (Souza, 2022).

“Seu Raimundo” ainda enfatiza que na época o salário que recebia era de um pouco mais de R\$ 1.000,00 (mil reais), e que, apesar de parecer pouco, esse dinheiro o ajudou a manter sua família e custear os gastos da casa.

Sabendo que função de catraieiro exige muita força física para ser realizada, é necessário que se comece a trabalhar ainda jovem. De forma que, muitas vezes, os catraieiros mais experientes acabam ensinando o ofício para seus filhos e passam a profissão para o restante da família. Isso aconteceu com Raimundo, que conta alegremente quando começou a instruir seus filhos, ainda quando adolescentes.

Aí já ia o “Lekinho” rapazinho (seu filho mais novo), o Dino<sup>11</sup> (seu filho do meio) levava. Eu dizia “Vocês vão, levam os alunos, estudam lá e vem deixando...” [...] E aí as vezes o “Lekinho” já ia, ou o Dino, e eu ficava (Souza, 2022).

Seu filho mais novo, o “Lekinho”, que na verdade se chama Manoel Luiz Pinto de Souza, atualmente tem 45 anos e reside no município de Santana-AP, com sua esposa e filhos. Manoel Souza conta que nessa época em que “passava” os alunos com seu pai ele tinha acabado de completar 15 anos de idade, ou seja, isso aconteceu no ano de 1992, no último ano do primeiro mandato de Rosemiro

9 A expressão “passar aluno” significa fazer o transporte deles; levar os alunos.

10 “Costa do Banha” é uma outra comunidade que fica bem próximo à comunidade Foz do Rio Vila Nova.

11 Sebastião Pinto de Souza.

Rocha Freires como prefeito do município.

Contudo, é visto que a profissão de catraieiro passou, e ainda passa, por muitas mudanças e adaptações. A primeira, como objeto para o transporte de pessoas e mercadorias para os viajantes da região; depois, como meio de transporte para professores, alunos e funcionários da escola da comunidade. A segunda, como uma atividade multifacetada que serve como uma tonificação constante que engloba pessoas, mercadorias e que ajuda no desenvolvimento da região. Entretanto, com o surgimento da pandemia de COVID-19, algumas situações e adaptações tiveram que ser feitas, devido à grande dificuldade que emergiu na região.

A Pandemia de covid afetou diretamente o trabalho dos catraieiros. O Colaborador Souza (2022) diz que devido a esses acontecimentos o transporte dos alunos até a escola se tornou inviável, por isso, tiveram que receber apenas pelo trabalho diário, o que dificulta o a realização das atividades desses trabalhadores, principalmente pelo alto preço do combustível.

Além disso, com a rápida disseminação de informações equivocadas a respeito da pandemia, e com as altas taxa de contaminação por COVID-19, eles foram obrigados a se adaptar ao novo cenário epidemiológico, mediante às consequências da alta carga viral ali presente. Segundo Borges (2018), 92% das populações das comunidades ribeirinhas localizadas na região norte não dispõe de um saneamento básico adequado, o que potencializa a disseminação do vírus, e 82% dessa área possui acesso restrito à água potável.

A partir disso, observou-se que essas comunidades se tornaram mais suscetíveis aos meios de contaminação do COVID-19, e tiveram seu dia-a-dia impactado pela pandemia de forma avassaladora. Além disso, grande parte dessas áreas ainda possuem certa dificuldade para o acesso à informação, o que pode impulsionar no surgimento de uma grande quantidade de notícias falsas, as chamadas *Fake News*<sup>12</sup> e com isso, atos básicos como lavar as mãos, usar álcool em gel frequentemente e manter o distanciamento social, podem ser vistos como algo desnecessário por essas comunidades.

Entretanto, a pandemia também afetou a comunidade escolar e suas atividades. Como destacam Santos, Backes, Gabriel e Felicetti:

A suspensão das aulas presenciais por atividades não presenciais em momento de distanciamento social físico, levou os docentes a ressignificarem as práticas pedagógicas e de comunicação, por meio das mais variadas tecnologias (analógicas e digitais), nos processos de ensino e de aprendizagem. Dessa maneira, foi necessário pensar estratégias ou alternativas para a continuidade do viver nos contextos educativos. (Santos; Backes; Gabriel & Felicetti, 2021, p. 58).

---

12 Notícias ou informações falsas e sem fundamentação, geralmente repassadas de forma coloquial.

## Conclusão

Destarte, pode-se dizer que a pandemia causou diversas consequências a esses trabalhadores nas comunidades ribeirinhas: na sua rotina, no seu trabalho e na sua economia – além dos desgastes físicos e psicológicos que sofreram com a perda de familiares e entes queridos. Porém, a profissão de catraieiro representa uma identidade para esses colaboradores. A práxis das atividades exercidas por eles está atrelado a todo um legado repassado por gerações, o que gera em um sentimento de orgulho e satisfação pelo vínculo trabalhador-rio. Jefferson Arnaldo Nunes Gomes, de 30 anos, natural de Belém – PA e graduado em matemática, declara um pouco sobre essa afeição com a profissão.

Eu gosto, e sempre quando eu via o meu pai, que ele era catraieiro também na escola né, aí eu passava junto com ele os “aluno”<sup>13</sup>, aí eu fui pegando aquele gosto pelas crianças, entendeu? De fazer esse serviço, e na verdade não tem a outra área que eu gostaria de tá né, que era na sala de aula, mas por enquanto ainda não deu certo então... Eu tô aqui, fazendo esse serviço aqui. (Gomes, 2022). Um dos fatores que fortalece a permanência e identidade da prática das atividades exercidas pelos catraieiros, é que essa profissão é repassada de pai para filho. Pode-se dizer que, a profissão ou o ofício de catraieiro, é uma atividade, cuja identidade se revela bem próxima às famílias existentes na região. Ademais, pode-se concluir que a execução do trabalho que eles realizaram ocasiona um impacto que afeta toda a comunidade do Foz do Rio Vila Nova.

Subsequentemente, infere-se também que esses trabalhadores são grandes protagonistas da propagação do estudo e da educação nessa comunidade, pois é pelo transporte realizado por eles que as crianças podem se dirigir à escola. Essa atividade ofertada, propõe uma relação de causa e efeito, em que os catraieiros conseguem uma maneira de sustentarem suas famílias e ainda contribuem para a educação local. Como na fala de José Arcanjo, que conta com bastante emoção, as transformações que foram ocorrendo na comunidade, após o surgimento e todo o apoio prestado pelos catraieiros na região:

Hoje em dia tem muitas senhoras, casadas já, que eu cansei de carregar nas praia assim, que não tinha porto, pra embarcar no catraio. Hoje em dia tão tudo formada, tudo casada. Pra gente é um prazer né, e graças a Deus por isso. As minhas filhas se criaram aqui. Umas nasceram aqui mesmo, no Foz do Vila Nova, e já tem duas formadas já, graças a Deus. E pra gente é um privilégio (Brandão, 2022). Por fim, é fundamental lembrar que a profissão de catraieiro é de uma importância ímpar, para o desenvolvimento da comunidade Foz do Rio Vila Nova. Não somente para os estudantes, mas a todos que dependem e que interferem

---

<sup>13</sup> A expressão “passar aluno” significa fazer o transporte deles; levar os alunos.

direta e indiretamente para o desenvolvimento da região, para a melhoria das condições intelectuais de sua população, por meio da educação. Este trabalho é somente uma pequena história, um breve relato daqueles que a cada dia dedicam suas vidas, para que muitos tenham um futuro melhor.

## Referências

- Água Boa News – ABN. (2016). *Presentes em 12 estados brasileiros, seringueiros contribuem para a geração de empregos e renda*. Brasília, 03 de mar de 2016. Recuperado de [http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=3735&noticia=presentes\\_em\\_12\\_estados\\_brasileiros\\_seringueiros\\_contribuem\\_para\\_a\\_geracao\\_de\\_empregos\\_e\\_renda](http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=3735&noticia=presentes_em_12_estados_brasileiros_seringueiros_contribuem_para_a_geracao_de_empregos_e_renda). Acesso em: 05 mar. 2022.
- Almeida, M. (2014). *Catraieiros do Rio Acre: Cotidiano e Trabalho através dos relatos orais*. Actas do XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento. Rio Branco-AC.
- Alves, D. S. & Santos, J. P. (2019). *Educação ribeirinha: atuação docente na escola municipal foz do rio vila nova, Santana/Amapá*. Orientador: Raimundo Erundino Santos Diniz. 65 f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Amapá, Santana.
- Backes, L., Felicitti, V L., Gabriel, N., & Santos, L. B. (2021). A realidade da educação ribeirinha no contexto da covid 19: saberes pedagógicos para a ação docente. *Revista Práxis*. Novo Hamburgo: set./dez.
- Bernardes, L. (2021). *Transporte Fluvial. Todo Estudo*. 2018. Recuperado de <https://www.todoestudo.com.br/geografia/transporte-fluvial>. Acesso em: 05 Mar.
- Borges, J. (2018). *Água, esgotamento sanitário e higiene para a qualidade de vida de populações ribeirinhas na Amazônia*. Banco de práticas ODS. Marauá-AM.
- Brandão, A. (2022, 22 de fevereiro). R. V. G. de Souza, Entrevistador). *Entrevista IV*.
- Brasil. (2021). *Painel Coronavírus*. 2021. Ministério da Saúde. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br>.
- Castelo, R. (2021). *Ilha de Santana (Parte 5) - Retornando à Escola N. Sr.ª de Nazaré*. Santana, 11 de out. 2012. Recuperado de <http://casteloroger.blogspot.com/2012/10/ilha-de-santana-parte-5-retornando.html>. Acesso em: 24 out.
- Costa Júnior. J.M. (2005) *Sistemas de transporte e quebra-quebra de bondes em Belém (1907-1910)*. Belém: Universidade Federal do Pará. Monografia de conclusão de curso.
- Garcia, L. P., & Duarte, E. (2021). *Intervenções não farmacológicas para o*



- enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil*. Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde. 2020. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ress/a/B7HqzhTnWCvSXKrGd7CSjhm/?lang=pt>. Acesso em: 15 out.
- Gomes, J. A. N. (2022, fevereiro). (M. E. C. da Silva, entrevistador). *Entrevista I*.
- Hurley, J. (1932). “*Rio Gurupy*”. Seção de obras raras da biblioteca pública Tancredo Neves.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Ibge. (2021). *Pesquisa mostra que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet*. IBGE, 2021. Recuperado de <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>.
- Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil*. (2021). In: G1-SP. 25 out. 2021. Recuperado de <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>.
- Maranhão. (2021). *Cartilha do Transporte Escolar*. PEAT (Programa Estadual de Apoio ao transporte Escolar). Governo do Estado do Maranhão. Secretaria de Educação.
- Matta, G. C., Rego, S., Souto, E. P., & Segata, J. (2021) *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Moraes, N. (2010) *Vaivem das marés: o dia a dia dos trabalhadores catraieiros no porto de Fortaleza (1903-1904)*. Revista Mundos do Trabalho, 2(3), pp. 60-75.
- Monteiro, M. A. (2003). A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*, 6(2).
- Neto, U.B.S (2013). *Os catraieiros de Santarém*. Recuperado de <http://ignacioneto.blogspot.com/2013/03/os-catraieiros-de-santarem.html>.
- Ribaric, M. (2019). Para Compreender a Produção de Sentido na Publicidade Audiovisual. *Revista Comunicare*, 19(2), 2º Semestre.
- Santana. (2021). Retorno gradual das aulas presenciais em Santana. Prefeitura de Santana. Recuperado de <https://www.santana.ap.gov.br/retorno-gradual-das-aulas-presenciais-em-santana/>.
- Santos, A. G. (2022, fevereiro 12). (M. E. C. Da Silva, Entrevistador). *Entrevista II*.
- Seraine, F. (1991). *Dicionário de termos populares*. Revista, ampliada e melhorada pelo autor, 2ª ed. Fortaleza –CE, p. 97.
- Souza, R. B. (2022, fevereiro). (R. V. G. de Souza, Entrevistador). *Entrevista III*.
- Spix, J. B. & Martius. C. F. P. (s.d.). *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. v. III. 3ª edição. Editora Melhoramentos/ IHGB/ MEC. Coleção Memória brasileira.
- Viens, A. (2019). *This graph tells us who's using social media the most*. *World Economic Forum*, 2019. Recuperado de <https://www.weforum.org/agenda/2019/10/social-media-use-by-generation/>.





# Capítulo 5

**SABER MATEMÁTICO EM FUNÇÃO  
DO DOMÍNIO AMBIENTAL:  
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA**



# SABER MATEMÁTICO EM FUNÇÃO DO DOMÍNIO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Nilton Fernandes Gonçalves

Ayrton Luiz Urizzi Martins

## **Introdução**

Com as experiências adquiridas ao ministrar aulas em matemática no ensino básico percebi que um dos problemas de aprendizagem está no fato da disciplina em questão ser apresentada de forma direta e sem contextualização. A partir desta constatação passei a revisitar pressupostos teóricos da etnomatemática postulados por D'Ambrósio (2012) que me orientassem no aprimoramento do ensino da matemática tendo como base o saber local. Assim, tive a oportunidade de verticalizar essa abordagem ao ingressar, em 2016, no Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Com o mestrado, partindo das evidências de campo obtidas na pesquisa intitulada “O saber matemático no cotidiano de trabalho nos agroecossistemas familiares do Alto Solimões” e orientado pelos princípios e reflexões educacionais do Grupo de Pesquisa - Núcleo de Etnoecologia na Amazônia Brasileira (NETNO), pude amadurecer a ideia de desenvolver metodologicamente um produto educacional aplicado a uma proposta diferenciada de abordagem de ensino.

Diante do diferencial proposto pela etnomatemática estabelecemos como questão norteadora do trabalho saber como essa perspectiva pode contribuir com o ensino da matemática integrado às ciências ambientais, considerando a realidade construída nos agroecossistemas familiares de grupos sociais locais. A dialética da complexidade sistêmica (Morin, 2016) foi adotada como abordagem teórica, tendo o Estudo de Caso (Yin, 2015) como desenho da pesquisa de campo com a aplicação das técnicas da Etnoecologia apoiadas na observação direta, entrevistas, registros fotográficos, diários de campo e construção de mapas mentais. Como procedimento de análise, optamos pela análise de discurso conforme orientação de Quivy e Campenhoudt (1998).

Considerando tratar-se de pesquisa com a participação de seres humanos o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com registro (CAE 80558917.3.0000.5020; Parecer 2.485.496).

Inicialmente, efetuamos a caracterização do trabalho executado pelas famílias agricultoras nos agroecossistemas da Comunidade São José, localizada em uma área de várzea do município de Benjamin Constant, Amazonas (Figura 1).

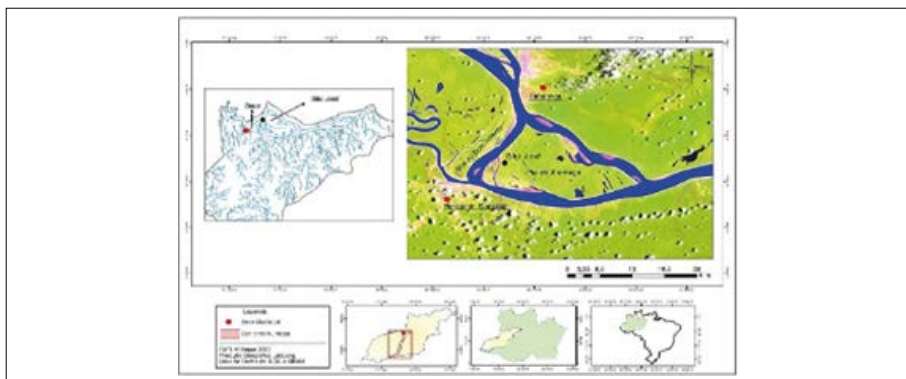


Figura 1. Localização da Comunidade de São José, Ilha do Aramaçá, Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, Brasil

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A comunidade ribeirinha São José é composta por 27 famílias. De maneira geral, os trabalhos realizados cotidianamente são o preparo da terra e cultivo de plantas diversas, produção de farinha, criação de animais de pequeno porte, confecção de apetrechos e prática da pesca, extração de madeira e outros produtos vegetais, caça, construção de canoa, transporte e comercialização de produtos. O cotidiano de trabalho das famílias de São José é estabelecido em função da possível vinda da água. Frequentemente os sujeitos relatam as alagações, que independente da época em que ocorrem, deixam marcas na vida das famílias. As alagações atuam na perspectiva de trabalho dos sujeitos por se comportarem

três eventos matemáticos probabilísticos: (i) períodos curtos; (ii) períodos longos ou (iii) não ocorrerem.

Segundo Junk (2000), o pulso de inundação verificado nos grandes rios da Amazônia é um fenômeno que resulta do somatório das chuvas de toda a bacia de drenagem e do degelo anual do verão andino. Nesta perspectiva, podemos considerar que as alagações ocorridas nos ecossistemas de várzea na localidade estudada estejam relacionadas com a forte interação do pulso de inundação das águas do Rio Solimões.

Por consequência, a organização do trabalho familiar naquela localidade está condicionada à sazonalidade das águas, diante de quatro períodos hidrológicos do regime fluvial presentes na região, conforme descreve Sternberg (1998, p.36): “a enchente, caracterizada pela subida das águas; a cheia, pelo nível máximo das águas; a vazante, pela descida das águas; e a seca, pelo mais baixo nível das águas.”

Ao concluir a etapa de caracterização do cotidiano de trabalho das famílias de agricultores, pudemos identificar o saber matemático aplicado em diferentes modalidades de trabalho, tomando-se como exemplos para aprofundamento: o cultivo da mandioca e a farinhada; os processos de comercialização do maracujá e do pé de moleque; a arte na construção de canoas; e o saber físico e matemático no uso das canoas, dentre outros. Após o alcance do primeiro e segundo objetivos específicos, efetuamos o planejamento e confecção do produto educacional intitulado “Maquete do Saber Matemático”. A validação do produto educacional ocorreu, posteriormente, em sala de aula no Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, campus Tabatinga e em atividades demonstrativas na escola da Comunidade São José.

Diante do exposto, ratificamos a intenção do trabalho em cooperar para o fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia. Ressaltamos ainda, que lutar pela visibilização do saber local é também contribuir para a autopoiese dos Agroecossistemas Familiares na referida região.

### **Experiência de construção da maquete do saber matemático**

Após constatar a contínua preocupação das famílias de agricultores com o destino de seus filhos e dos agroecossistemas historicamente construídos ao longo diferentes gerações, propomos a construção da Maquete do Saber Matemático. O intuito foi poder contribuir com a integração do complexo saber dos agricultores familiares e o contexto educacional, favorecendo um acoplamento entre o saber matemático ambiental e o conhecimento matemático acadêmico. A base física da Maquete do Saber Matemático é um módulo confeccionado em formato de um paralelepípedo retângulo, semelhante a uma maleta quando fechada, tendo as dimensões de 1 metro de comprimento, 1,40 centímetros de



largura e 20 cm de altura. Ao abri-lo tem-se uma vista panorâmica tridimensional, com a disponibilidade dos elementos que configuram a complexidade do ambiente da “Comunidade Rural” tomada como exemplo.

Com o módulo aberto é possível observar diante das representações das diferentes unidades de paisagem, algumas modalidades de trabalho dos agroecossistemas familiares locais. Também se incluem elementos móveis no complexo artístico representando os signos identificados nas representações naturais, os artefatos da cultura local (cultura material) e demais elementos representativos das estratégias de sobrevivência dos agricultores locais (cultura imaterial) (Figura 2). O objetivo dos elementos móveis é estimular nos educandos a aprendizagem significativa possibilitada pela observação e manuseio de materiais concretos, propostos por perspectivas que apoiam a ludicidade como um caminho para se sentir parte de um contexto, a partir da formação de novos significados. Com essa perspectiva, a Maquete do Saber Matemático disponibiliza 36 (trinta e seis) elementos móveis que podem ser manipulados por ocasião das dinâmicas propostas nas atividades.



Figura 2. Detalhes do módulo aberto da Maquete do Saber Matemático (A); e exemplos das representações da cultura material e imaterial local: Construção canoas (B); Farinhada (C)

Fonte: Acervo dos autores (2023).

A imaterialidade construída em diferentes contextos ambientais, sociais e culturais é confirmada pelos pressupostos basilares da Etnomatemática. Nesse aspecto, o educador e pesquisador Ubiratan D'Ambrosio afirma que “a contextualização é o reconhecimento de que as memórias, mitos, linguagens, hábitos cotidianos, valores, fazeres e saberes evoluem a partir de raízes culturais historicamente estabelecidas.” (D'Ambrosio, 2012, p. 99-100).

Nesse mesmo sentido, Brito (2016) afirma que os educandos já trazem consigo uma gama de ideias, curiosidades e expectativas, muitas vezes manifestadas, porém ignoradas no processo de ensino. Para o autor, essas imaterialidades podem ser “estimuladas através de novos meios de se trabalhar em sala de aula.” (Brito, 2016, p. 92).

Considerando que a grande maioria dos educandos do IFAM – Campus Tabatinga são filhos de agricultores ou vivenciam a realidade da agricultura familiar local, a partir do uso da maquete, pretendemos incitá-los a expressarem suas historicidades, observações e experiências coletivizadas no universo do trabalho familiar e praticadas nos diferentes sistemas ambientais.

Nessa perspectiva, esperamos também, com o material desenvolvido, resgatar a valiosa contribuição da agricultura familiar para a sociedade na sua multifuncionalidade.

Em um contexto amplo da atuação da Agricultura Familiar, a multifuncionalidade vai muito além da produção de alimentos. Para Bonnal e Maluf (2007) a agricultura familiar molda as paisagens; garante a segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; traz benefícios ambientais como a conservação do solo, gestão dos bens comuns, conservação da biodiversidade; contribui para a reprodução socioeconômica das famílias de agricultores e; garante a manutenção do tecido social e cultural.

Complementando os recursos da Maquete são apresentados 12 envelopes de orientação nas cores verde, azul e branca, tendo-se 10 temáticas geradoras formuladas com base nas evidências de pesquisa de campo. Esses temas geradores estão representados pelos números naturais de 0 a 9 e os respectivos modelos teóricos possíveis de trabalhar no ensino (Quadro 1), de maneira que, a cada duas aulas, propõe-se abordar um deles com a formação de quatro equipes de educandos.

<b>Nº TEMA</b>	<b>TEMA GERADOR</b>	<b>MODELOS TEÓRICOS PROPOSTOS</b>
0	Os signos na cota dos rios	Regra de três; altura; proporção, volume.
1	Dimensões das canoas	Razão, proporção, função do 1º grau; ...



2	Dinâmica das Canoas	Regra de três; força, velocidade; aceleração; trabalho, ...
3	Demarcação de área	Unidades de medidas; cálculo de área ...
4	Força de trabalho	Regra de três; relação e proporção
5	Produção alimentar	Regra de três; as quatro operações; %..
6	Farinhada	Regra de três; razão e proporção
7	Gestão da água	Regra de três; taxa de variação
8	Confecção malhadeiras	Razão e proporção; geometria plana
9	Navegação	Vetores, velocidade resultante; ângulos; trigonometria

Quadro 1. Temas e modelos teóricos propostos pela Maquete do Saber Matemático  
Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Esses temas selecionados estão expressos nas experiências cotidianas dos agricultores familiares da Comunidade São José. As famílias, ao conviverem nesse complexo ambiental, têm construído formas diferentes e eficientes de utilizar a matemática no cotidiano agrícola. Em interação contínua com os ecossistemas de várzea, durante décadas, elas têm adquirido o domínio ambiental, propiciador da reconstrução do saber matemático conforme os dois exemplos a seguir representados pelas análises de discursos de agricultores da comunidade e interpretação resultante sobre a complexidade da navegação no rio Solimões e ao saber associado à diversidade genética da mandioca e à produtividade das respectivas variedades locais.

A partir da representação simbólica que os signos representam ao agricultor, ele consegue explicar o significado de força física, pelas expressões “força” e “vai com tudo”, ao tentar elucidar o motivo pelo qual alguns motores conseguem enfrentar o sistema de correntezas, e outros não.

A canoa carregada com um motor pequeno vai **abrir** pro meio todo tempo. Ele **não tem força e volta** quando bate nesse “poço de corredeira” **aí**. A água leva a canoa porque o motor não tem força pra enfrentar a correnteza. Já num motor grande, daqui pro meio, tira bem nessa direção aqui

assim e pode meter no meio do rio, que o motor **vai com tudo**” (R.N.S, 44 anos, Comunidade São José, BC, AM, 2018, grifo nosso).

No corroborar da explicação do dístico, para Máximo e Alvarenga (1997), força é o agente físico comunicado por um “corpo extenso” para puxar ou empurrar um objeto. Nesse sentido, considera-se para o contexto do fenômeno analisado, que força é um agente físico comunicado por um motor rabeta para puxar ou empurrar uma canoa. Dada a importância deste conceito para explicar o discurso do agricultor, foi imprescindível estabelecer o acoplamento do discurso com modelos físicos criados para intensificar a compreensão do fenômeno (Figura 3). Dessa forma, acreditamos ser possível explicar o motivo pelo qual uma das canoas foi vencida pela correnteza e a outra ter conseguido vencê-la.

Em ambos os modelos, para as canoas A e B, representaram-se matematicamente os três vetores de velocidade, diferenciados pelas cores azul, amarela e vermelha:  $\vec{v}_{rel\ A}$  e  $\vec{v}_{rel\ B}$  (velocidade relativa, com relação às águas, da canoa A e da canoa B, azuis);  $\vec{v}_{corr\ A}$  e  $\vec{v}_{corr\ B}$  (velocidade da correnteza com relação às margens, quando esta atua na canoa A e na canoa B) e  $\vec{v}_{RA}$  e  $\vec{v}_{RB}$  (velocidade resultante das canoas A e B).

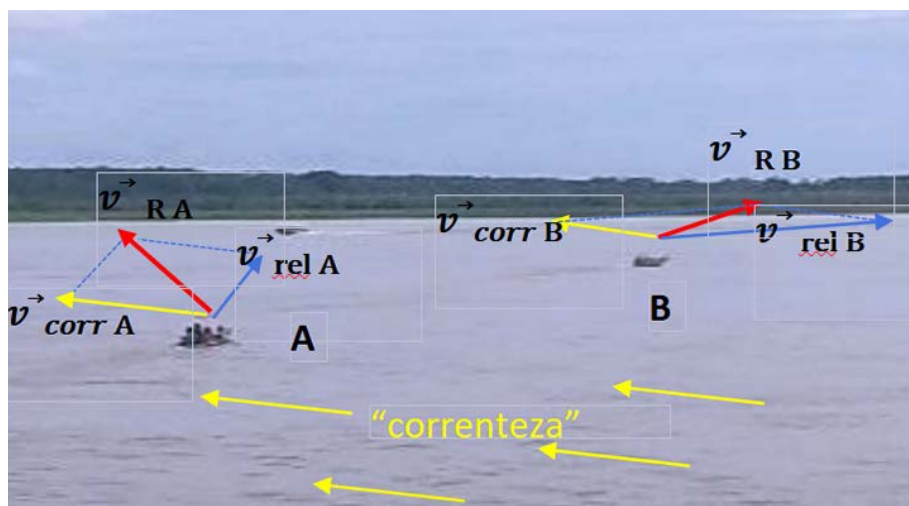


Figura 3. Modelo matemático-físico, representado pelo movimento das canoas A e B em relação à velocidade da correnteza. Comunidade São José, Ilha do Aramaçá, Benjamin Constant (AM), 2018

Fonte: Acervo dos autores (2023).

Com intenção de dar significado vetorial ao complexo aquático “correnteza”, recorremos à teorização de Morin (2016, p.155) ao afirmar “os objetos cedem lugar ao

sistema [...]. A ideia de forma é conservada, mas transformada: a forma é a totalidade da unidade complexa organizada que se manifesta fenomenalmente enquanto todo no tempo e no espaço”. Por essa perspectiva, representamos a correnteza do rio por quatro segmentos orientados amarelos. Com essa edificação, os entes matemáticos geométricos representam nos dois modelos, a velocidade da correnteza (esboçada pelo vetor amarelo) amplificada, dando-se noção intuitiva da ideia de intensidade vetorial percebida pelo agricultor:

A partir da estruturação conceitual e simbólica apresentada, adotamos para a discussão as abordagens físicas de Doca, Biscuola e Vilas Bôas (2012), devido os autores propiciarem uma análise de fácil entendimento. Nessa intencionalidade, “fazer simplificações é um recurso útil, desde que o pesquisador treine o olhar científico sobre o fenômeno para se desenvolver essa habilidade” (Bonjorno, Bonjorno, Bonjorno e Clinton 2016, p. 27). Com esse enfoque, a partir da equação  $\vec{V}_{res} = \vec{V}_{rel} + \vec{V}_{corr}$  (I) que pode ser interpretada pela Regra do Paralelogramo, conseguiu-se deduzir as equações  $\vec{V}_{RA} = \vec{V}_{rel} A + (-\vec{V}_{corr} A)$  (II) e  $\vec{V}_{BR} = \vec{V}_{rel} B + (-\vec{V}_{corr} B)$  (III). Em termos práticos, a primeira equação sintetiza graficamente, a tendência de comportamento direcional que as canoas A e B, de acordo com as duas últimas equações, ao enfrentar o sistema de correntezas.

.Com tal compreensão, a partir dos pressupostos basilares apresentados, podemos considerar para o primeiro modelo, que a canoa A, por ter sido impulsionada por um motor de pouca força, foi arrastada pelo conjunto de correntezas, devido a este, em geral, não ter conseguido, por um breve instante, desenvolver uma velocidade relativa suficiente capaz de vencer o sistema de corredeiras. Em consequência, a velocidade resultante permitiu à canoa seguir em direção desfavorável à delineada antes do enfrentar do obstáculo. De modo contrário ocorreria com a canoa B. Devido ao fato desta ter sido impulsionada por um motor de “muita força”, ela conseguiu manter ou aumentar uma velocidade relativa superior à velocidade do poço de corredeiras. Em decorrência da canoa B não ter sido vencida pelo referido obstáculo, a velocidade resultante desta a permitiu seguir viagem pela direção aproximada prevista pelo agricultor.

Outro exemplo muito peculiar em todas as agriculturas familiares da Amazônia é o saber associado às variedades de mandioca, denominadas localmente de qualidades e a produtividade de farinha.

Previamente à investigação do saber matemático manifestado nas etapas do processamento da farinha de mandioca, foi necessário consultarmos na literatura disponível, as variedades de mandioca (com elevados teores de ácido cianídrico) e macaxeira (com baixos teores de ácido cianídrico) disponíveis na localidade.

Para Martins (2016), as famílias da localidade de São José têm disponíveis nos agrossistemas, há pelo menos seis décadas, cinco principais variedades de mandioca, sendo três denominadas como macaxeira (Casca Roxa, Poré e Pão) e duas como mandioca (Olho Roxo e Racha Terra). Com o auxílio de tais evidências e demais informações advindas dos agricultores locais, pudemos elaborar o seguinte quadro (Quadro 2):

Ecossistema de origem	Mandiocas	Macaxeiras
Várzea	Olho Roxo (OR)	Casca Roxa (CR), Poré (PO) e Pão (PA)
Terra Firme	Racha Terra (RT)	Pirapitinga (PI) e Milagrosa MI)

Quadro 2. Procedência das variedades de mandiocas e macaxeiras cultivadas na comunidade de São José, Benjamin Constant (AM), 2018

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A partir dos dados acima, foi possível, dentre outras evidências, identificarmos o conhecimento que o agricultor domina quanto ao rendimento de cada variedade. Determinados relatos revelaram que as qualidades diferentes de mandiocas muitas vezes apresentam diferentes rendimentos quando comparados em termos de produção de farinha, unidades de medidas volumétricas por eles utilizadas, como o balde e o paneiro de farinha:

A Racha Terra quebra muito. É muito aguada. Em dois baldes de 18 litro de massa, se der, dá arrastando, meio paneiro de farinha. Com economia, vai da outra (qualidade Olho Roxo) que a gente faz. Se botar dois baldes de massa aí pra dentro do forno, ela rende 1 paneiro cheio, tranquilo. Pra você ver, um paneiro de farinha dá dois baldes de 18 litros de farinha. (J.S.N., 54 anos, Comunidade São José, BC, AM, 2017).

É. Ela dá 1 (paneiro) cheio, tranquilo. (N.S.T., 58 anos, Comunidade São José, BC, AM, 2017, grifo nosso).

A partir de tais discursos construímos sentenças lógicas matemáticas indicadas por (A), (B) e (C), quando estes se referiram às duas espécies de mandiocas. Posteriormente, estas três sentenças lógicas originaram outras, que indicadas por algarismos romanos (I), (II), (III), (IV), (V) e (IV), possibilitaram aprimorarmos a análise dos discursos dos agricultores com relação à explicação do fenômeno em questão (Quadro 3).

Variedade Raxa Terra	
Discursos	Sentença lógica matemática
(A): “em dois baldes de 18 litros (ou seja, com 36 litros de massa), se der, dá arrasando, meio paneiro de farinha. (...)”	36 litros de massa estão para $\frac{1}{2}$ paneiro de farinha (I).
(B): “1 paneiro de farinha dá dois baldes de 18 litros de farinha.”	1 paneiro de farinha está para 36 litros do produto. (II)
Análise das sentenças lógicas matemáticas	
Dobrando-se os valores da sentença (I), tem-se que a Raxa Terra rende no máximo 1 paneiro de farinha para 72 litros de massa (III). Como pela sentença (II), 1 paneiro de farinha está para 36 litros do produto, pode-se reescrever a sentença (III), afirmando-se que com a qualidade Racha Terra <u>1 paneiro de farinha está para 72 litros de massa</u> , que equivale à 36 litros do produto (IV).	
Variedade Olho Roxo	
Discurso	Sentença lógica matemática
(C): “Se botar dois baldes (36 litros) de massa aí pra dentro do forno, ela rende 1 paneiro cheio, tranquilo.”	Em 36 litros de massa, obtém-se <u>pelo menos</u> 1 paneiro de farinha. (V)
Análise das sentenças lógicas matemáticas	
Considerando-se a expressão matemática sublinhada na sentença (IV) e o significado da sentença (V), pode-se considerar para a qualidade Olho Roxo rende, <u>pelo menos</u> , <u>1 paneiro de farinha para 36 litros de massa</u> (VI).	

Quadro 3. Relato dos Agricultores sobre a capacidade de rendimento das mandiocas Racha Terra e Olho Roxo. Comunidade São José, Ilha do Aramaçá, Benjamin Constant (AM), 2018

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

As sentenças (IV) e (VI) obtidas com o discurso dos agricultores, sugeriram que a massa de mandioca da qualidade Olho Roxo (Várzea) rende, pelo menos, duas vezes mais que a qualidade Racha Terra (Terra Firme).

Os agricultores, de acordo com suas experiências, guardam relações como essas para estimarem a produtividade local. Embora eles não tenham expressado em seus discursos um valor exato que representasse a quantidade de farinha produzida com cada qualidade, os modelos em questão se fazem perceptíveis nos seus dísticos. É interessante notar que com suas linguagens próprias, dois conceitos matemáticos se fizeram notar em seus discursos (Quadro 4).

Var.	Discurso dos Agricultores	Significado
RT	“em dois baldes de 18 litro (com massa), se der, dá <u>arrastando</u> , <u>meio</u> <u>paneiro</u> de farinha. (...);	A quantidade de farinha produzida varia entre 9 e 36 litros.
OR	“Se botar dois baldes de massa aí pra dentro do forno, ela <u>rende 1</u> <u>paneiro cheio</u> , <u>tranquilo</u> ”	A quantidade de farinha produzida varia entre 18 e 36 litros.

Quadro 4. Apresentação das noções de razão e proporção expressas pelo saber dos agricultores familiares da Comunidade São José, Ilha do Aramaçá, Benjamin Constant (AM), 2018

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Na frase “em dois baldes de 18 litros (com massa)” tal quantidade volumétrica pode ser representada de maneira implícita, a soma ( $18 + 18$ ) litros, ou pelo produto ( $2 \times 18$  litros), onde ambos comportam até 36 litros de massa. No termo “arrastando” revelaram a noção de desigualdade definida por conceitos de intervalos numéricos. Como já visto, de acordo com a sentença lógica (II), um paneiro de farinha equivale à 36 litros do produto, então de forma equivalente,  $\frac{1}{2}$  paneiro está para 18 litros.

Considerando que massa de mandioca Racha Terra renda, no mínimo, a metade de meio paneiro (9 litros), é razoável pensar que a sua quantidade produzida esteja compreendida no intervalo numérico  $[9, 18]$ , no qual 9 e 18 representam, respectivamente, as quantidades mínima e máxima de litros de farinha produzidos para a qualidade. Quanto à declaração concernente à qualidade Olho Roxo, quando se afirma que “ela rende 1 paneiro cheio, tranquilo”, interpreta-se pela linguagem de intervalos numéricos, no domínio natural, que a quantidade produzida, neste caso, estará compreendida no conjunto numérico  $[18, 36]$  onde, analogamente, 18 e 36 representam a quantidade mínima e, aproximadamente, a quantidade máxima (o dobro) de farinha produzida para tal variedade de mandioca.

É nesse contexto que os saberes culturais etnomatemáticos devem ser fortalecidos e disseminados na e pela comunidade escolar, onde se possa vivenciar, no ensino transdisciplinar, a solidariedade e a criatividade para a autopoiese geracional da imaterialidade cultural dos educandos, assim como sugerem Maturana e Varela (2010) em “A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana”.

Cada tópico enumerado no Quadro 1 pode ser tratado aleatoriamente, independente

da ordem numérica dos temas, dando-se com tais condições, autonomia para que os educadores e educandos decidam qual tema deverá ser trabalhado em função do planejamento escolar. Além disso, caso considere necessário, o educador poderá explorar a mesma temática por várias aulas, até que alcance resultados satisfatórios de aprendizagem.

Os envelopes verdes contêm perguntas destinadas a provocar os educandos a participarem e se envolverem nas atividades expressando suas percepções sobre o ambiente contextualizado na Maquete. Os azuis contêm situações problema que têm a função de incitar os educandos a expressarem, mediante resolução escrita das problemáticas, os saberes matemáticos associados à modalidade de trabalho familiar específica abordada nos envelopes verdes.

O aprimoramento de novas atividades, questões ou dinâmicas, poderá ser registrado pelos participantes (educadores, educandos e demais colaboradores) nas folhas contidas nos envelopes brancos. Mediante a estrutura artística da maquete, pretendemos, além de estimular a curiosidade dos educandos, propiciar o diálogo do conhecimento matemático com o saber matemático dos educandos amplificando de maneira colaborativa e significativa assuntos dos diferentes níveis do ensino básico.

Essa proposta estratégica de contextualização e interligação do conhecimento auxiliará o educador a percorrer quatro momentos indissociáveis, que deverão proporcionar aos educandos envolvidos no processo quatro momentos reflexivos, a saber:

- Momento (i): refletirem sobre a importância da temática específica do sistema ambiental local e o trabalho familiar, com o auxílio de perguntas que serão postas nos envelopes verdes;
- Momento (ii): resolverem situações problemas abordadas nos envelopes azuis, oriundas do contexto de trabalho já problematizado nos envelopes verdes;
- Momento (iii): expressarem por escrito os saberes matemáticos utilizados nas resoluções dos problemas propostos nos envelopes azuis;
- Momento (iv): superarem ou mitigarem as possíveis dificuldades encontradas nas resoluções dos problemas matemáticos.

Percebe-se que a proposta metodológica aqui delineada propõe uma inversão na lógica de abordagem dos conteúdos matemáticos. Ao invés de inicialmente se abordar as teorias matemáticas para posterior problematização, sugerimos que as aulas iniciem com a perspectiva de valorizar os saberes dos educandos sobre o sistema ambiental local, contextualizando a matemática presente no complexo processo de trabalho cotidiano dos agricultores familiares. Assim, ao invés de incentivar nas dinâmicas o individualismo e a competitividade pretendemos, com a Maquete do saber Matemático, seguir as orientações de Freire (2015) e despertar para a solidariedade entre os educandos. Com

isso, almejamos fortalecer o compromisso ético e ambiental do compartilhamento entre os membros participantes. O espaço dialógico e lúdico deve ainda estimular a prática da criatividade na solução dos problemas, conceituada por Antunes (2003, p.35) como “capacidade que todo ser humano tem de criar e inventar coisas novas”.

Nessa compreensão, a maquete objetiva propiciar, ao longo do processo, momentos por meio dos quais os sujeitos participantes possam socializar em sala as experiências simuladas do cotidiano de trabalho e construir em coletividade novos saberes matemáticos acoplados à realidade daquela localidade. Com a abordagem geral apresentada, em função do rico ambiente representativo apresentado pelo produto, recomendamos que o educador, com antecedência, além de delinear suas aulas, pratique, resolva e revise todos os exercícios elaborados, para que assim alcance o domínio do tema a ser abordado. Além disso, esperamos que ele assuma uma postura profissional aberta e acolhedora para o recebimento de prováveis críticas que surgirão com o seu trabalho, entendendo-se que para se apresentar o novo é preciso coragem, foco e novos olhares.

### Considerações finais

Os saberes dos diversos grupos culturais podem e devem ser evidenciados e valorizados no ensino, necessitando para isso, o compromisso da educação em visibilizá-los. Portanto, essa abordagem pedagógica compreende construir espaços e momentos de diálogo para a produção simbiótica de novas imaterialidades matemáticas e ambientais.

A experiência aqui relatada demonstrou que as diversas temáticas geradoras de discussão expressas no cotidiano em que vivemos abrigam uma gama de teorias matemáticas que podem ser integradas ao ensino interdisciplinar.

Ao concordar com tais abordagens educativas, supomos ser possível apontar novas direções ao ensino que favoreçam o diálogo entre os saberes matemáticos das famílias de agricultores com as teorias matemáticas, tendo as ciências ambientais como fio que tece esse processo de construção do conhecimento.

### Referências

- Antunes, C. (2003). *A criatividade na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bonjorno, R.A., Bonjorno, J.R., Bonjorno, V., & Clinton, M.R. (2016). *Física: Mecânica*. (3ª. ed.). São Paulo: FTD.
- Bonnal, P. & Maluf, R.S. (2007). Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In Lima, E. N., Delgado, N. G., & Moreira, R.J. (Eds.). *Mundo rural IV - Configurações rural-urbanas: poderes e políticas* (pp. 217-235). Rio de Janeiro: Mauad X: Edur.
- Brito, A. N. (2018). Formação de professores e suas práticas metodológicas



- frente aos problemas da aprendizagem no ensino fundamental no município de Tabatinga. In.: Pinto, M. A. C. (Ed.). *Tabatinga: do conhecimento à Prática Pedagógica* (pp.91-98). São Paulo: Alexa cultural.
- D'Ambrosio, U. (2012). *Educação Matemática: Da teoria à prática*. 23. ed. São Paulo: Papirus.
- Doca, R. H., Biscuola, G. J., & Vilas Bôas, N. (2012). *Tópicos de física*. v. 1. (21ª. ed.). São Paulo: Saraiva.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa*. (51ª. ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Junk, W. J. (2000). Neotropical floodplains: A continental-wide view. In: Junk, W.J.; Ohly, J.J.; Piedade, M.T.F.; Soares, M.G.M. (Eds.). **The Central Amazon Floodplain: Actual Use and Options for Sustainable Management** (pp.5-26). Leiden, Netherlands: Backhuys Publishers.
- Martins, A.L.U. (2016). *Conservação da Agrobiodiversidade: Saberes e estratégias da Agricultura familiar na Amazônia*. (Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Centro de Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, Brasil.
- Maturana, H. R., & Varela, F.J. (2010). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. (8ª. ed.). São Paulo: Palas Athena.
- Máximo, A., & Alvarenga, B. (1997). *Física*. v.1. São Paulo: Scipione.
- Morin, E. (2016). *O método I: a natureza da natureza*. (J. M. Silva, Trad.). Porto Alegre: Sulina.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2ª. ed.) Lisboa: Gradiva.
- Sternberg, H.O. (1989). **A água e o homem na várzea do Careiro**. 2ª ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5ª. ed., A. Thorell Trad.). Porto Alegre: Bookman.





# Capítulo 6

**GERAÇÃO DE RENDA, EDUCAÇÃO  
E EMPODERAMENTO DE  
MULHERES RIBEIRINHAS  
NO AMAPÁ**



# GERAÇÃO DE RENDA, EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES RIBEIRINHAS NO AMAPÁ

Suellen Campos de Macedo

Sandra Maria Nascimento de Mattos

## **Introdução**

Este capítulo é fruto de um projeto de pesquisa em andamento. Aqui reunimos alguns apontamentos sobre o modo de ser e viver na Amazônia, a partir de experiências com mulheres ribeirinhas que vivem e produzem dentro do complexo bioma amazônico, nas margens da parte Alta do Rio Araguari, dentro da Floresta Nacional do Amapá - FLONA, no extremo norte do país.

Na região Norte do Brasil vivem hoje aproximadamente 19 milhões de pessoas, segundo estimativas do IBGE (Brasil, 2022). Sua extensão é de 3.853.676,95 km<sup>2</sup>, a maior região em extensão territorial do país, sendo também a menos populosa (Brasil, 2013).

Essa região abriga uma imensa parte da Floresta Amazônica, detentora da maior biodiversidade do planeta e do maior rio em volume de água do mundo, o Rio Amazonas. Características que a tornam única e são determinantes para formação da cosmologia<sup>1</sup> dos habitantes locais.

Apesar dessa imensa exuberância, a região Norte sofre com indicadores socioeconômicos preocupantes e por problemas de todos os tipos como ausência da atuação efetiva do estado, grilagem de terras, desmatamento, violência rural, dificuldade de acesso a saúde e a educação, a geração de renda, sendo considerada por alguns autores como a região mais pobre do Brasil, junto ao Nordeste (Silva & Rodrigues, 2021).

---

1 Entende-se por cosmologia “conexões entre atividades, práticas, relações, enfim, a percepção e explicação dos ribeirinhos sobre a vida e a natureza” (Gemaque, 2015, p. 4).

Segundo o Atlas de violência no campo (Cerqueira, D. *et al.*, 2020) as dez unidades federativas do Brasil com os maiores indicadores de homicídio estão todas nas regiões Norte e Nordeste.

Esses dados corroboram a história da constituição desses territórios, marcados por contradições de políticas governamentais, interesses antagônicos, conflitos agrários, exploração, mudanças socioculturais e ambientais (Lomba; Schweitzer & Porto, 2020).

Nesse contexto, dentre os estados que estão dentro da Amazônia, o Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname, possui 16 municípios e uma população de aproximadamente 733.759 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE (Brasil, 2022), o lócus desta pesquisa.

Segundo o pesquisador e professor da Universidade Federal do Amapá, Roni Lomba (2020), a economia do estado é:

[...] embasada no extrativismo vegetal e na mineração, sendo a agricultura caracterizada pela produção de excedentes com trabalho familiar, enquanto a pecuária, pela criação extensiva de bubalinos e de gado vacum. Sua produção agrícola é insuficiente para atender a demanda local, o que acarreta na importação de alimentos. Outro fator que o caracteriza é a dependência das transferências de recursos por parte do Governo Federal (destaque ao Fundo de Participação dos Estados), como principal fonte de receita.

Logo nota-se que as atividades produtivas da região são incipientes, e naquelas de maior volume como no minério, deixa pouca riqueza para o desenvolvimento econômico das comunidades locais, e o que se tem observado, na verdade, são rastros de degradação e desequilíbrio socioambiental por onde essas empresas se instalam. Outro ponto importante para compreendermos a dinâmica desse local é a dependência dos recursos federais para a manutenção da economia local.

No estado, o setor de comércio, serviços e alimentação geram empregos e oportunidades de negócio nos centros urbanos das cidades, sendo a renda do funcionalismo público e dos benefícios sociais determinantes para o aquecimento das vendas nos períodos de pagamento. Segundo dados do IBGE (2022) cerca de 90% da população do estado vive em áreas urbanas. A renda domiciliar per capita é de R\$ 1.177,00, e o PIB do estado, R\$ 21.374 mi, está entre os três mais baixos do país, ficando atrás apenas do Acre e Roraima (Brasil, 2022).

Com uma indústria tímida, e uma capacidade baixa de gerar riqueza e renda para a população, a realidade do Amapá é como a de muitos outros territórios na Amazônia, cujo imperativos desenvolvimentistas da modernização do Brasil, a partir da década de 1950, provocaram profundas mudanças socioculturais na região, como intensificação do fluxo migratório de nordestinos para formação de mão de obras, implantação de projetos ambiciosos e devastadores (Loureiro, 2014).

Ainda segundo Loureiro (2014), os modelos de políticas desenvolvidos na Amazônia entre 1950 e 2010, foram dialeticamente construídos sob a égide da exploração e da degradação ambiental, e produziram muitas contradições e conflitos agrários que até hoje tensionam os territórios amazônicos.

Os movimentos ambientalistas da década de 80, somado ao valor internacional que a Amazônia passou a ter no contexto da crise ambiental global, influenciaram a criação de políticas públicas protecionistas onde antes o estado estimulava o desenvolvimento predatório e urbanizador.

Este contexto continuou o processo colonial de concentração de riquezas e de desarticulação das cadeias socioprodutivas locais. Esse desencadeamento histórico desses territórios tem deslocado o homem amazônida de sua identidade, e tem contribuído para expô-los a modos precários de sobrevivência e a subempregos nas áreas urbanas.

Dentro desse contexto, um grupo formado majoritariamente por mulheres, chama a atenção por seu empoderamento, organização comunitária, e perfil empreendedor. As *Sementes do Araguari*, estão organizadas em associação, e produzem artesanatos, biocosméticos como sabonetes, pastas, óleos, velas entre outros produtos e também se aventuram nas atividades de ecoturismo. Essas mulheres unem-se ao longo das margens do rio Araguari nas casas vizinhas para compartilhar não só as tarefas, mas a vida em si. Algumas são parentes, irmãs, tias, netas, outras já são vizinhas de uma geração. As vivências delas têm muito a dizer, em parte denunciam as arbitrariedades sofridas pela inoperância do Estado, por outro lado oferecem um rico conjunto de saberes que podem contribuir para construção de uma nova perspectiva de arranjo socioprodutivo para essa região econômica e sustentável.

O objetivo deste trabalho é evidenciar alguns apontamentos sobre como são os modos de viver e produzir na Amazônia, a partir da nossa tradução, sob a ótica das *Sementes do Araguari*, demonstrando o empoderamento de um conjunto de mulheres no processo de construção de geração de renda para a sobrevivência de sua comunidade. Para a artesanaria deste trabalho analisamos a constituição histórica do território dessas mulheres a partir das contradições que o formaram. Com o intuito de compreender a fixação delas nesse lugar, bem como observar os seus modos de saber-fazer, optou-se pela abordagem qualitativa, com a utilização de procedimentos da pesquisa do tipo etnográfica. Os dados foram colhidos por meio da pesquisa de campo e da observação participante, também foram utilizadas conversas informais e fotografias.

### **A história do território do Amapá: aspectos para sua contextualização**

O Amapá, que já pertenceu à Espanha durante o Tratado de Tordesilhas (1494), foi palco de muitas disputas e conflitos. Sua posição geográfica e suas ricas



bacias hidrográficas, em especial a Foz do Rio Amazonas, são estratégicas para acessar a densa floresta amazônica, o que fizeram diferentes nações explorarem essa região, como observou o historiador Randolfe Rodrigues na Apresentação do livro “Fortaleza de São José de Macapá: vertentes discursivas e as cartas dos construtores” escrito por Fernando Canto:

Mesmo antes do início da colonização do Brasil, a Amazônia sempre foi palco de interesses internacionais. Em busca de supostos paraísos repletos de metais preciosos, espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses tentaram se estabelecer nesta área a partir do século XVI. (Rodrigues, 2021, Apresentação)

Deste ponto de partida destacamos elementos importantes para formação do imaginário social, da organização e desenvolvimento dessa região. Os conflitos e interesses internacionais incentivaram os governantes a criarem políticas de incentivo ao povoamento e extração de riquezas dessa região em diferentes momentos históricos. A criação da Fortaleza de São José de Macapá é um dos marcos desse processo. Houve outros projetos ambiciosos como a construção da BR 230 (transamazônica) e a instalação da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) no município de Serra do Navio, no Amapá, primeiro empreendimento de mineração dentro da Amazônia. Apesar do insucesso de alguns projetos, essas políticas trouxeram imigrantes de diversas partes do Brasil, em diferentes momentos históricos para este território.

Segundo Mayer, Schweitzer e Porto (2020) existem quatro momentos importantes que explicam a formação histórica do território amapaense: 1) o final do século XIX e início do XX, foi marcado por atividades extrativistas, chamando atenção para exploração de castanha, borracha entre outros, atividades incentivadas pelo mercado exploratório integrado a geopolítica britânica; 2) em 1943, com a criação do território do Amapá, inaugura-se um novo conjunto de políticas e interesses para Amazônia, sob influência dos Estados Unidos. Projetos como a “Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), Jari Celulose e Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL)” instalaram-se no estado; 3) em 1988 com a nova Constituição Federal foi criado o Estado do Amapá. Na mesma época sob pressão de grupos ambientalistas da agenda ambiental internacional da época várias unidades de conservação foram criadas, principalmente nos anos 90; 4) já no século XXI um novo grupo de interesse reorganiza a geopolítica da região, impulsionado por necessidades do mercado chinês, importação de matérias primas como minério trazem grandes projetos de extração de minérios para a região. Atualmente o Amapá tem aproximadamente 70% de seu território regularizado sob alguma forma de proteção ou restrição de uso, tornando o estado da federação com a maior área de seu território destinada à preservação. Dentre as unidades de conservação estão a Floresta Estadual do Amapá - FLOTA e a Floresta Nacional do Amapá - FLONA, segundo a Promotoria de Meio Ambiente

do Ministério Público do Estado do Amapá (Amapá, 2011).

A FLONA, locus dos sujeitos desta pesquisa, foi criada em 1989, possui aproximadamente 412.000 hectares e faz fronteira com o Parque do Tumucumaque e a FLOTA. O acesso às comunidades tradicionais que moram na reserva, na parte Alta do Rio Araguari, ocorre por vias fluviais partindo do Município de Porto Grande que por sua vez fica a 112 km da capital Macapá (Google, 2024). As comunidades tradicionais da FLONA e regiões atualmente vivem de atividades extrativistas do açaí, sementes, óleos como andiroba, pracaxi, e da venda de excedentes da pesca, agricultura, entre outros. Entretanto, em um passado recente, essas famílias, em sua maioria vindas de regiões do nordeste, vieram seduzidas por promessas de trabalho, moradia e renda, ao chegarem na região as oportunidades que encontraram se relacionavam à degradação da floresta através da extração de madeiras, caça de animais silvestres e garimpo. É importante destacar que, nesta época, ainda não existia um amplo debate sobre sustentabilidade e o governo, principalmente durante a ditadura militar (1964 a 1985), promoveu políticas e propagandas (com grande apoio da mídia e outros grupos hegemônicos de poder, como empresários) para ocupação e expansão do comércio do país, na época do chamado «milagre econômico». O conceito de comunidade tradicional adotado aqui se refere a definição adotada no Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definido pelo Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, s.p.)

Desta forma, este estado reconhecido por seu potencial ecológico e proteção ambiental atualmente precisa lidar com os problemas socioambientais causados pelo paradoxal processo de administração e ocupação de suas terras.

Enquanto isso, nas florestas, indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhos, resistem de forma cultural aos imperativos coloniais e do capital e buscam formas alternativas de renda para a sobrevivência de suas comunidades. Agora com acesso à informação e com apoio de instituições diversas, estão produzindo conhecimento e se reinventando.

### **São os rios que comandam**

A FLONA do Amapá possui apenas seis famílias morando dentro de sua unidade de conservação, totalizando 32 pessoas, sendo três famílias nas margens

do Araguari e três famílias nas margens do Falsino (Figura 1), em ocupações ribeirinhas, segundo censo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO (Icmbio, 2016).

Assim como os demais ribeirinhos que vivem na Amazônia, essas famílias vivem sem infraestrutura mínima de saneamento básico, energia elétrica e serviços de saúde.



Figura 1. Alto do Rio Araguari e um de seus principais afluentes, o Rio Falsino  
Fonte: Suellen Macedo, 2022.

O termo ribeirinho é usado para se referir às pessoas que moram nas margens dos rios, vivendo geralmente do agroextrativismo familiar, em estreita ligação com a natureza, material e simbolicamente. Essas comunidades têm um vasto conhecimento sobre a fauna e a flora (Rente Neto & Furtado, 2015).

Eles têm formas próprias de organização e seu modo de vida é influenciado diretamente pela sazonalidade dos níveis das águas e estações chuvosas ou não. Portanto suas atividades são organizadas pela alta ou baixa da maré e não pelo relógio, ou segundo uma regra estática.

Uma das famílias que mora dentro da FLONA chegou à região do Alto Araguari em meados da década de 70, atraída por expectativas de enriquecimento e “boas condições de viver”, como disse sua matriarca, informante 2. Após alguns anos trabalhando na região, conseguiram um pedaço de terra, onde residem até os dias de hoje.

Eles começaram a desenvolver atividades agrícolas, de extração de madeira e “gatear”<sup>2</sup>. Outras atividades importantes para o sustento dos moradores foram as atividades no garimpo Capivara que se intensificaram na década de 80. As famílias tinham o garimpo como zona de comércio para seus produtos.

Nascida e criada no meio da floresta Amazônica, a interlocutora 1 passou boa parte da vida convivendo com o garimpo Capivara, chegou a trabalhar nele,

<sup>2</sup> Segundo a matriarca, era a caça para comercialização de pele de onça.

e quando ele fechou em 2009 ficou sem alternativas para sustentar a família. Após a interrupção total das atividades do garimpo e através de iniciativas de instituições como ICMBIO e Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena), as comunidades da FLONA e FLOTA do Amapá começaram a se organizar em associação e a trabalharem com extrativismo vegetal.

A interlocutora 1, com cinco filhos para criar e poucas alternativas, começou a envolver-se politicamente na comunidade e ingressou na Associação Bom Sucesso, entretanto, após alguns conflitos, e restrições machistas à sua participação no processo eleitoral de eleição da diretoria, tomou a iniciativa de junto com algumas mulheres da comunidade fundarem uma associação apenas para mulheres.

Assim, criaram a Associação de Mulheres Extrativistas do Rio Araguari, *Sementes do Araguari*. As mulheres atuam na coleta das sementes da floresta para a produção de biocosméticos (óleos, sabonetes, cremes, velas) e venda dos produtos.

### **Coletar, cozinhar, adornar e vender**

Às 5h e 30min os barulhos das pessoas acordando começam nas casas. No lado de fora a chuva diz que, apesar da hora planejada, deverá ser respeitado o tempo da natureza.

As mulheres vão se unindo ao longo do rio, a voadeira da associação vai de casa em casa, ainda cedo do dia, logo depois que a chuva ameniza um pouquinho. O tempo e a natureza têm conotações diferentes no espaço ribeirinho. A eles são associados atributos humanos como personalidade e temperamento, além de uma orientação cronológica ligada aos ciclos da natureza, ao invés do relógio. “Que horas a gente sai? Quando a chuva parar”, se ouve entre as integrantes da associação.

A interlocutora 2, disse que no ano de 2022 as águas cresceram muito e por isso viu muitas andirobeiras caídas, então temeu uma colheita escassa.

Um grupo de mulheres, cada uma com um cesto de fibras trançadas artesanalmente, chamado “paneiro”, sobe o Rio Araguari de voadeira até determinada altura, não muito longe da casa da interlocutora 2, integrante da associação e última passageira a embarcar na voadeira a caminho da coleta (Figura 2).

A área já é conhecida pelo grupo, algumas árvores estão identificadas, técnica que elas aprenderam com cursos e orientações do ICMBIO do Amapá e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Amapá - EMBRAPA. Após aproximadamente 2 horas de coleta, cada paneiro armazenou de 07 a 10 quilos sementes de andiroba. Apesar do temor da informante 2, 2022 teve uma colheita farta.



Figura 2. O paneiro e a coleta das sementes  
Fonte: Suellen Macedo, 2022.



Os frutos são levados para um barracão às margens do Rio, ao lado da casa da informante 2, onde as sementes são lavadas com a água do rio e postas para cozinhar, em uma fogueira em um panelão de 60 litros, aproximadamente. Após cozidas, são selecionadas e postas para secar por cerca de 50 dias em sacos pendurados, conforme Figura 3. Após esse período, as sementes são amassadas em prensas manuais, uma massa é posta para descansar em uma superfície íngreme, o óleo escorre e está pronto para o uso.



Figura 3. Sementes cozidas e colocadas para secar

Fonte: Suellen Macedo, 2022.

É muito comum na Amazônia a utilização de remédios naturais para todos os tipos de doenças. O óleo de andiroba é base para produtos como emplastos e sabonetes. Ele possui propriedades anti-inflamatórias, antissépticas e cicatrizantes, sendo muito conhecido e solicitado na região.

No preparo dos sabonetes, por exemplo, as mulheres separam os ingredientes segundo medidas calculadas por formas e copos, derretem a glicerina (insumo adquirido pela associação, algumas vezes por intermédio do Iepé), misturam manualmente e depois depositam em formas para esfriarem. Após estarem prontos, os sabonetes são postos em embalagens de papel, etiquetados com a marca desenvolvida em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé, e amarrados por cordas de fibra de buriti (Figura 4).



Figura 4. Sabonetes embalados e prontos para venda

Figura: Suellen Macedo, 2022.

A distribuição do trabalho não é feita de forma muito rigorosa, segundo a informante 1. Geralmente, quem participa de uma fase, não participa da outra, mas não há uma regra. As atividades vão sendo combinadas ao longo do processo e as mulheres, conforme suas condições, vão se candidatando à tarefa, que devido ao tempo da natureza se prolonga por meses até a venda.

Apesar de não haver uma divisão rígida de tarefas, nota-se que as mais jovens desenvolvem as atividades ligadas à construção das embalagens, administração das redes sociais e a venda, enquanto que as mais velhas estão na coleta, e no processo de preparo dos cosméticos, atividades mais artesanais.

Há homens que também trabalham na associação. Todos possuem algum grau de parentesco com as mulheres, eles ajudam principalmente na pilotagem, na coleta, abertura da mata e no suporte às atividades braçais, como no cozimento dos frutos.

### **Contribuições da antropologia, educação e etnociência**

Analisando os modos de ser e produzir desse grupo, é inevitável refletir sobre processos produtivos alternativos, dentro do contexto amazônico, considerando

a perspectiva de quem mora nela, de quem é resultado do processo violento de desarranjo social, político e econômico. Mas, depois de tanta interferência exploradora, qual caminho seguir? É difícil saber, decerto é necessário preservar a sociobiodiversidade deste patrimônio secular.

Segundo Silva e Fraxe (2013) para preservação da biodiversidade é preciso compreender as formas concretas pelas quais diferentes grupos culturais se relacionam e se apropriam do meio onde vivem, sendo a etnociência a guia metodológica capaz de analisar a relação homem com a natureza. Para Sturtevant (1964) a etnociência refere-se ao sistema de conhecimento e as maneiras intelectuais típicas de uma dada cultura em suas formas de classificar o mundo. Campos (2002) afirma que estamos diante de outra ciência quando olhamos a etnociência do outro, a qual devemos respeitar a simetria na relação da alteridade. Ainda, em consonância com Campos (2002), estamos diante de diferentes grupos socioculturais, observando a etnografia seus saberes, técnicas e práticas na interação com o mundo.

Nessa interação com a natureza as comunidades tradicionais desenvolveram complexos sistemas de saberes sobre a fauna e a flora de onde residem, que são fundamentais para sua sobrevivência. Esses etnoconhecimentos norteiam a medicina, engenharia, astronomia, agroecologia e tantas outras ciências e saberes inter e multidisciplinares. Muitos ainda não mapeados, ou reconhecidos, vítimas do paradigma que separa de forma instrumental a ciência do saber popular/tradicional, marcas da colonização.

Esses conhecimentos são essenciais à ciência e à sociedade, uma vez que elucidam uma série de novas possibilidades de fazer, viver e pensar, instigando a ciência a novas descobertas e convidando o homem moderno a equilibrar sua forma de vida social com o ecossistema natural que permite a vida na terra.

Segundo Diegues:

Entre os enfoques que mais têm contribuído para se estudar o conhecimento das populações “tradicionais” está a etnociência que parte da lingüística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais. (Diegues, 1999, p. 37)

Dada a crescente conscientização sobre a importância da floresta Amazônica para o equilíbrio climático global, é necessário à sobrevivência do homem na terra que ele encontre as ferramentas e práticas que permitam a ele continuar interagindo com a natureza de forma responsável e perene.

Diante disso, buscamos a Antropologia que, em uma conceituação mais vasta, é definida como a ciência que estuda o homem, suas produções e seu comportamento. Seus fundamentos e ferramentas permitem ao pesquisador um olhar empático, curioso e analítico capaz de tornar inteligível as práticas sociais. Matos (2020) afirma que para conhecer o homem é necessário observar a cultura,



focando em uma antropologia cultural. A autora sustenta que “A antropologia cultural dedica-se a analisar e descrever as diferentes culturas existentes no mundo.” (Mattos, 2020, p. 86). Com essa afirmação, entendemos que a antropologia cultural é potencialmente um dos caminhos para estudar o ser humano em sua relação no mundo com os outros.

A antropologia cultural está ligada a historicidade dos sujeitos no mundo, inter-relacionando-se à educação podemos inferir que a antropologia educacional tem um papel importante, já que se baseia em conhecimentos de diferentes áreas e de diferentes culturas. Mattos (2020) nos faz refletir sobre as possibilidades de entendimento do ser humano por meio da antropologia educacional, vinculada a antropologia cultural:

A educação assume a antropologia como uma área que é imprescindível para o entendimento do ser humano e da construção do conhecimento no tempo e no espaço. (Mattos, 2020, p. 87).

A autora afirma, ainda, que:

Há que se diferenciar os fenômenos oriundos da socialização e os da educação. Há, ainda, que aliar esses dois fenômenos para compreender o que ocorre no presente para sanar futuras dificuldades, já que entendemos as instituições de ensino como espaço de socialização e apropriação dos conhecimentos gerados e difundidos ao longo dos tempos, na história.

Podemos dizer que a antropologia educacional nos permite ultrapassar as narrativas oriundas dessas mulheres, desenvolvidas em seus saberes e fazeres para alcançar um percurso de aprendizagem mais significativo aos estudantes desse grupo sociocultural pelo empoderamento dado e pela reafirmação de identidade.

### **Considerações Finais:**

Três décadas marcam a atuação predatória do garimpo Capivara e refletem uma problemática recorrente desde a chegada dos colonizadores às Américas, passando pela ditadura militar e pela constituição do território amapaense, a exploração e o descaso com os residentes locais.

Para os habitantes do Rio Araguari, compreender os impactos nocivos da atividade do garimpo e outras de cunho predatório, e assimilar os impactos positivos do extrativismo como potencial para garantir renda, mudou a realidade da comunidade.

Frente às necessidades dessas comunidades e as emergências climáticas globais, as conquistas são gradativas e incipientes, e seguem, como analisado, na contramão da agenda climática global.

O fortalecimento das populações tradicionais é o caminho decisivo para a emergência de atividades econômicas capazes de manter a floresta em pé e evitar a destruição dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida na terra

Elas podem ser atores importantes no impulsionamento da Bioeconomia e Agroecologia que estão no centro do debate sobre a salvaguarda cultural e valorização da sociobiodiversidade da Amazônia. Elas são, ainda, guardiãs da cultura ancestral para a coleta e para a produção de seus produtos artesanais. Elas são elementos essenciais para a preservação da floresta e de seus recursos naturais. São portadoras de conhecimentos de propriedade intelectual próprios e, portanto, esses saberes, ao serem levados para a sala de aula propiciarão aos estudantes desses grupos socioculturais aprenderem com mais facilidade, entendendo que o que aprendem lhes confere identidade, pertencimento e empoderamento.

## Referências

- Amapá. (2011). *Ministério Público do Estado do Amapá*. Promotoria do Meio Ambiente. Recuperado de <https://www.mpap.mp.br/download/atlas-das-unidades-de-conservacao-do-estado-do-amapa>.
- Brasil. (2022). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>.
- Brasil. (2013). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia. 2. *Área territorial oficial: resolução n. 1, de 15 de janeiro de 2013*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao\\_01\\_2013.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao_01_2013.shtm).
- Brasil. (2007). *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Presidência da República: Casa Civil.
- Campos, M.D. (2002) Etnociência ou etnografia de saberes e práticas? In Amoro, M.C., Ming, L.C. y Silva, S.M.P. (Eds.). *Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas* (pp.47-92). São Paulo: UNESP.
- Cerqueira, D. et al. (2020). *Atlas da Violência no Campo no Brasil: Condições socioeconômicas e territoriais*. Brasília: Ipea. Recuperado de [https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200717\\_relatorio\\_institucional\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200717_relatorio_institucional_atlas_da_violencia.pdf).
- Cerqueira, D. et al. (2019). *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Ipea; FBSP. Recuperado de [https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf).
- D’Avila, C. (2020). Modernização arriscada: doenças, epidemias e ciência em meio ao avanço do homem sobre a floresta. *Café História*. Recuperado de <https://www.cafehistoria.com.br/modernizacao-arriscada-doencas-florestas-ferrovias/>. ISSN: 2674-59.
- Diegues, A.C. et al. (1999). Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. São Paulo: MMA-COBIO-NUPAUB-USP.

- Gemaque, J. C. (2015). *Conhecimentos tradicionais, sociabilidade e identidade em uma comunidade ribeirinha no Amapá*. Recuperado de [https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/\\_Jose%20Costa%20Gemaque%20-%201019999%20-%203439%20-%20corrigido.pdf](https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Jose%20Costa%20Gemaque%20-%201019999%20-%203439%20-%20corrigido.pdf).
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Icmbio. (2016). *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá*. Recuperado de [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-amapa/arquivos/dcom\\_plano\\_de\\_manejo\\_Flona\\_Amapa\\_volumel.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-amapa/arquivos/dcom_plano_de_manejo_Flona_Amapa_volumel.pdf).
- Lomba, R. M.; Schweitzer, A. F. & Porto, J. L. R. (2020). Ordenamento territorial e conflitos por terra no Amapá – Amazônia – Brasil. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, Santa Cruz do Sul, 25, Ed. Especial., pp. 1553-1575. ISSN 1982-6745.
- Loureiro, V. (2014). *Amazônia: estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil. 383p.
- Mattos, S.M.N. (2020). *O sentido da matemática e a matemática do sentido: aproximações com o programa Etnomatemática*. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- Rente Neto, F., & Furtado, L. G. (2016). A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 24(24), 158-182. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v24i24p158-182>
- Rodrigues, R. (2021). Apresentação. In Canto, F. *Fortaleza de São José de Macapá: vertentes discursivas e as cartas dos construtores*. Brasília: Senado Federal. pp. 10 - 12. - (Edições do Senado Federal; v. 293)
- Silva, F. J. P. & Fraxe, T. J. P. (2013). *Saberes de Populações Tradicionais: etnociência em processos de Bioconservação*. Recuperado de <https://www.eumed.net/rev/cccss/25/biodiversidade.html>
- Silva, L. A. & Rodrigues, C. T. (2021). Pobreza na Região Norte do Brasil: Uma análise multidimensional usando os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar. *Economia Ensaio*, 36(2). DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-v36n2a2021-52200>
- Sturtevant, W.C. (1964). Studies in ethnoscience. En: Romney, A.K., D'Andrade, R.G. Transcultural Studies in Cognition. *American Anthropologist*. 66(3), 99-131.





# POSFÁCIO

## UM SABER CULTURAL NA BEIRA D'ÁGUA

Foi muito bom ter participado mais uma vez da organização de outro volume da “Coleção Povos Tradicionais” publicada pela Editora do Instituto Federal do Amapá – Edifap.

Este livro intitulado “Interfaces Educativas e Cotidianas: Ribeirinhos”, que é o volume 5 da coleção, aborda vários estudos e pesquisas sobre a vida e o modo de ser de povos que vivem às margens de rios e lagos de onde retiram seus alimentos e exercem atividades cultural e econômica de maneira sustentável. Os ribeirinhos estão entre as populações consideradas como tradicionais as quais, historicamente pela primeira vez, foram reconhecidas como tais por um decreto de 2007<sup>1</sup> do então Presidente da República, Excelentíssimo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Nos capítulos que compõe essa obra, foram apresentados escritos de vários autores que retratam um pouco da Amazônia brasileira por meio de famílias que residem e trabalham na beira d'água, muitas delas em palafitas. Essas famílias levam uma vida normal, dentro das condições que lhes são impostas pela força da natureza e desafios da floresta.

---

1 Brasil. (2007). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República: Casa Civil.

Foram descritos estudos na região Amazônica que envolvem produção e manejo florestal; extração do açaí para consumo próprio e produção de suco para venda; pesca artesanal; identidade e território; e inclusão escolar. As crianças ribeirinhas e os professores são levados para as escolas por meio de transporte escolar, que são as catraias (barcos), cujos catraieiros (aqueles que operam as catraias) são pessoas experientes que vivem disso. Uma profissão que é passada de pai para filho, e de extrema importância para as comunidades ribeirinhas.

Temos ainda os modos de ser, saber e de viver na Amazônia, descritos nas experiências de um grupo de mulheres ribeirinhas trabalhadoras, do alto do rio Araguari, na Floresta Nacional do Amapá – FLONA, com uma imensa biodiversidade Amazônica.

Conforme foi visto, essas Amazonidas formam uma Associação de mulheres extrativistas chamada *Sementes do Araguari*, que estão unidas no partilhamento de tarefas às margens do rio Araguari, as quais mostram um empoderamento pela geração de renda a partir dos produtos que fabricam.

Para além dos escritos envolvendo comunidades no Amapá, tem-se também um trabalho com pessoas que vivem em uma comunidade ribeirinha, composta por 27 famílias, chamada São José, em uma área de várzea do município de Benjamin Constant, no estado brasileiro do Amazonas, na tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru. Essas famílias vivem da agricultura familiar, produção de farinha, criação de animais de pequeno porte, prática da pesca artesanal e construção de canoas.

Todos esses trabalhos mostram empoderamento, resistência, luta pela identidade, pelo território e pela educação de comunidades tradicionais ribeirinhas. Esses povos vivem/sobrevivem em uma área rica em biodiversidade na Amazônia brasileira, de maneira sustentável, em um cenário político caótico, de ataques à Amazônia com destruição e violência.

Dessa forma, essa obra com essa coletânea de artigos que aqui foram apresentados, se mostra de grande importância para todos nós, pesquisadores, professores, estudantes de todos os níveis, e tantas outras pessoas interessadas nas questões que envolvem a forma de vida dos povos ribeirinhos: um saber cultural na beira d'água.

*José Roberto Linhares de Mattos  
Rio de Janeiro, primavera de 2022.*







# SOBRE OS AUTORES

## **José Roberto Linhares de Mattos**

Pós-doutor pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense. Professor dos Programas de Pós-Graduação PPGEA/UFRRJ e PPGECEM/UFMT. Líder do grupo de pesquisa Educação em Fronteiras – EmF e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática e Cultura - GEPEC. E-mail: [jrlinhares@gmail.com](mailto:jrlinhares@gmail.com)



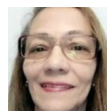
## **Romaro Antonio Silva**

Doutorando em Educação Matemática no Instituto de Educação da Universidade do Minho (UMinho). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). E-mail: [romaro.silva@ifap.edu.br](mailto:romaro.silva@ifap.edu.br)



## **Sandra Maria Nascimento de Mattos**

Doutora em Educação pela PUC-SP / Universidade Católica Portuguesa. Professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola PPGEA/UFRRJ. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática e Cultura - GEPEC e membro do grupo internacional de pesquisa Educação em Fronteiras - EmF. E-mail: [smnmattos@gmail.com](mailto:smnmattos@gmail.com)



### **Ayrton Luiz Urizzi Martins**

Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Professor da Universidade Federal do Amazonas e líder do grupo de pesquisa Núcleo de Etnoecologia na Amazônia Brasileira. Professor do Mestrado PROCIAMB. E-mail: [ayrton@ufam.edu.br](mailto:ayrton@ufam.edu.br)



### **Claudionor Pastana**

Doutor em Ensino, pela Universidade do Vale do Taquari -UNIVATES. Professor do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado do Amapá – UEAP. E-mail: [claudionor.pastana@ueap.edu.br](mailto:claudionor.pastana@ueap.edu.br)



### **Fabício Ribeiro Ribeiro**

Mestre em História pela Universidade Federal do Pará -UFPA. Especialista em História Indígena e do Indigenismo na Amazônia -FIBRA. Professor EBTT do Instituto Federal do Amapá – Campus Agrícola Porto Grande. E-mail: [fabicio.ribeiro@ifap.edu.br](mailto:fabicio.ribeiro@ifap.edu.br)



### **João Moraes da Costa Júnior**

Mestre em Ensino de História pelo ProfHistória da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) campus Santana. E-mail: [joao.junior@ifap.edu.br](mailto:joao.junior@ifap.edu.br)



### **Maria Eduarda Costa da Silva**

Bacharelada em Design Gráfico pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Tecnóloga em Publicidade pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP). E-mail: [maducosta.arte@gmail.com](mailto:maducosta.arte@gmail.com)



### **Nilton Fernandes Gonçalves**

Professor do Instituto Federal do Amazonas. Mestre em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas, Campus São Gabriel da Cachoeira. Trabalha etnomatemática para potencializar o aprendizado. E-mail: [nilton\\_goncalves@ifam.edu.br](mailto:nilton_goncalves@ifam.edu.br)



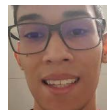
### **Poliana Macedo de Sousa**

Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Professora do Instituto Federal do Amapá no Curso de Ensino Médio Técnico Integrado em Publicidade, Campus Santana. E-mail: [polimacedo@gmail.com](mailto:polimacedo@gmail.com)

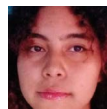


**Rafael Campos Santiago**

Estudante do Ensino Médio Integrado, do curso de Publicidade, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Membro do Programa Experimental em Publicidade do IFAP Campus Santana. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ. E-mail: [rfsantiago25@gmail.com](mailto:rfsantiago25@gmail.com)

**Raila Vitória Guedes de Souza**

Estudante do Instituto Federal do Amapá no Curso de Ensino Médio Técnico Integrado em Publicidade, Campus Santana. E-mail: [raila.souza2017@gmail.com](mailto:raila.souza2017@gmail.com)

**Randolfe Rodrigues**

Professor e Historiador. Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual do Ceará. Licenciado e bacharel em história pela Universidade Federal do Amapá. Bacharel em Direito. Senador da República pelo estado do Amapá eleito em 2010 e reeleito em 2018. E-mail: [sen.randolferodrigues@senado.leg.br](mailto:sen.randolferodrigues@senado.leg.br)

**Suellen Campos de Macedo**

Socióloga, mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro PPGEA/UFRRJ. Servidora pública. Coordenadora do programa de extensão “Empodera Mulher” do Instituto Federal do Amapá - IFAP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática e Cultura – Gepec. E-mail: [suellen.macedo@ifap.edu.br](mailto:suellen.macedo@ifap.edu.br). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3004096275794345>





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP**

Rodovia BR 210 KM 3, s/n - Bairro Brasil Novo

CEP: 68.909-398

Email: [reitoria@ifap.edu.br](mailto:reitoria@ifap.edu.br)

Telefone: (96) 3198-2150

Site: <https://ifap.edu.br/>

Twitter: @ifap\_oficial

Facebook: /institutofederaldoamapa

Instagram: @ifapoficial



**F**oi com grande satisfação que recebi o convite para dialogar a respeito de um assunto que faz parte do meu cotidiano enquanto amazônida e de diversas pessoas que habitam esse pedacinho do planeta terra. Nasci e cresci na Amazônia Brasileira, onde tive e tenho a oportunidade de “caminhar” pelos diversos rios, igarapés e lagos que compõem esse imenso tesouro, no qual me oportunizou conhecer e viver com os povos ribeirinhos.

O presente volume denominado como “Interfaces Educativas e Cotidianas: ribeirinhos” apresenta diversos conhecimentos relativos à realidade, modo de vida, os saberes e luta cotidiana dos povos ribeirinhos. Os ribeirinhos desfrutam das riquezas da floresta na qual a principal fonte de renda dessas comunidades é oriunda do uso sustentável dos recursos da floresta, onde os rios, igarapés e lagos possuem seu papel fundamental no modo de ser e viver destes povos tradicionais. Por morarem em um ambiente onde a força da natureza é bastante intensa, os ribeirinhos aprendem enquanto criança a importância dos rios na vida destas comunidades, essa relação com a natureza, faz dos ribeirinhos enormes detetores de elementos da fauna e flora da floresta Amazônica.

Por meio desta obra é possível conhecer um pouco da história, costumes, questões ambientais e educacionais desses povos tradicionais, por meio de um olhar profundo da realidade e do cotidiano dos ribeirinhos da Amazônia.

*Prof. Dr Claudionor de Oliveira Pastana*

*Macapá -AP, verão de 2022*